

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS)
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

ELIANA APARECIDA DOS SANTOS

UMA JORNADA PELOS RASTROS DA MUDIATIZAÇÃO EM FLUXO:
travessias, afetações e tensionamentos de um caso em circulação - Invasão
Policial na CASJ em Pacaraima/RR

São Leopoldo

2024

ELIANA APARECIDA DOS SANTOS

**UMA JORNADA PELOS RASTROS DA MEDIATIZAÇÃO EM FLUXO:
travessias, afetações e tensionamentos de um caso em circulação - Invasão
Policial na CASJ em Pacaraima/RR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Antônio Fausto Neto

São Leopoldo

2024

S237j

Santos, Eliana Aparecida dos.

Uma jornada pelos rastros da midiatização em fluxo : travessias, afetações e tensionamentos de um caso em circulação - invasão policial na CASJ em Pacaraima/RR / por Eliana Aparecida dos Santos. – 2024.

183 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2024.

“Orientador: Dr. Antônio Fausto Neto”.

1. Midiatização. 2. Circulação. 3. Estudo de caso. 4. Casa de Acolhida São José (CASJ). 5. Campo social. 6. Ambiência. 7. Comunicação. I. Título.

CDU: 659.3:316

ELIANA APARECIDA DOS SANTOS

**INVASÃO POLICIAL EM PACARAÍMA/RR: UMA JORNADA PELOS RASTROS
DA MEDIATIZAÇÃO EM FLUXO - TRAVESSIAS, AFETAÇÕES E
TENSIONAMENTOS DE UM CASO EM CIRCULAÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

APROVADA EM 18 DE ABRIL DE 2024.

BANCA EXAMINADORA

**PROF. DR. MARCO TÚLIO SOUSA – UEMG
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**

**PROF. DR. PEDRO GILBERTO GOMES - UNISINOS
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**



PROF. DR. ANTONIO FAUSTO NETO - UNISINOS

Av. Unisinos, 950 Caixa Postal 275 CEP 93022-750 São Leopoldo Rio Grande do Sul Brasil
Fone: (51) 3590-8450 Fax: (51) 3590-8132 <http://www.unisinos.br>

Dedico este trabalho à Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, que me possibilitou a inserção neste mundo fascinante e desafiador da comunicação.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da minha vida e da minha história, meu alento e porto seguro, a Jesus, princípio e fundamento de minha vida, do meu amar e do meu servir, gratidão infinita. À família, minha raiz, base de valores, de princípios e crenças, que, mesmo distante fisicamente, acompanha meus passos e me fortalece com seu apoio e prece.

À Congregação das Irmãs de São José de Chambéry e sua missão junto às pessoas fragilizadas, em especial às mulheres e crianças migrantes venezuelanas da Casa de Acolhida São José em Pacaraima/RR. À Irmã Ana Maria Silva, por sua colaboração em me fornecer as informações e materiais necessários para a pesquisa.

Obrigada a todas as religiosas de São José de Chambéry, e àquelas minhas Irmãs mais próximas que, durante o percurso deste estudo, não mediram esforços para colaborar comigo, possibilitando-me recursos necessários para os estudos, compreendendo a limitação do tempo para outros trabalhos, assumindo, muitas vezes, o que era de minha responsabilidade para que eu pudesse ter o tempo necessário para a pesquisa. Apoio e incentivo não me faltaram, o que confirma o espírito de comunhão que nos une.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Ciência da Comunicação da Unisinos, especialmente os da linha 4: Midiatização e Processos Sociais. Entre os queridos professores, destaco e expresso minha profunda gratidão ao professor Antônio Fausto Neto, que me concedeu a honra de sua orientação, e de forma tranquila e sábia me ajudou a equilibrar os passos, encontrar o melhor caminho, a palavra certa, o autor adequado. Me ajudou a lapidar as descobertas e tirar delas o máximo proveito. Seu vasto conhecimento e experiência no campo da comunicação, midiatização e circulação foram fundamentais para que juntos pudessemos realizar esta jornada e trilhar o caminho seguindo os rastros do fenômeno da midiatização no caso escolhido. Estendo minha gratidão aos professores avaliadores desta dissertação, Padre Pedro Gilberto Gomes e Marco Túlio de Sousa, por aceitarem colaborar na construção deste trabalho. Seus apontamentos e sugestões durante a banca de qualificação foram valiosas para a

construção deste texto final. Minha gratidão ainda de coração às queridas coordenadoras do PPG e professoras Ana Paula da Rosa e Jiani Adriana Bonin.

Por fim, muito obrigada aos colegas de curso com quem, por inúmeras vezes, trocamos ideias, refletimos, compartilhamos angústias, conhecimentos e saberes durante os processos de construção de aprendizagem.

A todos que mencionei neste agradecimento, aos amigos e amigas por todo apoio, carinho, amizade e prece: “o Senhor te abençoe e te guarde; o Senhor faça resplandecer o seu rosto sobre ti e te conceda graça; o Senhor volte para ti o seu rosto e te dê paz” (Nm.6, 24-26).

“A profecia é a palavra do acontecimento em contraste com o discurso do eterno retorno. Ela descobre a descontinuidade, o drama da história, nos diz que a história é feita de mudanças, de crises, de lutas, que o tempo não é linear, que o presente não é apenas uma herança do passado, mas também o momento de tensão, de rutura, de inovação. O tempo não é a pátria dos deuses, mas dos homens, pontuado por acontecimentos decisivos, irreversíveis, por demissões e escolhas que inauguram e inventam o futuro”. (Jesús Martín-Barbero, 2018).

RESUMO

A presente dissertação tem por finalidade investigar o fenômeno da Midiatização por meio de um estudo de caso: a invasão policial na Casa de Acolhida São José, ocorrida em 17 de março de 2021. O caso recebeu ampla divulgação nas mídias e foi midiatizado. Envolveu atores sociais de diferentes realidades, como mulheres, crianças, religiosas, comunidade, apoiadores e pessoas anônimas. Envolveu campos sociais distintos, desde o policial, ao religioso, ao jurídico, de relações internacionais e institucionais. Circulou em canais de comunicação do Brasil e do exterior e atingiu micros e macros ambientes, desencadeando ações de interação diversas. Por ter ocorrido em uma casa que é de responsabilidade da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, esta foi a principal instituição investigada, considerando a análise da divulgação do caso. A fundamentação teórica teve como base o estudo dos principais conceitos: midiatização, circulação, processos e campos sociais, linguagem, comunicação e religião. O aprofundamento do tema foi baseado no estudo de caso, bem como a metodologia usada, que possibilitaram a sustentação da análise. Para atingir os objetivos propostos e responder à questão norteadora da pesquisa, realizamos um percurso de observação, acompanhamento e análise de materiais midiáticos que foram desencadeados com o caso, desde fotos e vídeos, a discursos, notas públicas, materiais em jornais, redes sociais digitais e a repercussão interna na congregação envolvida. Toda a jornada do caminho percorrido teve, como pano de fundo, perceber, identificar, analisar, investigar o fenômeno da midiatização em fluxo, em circulação entre os variados momentos e estágios do caso desde o ponto zero do acontecimento em 2021 a 19 de junho de 2023, data da último material analisado.

Palavras-chave: Midiatização; Circulação; Estudo de Caso; Casa de Acolhida São José; Campo Social; Ambiência.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to investigate the phenomenon of mediatization through a study case: the police raid on the Casa de Acolhida São José, which took place on March 17, 2021. The case received widespread media coverage and was mediatized. It involved social actors from different realities such as women, children, religious people, the community, supporters and anonymous people. It involved different social fields, from the police to the religious, legal, international and institutional relations, circulated on communication channels in Brazil and abroad and reached micro and macro environments, triggering different actions of interaction. As it took place in a house which responsibility is of the Congregation of the Sisters of St. Joseph of Chambéry, this was the main institution investigated in terms of analyzing how the case was publicized. The theoretical foundation was based on the study of these main concepts: mediatization, circulation, social processes and fields, language, communication and religion. The in-depth study of the topic was based on the case study, as well as the methodology used to support the analysis. In order to achieve the proposed objectives and answer the guiding question of the research, we undertook a journey of observation, monitoring and analysing media materials that were triggered by the case, from photos and videos, to speeches, public notes, materials in newspapers and digital social networks, and the internal repercussions in the congregation involved. The whole journey had as its backdrop, to perceive, identify, analyse and investigate the phenomenon of mediatization in flux, circulating between the various moments and stages of the case from the zero point of the event in 2021 case from the zero point of the event in 2021 to June 19, 2023, the date of the last material analyzed.

Key-words: Mediatization; Circulation; Case Study; Welcome House São José; Social Field; Ambience.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto da Cruz distintivo usado pelas Irmãs de São José de Chambery	28
Figura 2 - Captura de tela de matéria do G1	40
Figura 3 - Fachada da atual Casa Acolhida São José	68
Figura 4 - Fachada da atual Casa Acolhida São José	69
Figura 5 - Captura de tela de vídeo realizada por Ana Maria	79
Figura 6 – Captura de tela de comentário da matéria no site G1	81
Figura 7 - Captura de tela do vídeo feito por uma testemunha que relata o diálogo de Ana Maria com o promotor de justiça de Pacaraima Valcio Luiz Ferri.	83
Figura 8 - Captura de tela da gravação em vídeo do momento em que Ana Maria é levada a prestar depoimento na delegacia.....	86
Figura 9 – Captura de tela do site G1 Roraima	89
Figura 10 - Captura de tela do site G1 Roraima que veicula matéria sobre o caso ..	91
Figura 11 - Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “Invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”	102
Figura 12 - Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”	103
Figura 13 – Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”	104
Figura 14 - Captura de tela de matéria do portal G1 Roraima	106
Figura 15 - Captura de tela do site Folha UOL.com.br.....	108
Figura 16 - Captura de tela dos comentários da notícia.....	109
Figura 17- Captura de tela de notícia do Portal Roraima 1	111
Figura 18 - Captura de tela de Manchete do portal G1 Roraima.com em 21/02/24	112
Figura 19 – Captura de tela de Manchete do site MigraMundo em 21/02/24	114
Figura 20 - Captura de tela de Manchete da Folha BV em agosto de 23.....	115
Figura 21 - Captura de tela de Matéria do site Cáritas Brasileira em 21/03/24	117
Figura 22 - Captura de tela de página da Cáritas Brasileira no Facebook em 21/03/23	119
Figura 23 – Captura de tela de fragmento da nota emitida pelo CNDH	120
Figura 24 - Captura de tela do perfil no Instagram da REDEVEN em 21/02/24	121
Figura 25 - Captura de Tela do Instagram da REDEVEN em 21/02/24	122
Figura 26 - Captura de tela de reportagem do site IHU em 22/02/21	123

Figura 27 – Captura de tela com instituições que assinaram a carta	125
Figura 28 – Captura de tela da página da Embaixada da Venezuela Brasil no Facebook.....	127
Figura 29 - Captura de tela de comentários no Facebook da Embaixada no Brasil	129
Figura 30 – Captura de tela de fragmento da matéria do site do jornal EN EL Nacional	130
Figura 31 – Captura de tela do Instagram de Yesica Moraes	131
Figura 32 - Captura de tela do comunicado para imprensa da CNDH, no boletim digital da OEA	133
Figura 33 - Captura de tela de página do Facebook da CASJ em 26/02/2024	136
Figura 34- Captura de tela do vídeo do Facebook da CASJ no dia 26/02/2024.....	138
Figura 35 - Captura de tela de parte das assinaturas das entidades na Nota Pública em favor da CASJ, contra a invasão policial	145

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1.....98

Organograma 2.....99

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.....	92
Quadro 2.....	96

LISTA DE SIGLAS

CASJ	Casa de Acolhida São José
CNBB	Conferência Nacional Bispos do Brasil
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil
CSJC	Congregação de São José de Chambéry
ISJ	Irmãs de São José
VRC	Vida Religiosa Consagrada
DPU	Departamento Público da União
MP	Ministério Público

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 DA PROCURA AO ENCONTRO: O MOVIMENTO INICIAL DA PESQUISA E A GÊNESE DE UM CASO	22
1.1 UM RECORTE NECESSÁRIO	25
1.2 UMA ESCOLHA NECESSÁRIA, UM LUGAR DE FALA	26
1.3 A ESCOLHA DO OBJETO, UM CASO COMPLEXO	29
1.4 UM CASO, UMA CASA E UM OBJETO “POLISSENSÍVEL”	31
1.5 UMA PERGUNTA, UM PROBLEMA E A PESQUISA GANHA CORPO	35
2 DO ACONTECIMENTO AO CASO NA AMBIÊNCIA DA MEDIATEZACÃO	37
2.1 REFLEXÕES TEÓRICAS.....	38
2.1.1 Acontecimento, caso, caso mediatizado.....	38
2.1.2 Mediatização	42
2.1.3 Circulação	48
2.1.4 Processos Sociais.....	50
2.1.5 Atores Sociais	51
2.1.6 Campo Social.....	51
2.1.7 Linguagem	53
2.1.8 Comunicação e religião	57
3 DA OBSERVAÇÃO PRÉVIA ÀS DINÂMICAS DO CASO	62
3.1 METODOLOGIAS E CONVERGÊNCIAS.....	63
3.2 RESPEITANDO A SINGULARIDADE DO CASO.....	65
3.2.1 A Casa de Acolhida São José	66
3.2.2 A invasão policial como desencadeamento do caso.....	70
3.2.3 O acontecimento fundado em diversidades	73
4 DA LEITURA AOS EFEITOS: AS INTERVENÇÕES MEDIATEÁTICAS NO CASO E SEUS DESDOBRAMENTOS.....	76
4.1 ANÁLISE DOS PRIMEIROS REGISTROS DO CASO	78
4.2 DA REPERCUSSÃO DO CASO ÀS INSERÇÕES NA MÍDIA: OS LOCAIS ONDE FOI VEICULADO.....	93
4.3 DA REPERCUSSÃO DO CASO ÀS INSERÇÕES NA MÍDIA: EM ORDEM CRONOLÓGICA	96

4.4 ANÁLISE EM ORDEM CRONOLÓGICA, DOS REGISTOS DO CASO DIVULGADOS NAS MÍDIAS	105
5 DAS INFERÊNCIAS À REPERCUSSÃO: O CASO NA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY	141
5.1 AÇÕES, TENSÕES, CONFLITOS E DISCURSOS: EFEITOS DA MIDIATIZAÇÃO DO CASO NA COMUNIDADE RELIGIOSA.....	143
6 DO ENCONTRO AO RISCO, DO RISCO À LIBERDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXO A – ENTREVISTA COM ANA MARIA DA SILVA.....	167
ANEXO B – NOTÍCIA DO G1 (COMPLETA).....	169
ANEXO C – NOTA PÚBLICA POR JUSTIÇA E DIGNIDADE, CONTRA A VIOLÊNCIA.....	173
ANEXO D – COMUNICADO CIDH	181

INTRODUÇÃO

"Vivemos na era da midiatização total, da revolução digital, da informação em rede e em tempo real, da multiplicação e diversificação dos meios de comunicação e das tecnologias de informação e comunicação, da globalização cultural". (Jesús Martín-Barbero)

Na “era da midiatização” e da “revolução digital”, uma nova sociedade desponta, um novo modo de ser e agir se revela e os indivíduos buscam formas de se inserir, se adaptar e se integrar a esta nova realidade. A sociedade atual “é em midiatização”, conforme afirma Pedro Gomes (2016) e é nesta nova era que se contextualiza e se insere a presente pesquisa.

Esta dissertação vem ao encontro do que afirma Barbero, na epígrafe da introdução. Diante das novas formas de se comunicar por meios tecnológicos, cada vez mais rápidos, e da diversidade de informação, encontramos um acontecimento, um caso, que vai nos ajudar a realizar um percurso de observação e análise da midiatização em circulação.

O presente texto, que submeto à presente banca, refere-se ao teor do exame final da minha pesquisa. Trata-se do meu trabalho de pesquisa em Ciências da Comunicação em nível de Mestrado, que está sendo realizado na Universidade do Vale dos Sinos – Unisinos, no período de 2022 a 2024.

O programa estimula o avanço do estudo em midiatização e circulação em seus diferentes aspectos e processos, especificamente os modos como tem afetado práticas sociais. A midiatização é um fenômeno que acompanha a evolução humana no contexto da comunicação. Ela se insere no tecido social por meio das tecnologias que são, atualmente, parte da vida humana, e modifica seu modo de ser e agir em sociedade. Por esse motivo, percebo que meu trabalho se ajusta na busca e investigação em midiatização e circulação. O caso a ser investigado está repleto de aspectos da midiatização, envolve comunicabilidade. Se realiza por meio de um acontecimento que acontece nas fronteiras de campos sociais de várias naturezas, como pretendo mostrar no estudo de caso por nós eleito: A invasão policial na Casa de Acolhida São José, em Pacaraima/RR. O caso se passa nas fronteiras de práticas sociais comunicacionais, bem como nas suas interações. Assim, o tema escolhido para a dissertação contempla o fenômeno da Midiatização, a relação da

Comunicação e Vida Religiosa Consagrada¹ e as transformações, afetações que ela enfrenta diante das mudanças, advindas pelas inserções das tecnologias e mídias na sociedade, tendo como objeto de estudo um caso específico, que faz relação com esse contexto que vamos pesquisar. Com essas motivações como ponto de partida, escolhi o tema: **Uma jornada pelos rastros da midiatização em fluxo: travessias, afetações e tensionamentos de um caso em circulação - Invasão policial na Casa de Acolhida São José, em Pacaraima/RR.**

O estudo tem como pano de fundo e como base, a minha experiência formativa em estudos da Comunicação (graduação em Jornalismo) e profissional em assessoria de comunicação religiosa. Bem como, o Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, mais especificamente, na linha 4, que pesquisa a midiatização enquanto processo de circulação, desde seu momento de produção, até o desenvolvimento nos períodos diversos. E, dentro deste movimento, observa e estuda as mudanças, afetações e transformações de práticas sociais/religiosas comunicacionais, no cenário da midiatização em processo. Volta sua atenção, também, para o surgimento de novas ou diferentes ambiências e operações, envoltas em relações e circulação, mediadas pelas técnicas. Por fim, examina as dinâmicas e lógicas que permeiam os processos midiáticos e suas inter-relações em micros e macros ambientes. Insere-se neste contexto, as transformações e afetações nas práticas sociais comunicacionais no âmbito religioso, que tocam e se enraízam na ambiência da Vida Religiosa Consagrada.

Assim, temos como objetivo estudar o processo de midiatização e práticas sociais com foco em um evento específico: a invasão policial na Casa de Acolhida São José, em Pacaraima/Roraima, ocorrida em 2021. O fato desta invasão, que elegemos para o estudo, correspondeu a uma intervenção, a um registro no contexto da midiatização. Aconteceu durante a Pandemia da Covid 19 no Brasil e, especificamente, em uma casa religiosa que pertence à Congregação das Irmãs de São José. O fato é resposta ao ato de solidariedade dessa congregação por acolher,

¹ 2 Cf. GHIRLANDA G. Il diritto nella Chiesa, San Paolo, 1990, 177-178. O capítulo VI da Lumen Gentium, embora com o título Os Religiosos, classifica todos aqueles/as que com os votos ou outros laços sagrados, de natureza semelhante ao voto, cumpramos três mencionados conselhos evangélicos. “Religioso”, então, não é mais entendido no sentido canônico do c. 487, CIC 1917, mas em um sentido teológico mais amplo. Nos últimos escritos sobre o assunto, muitos são os autores que usam a terminologia “vida religiosa consagrada” e não simplesmente “os religiosos” como no caso do capítulo VI da LG ou “vida consagrada” como na exortação apostólica pós-sinodal de João Paulo II, do ano de 1996.

em suas dependências, mulheres e crianças venezuelanas que estavam nas ruas da cidade, expostas à pandemia e a todo tipo de violência. A invasão teve como consequência uma série de acontecimentos correlatos, extrapolando as dependências físicas da instituição, atingindo toda a ambiência em torno, despertando reações de vários segmentos da população e, especificamente, no campo midiático, através de um conjunto de ações que mereceram registros, tanto nas mídias locais quanto em um conjunto de mídias regionais, estaduais, entre países, instituições e no caráter internacional.

A repercussão do acontecimento desencadeou desdobramentos do ponto de vista político, comunitário, religioso, social e do ponto de vista da comunicação midiaticizada, pois, repercutiu em vários locais do Brasil e da América do Sul, através de um conjunto de notícias e materiais midiáticos, veiculados nos meios de comunicação, no período de 2021 a 2023. Dada a importância de seus efeitos e consequências, o caso foi eleito como objeto desta dissertação.

O evento, por acontecer nas dependências de uma casa religiosa, e envolver mulheres religiosas², despertou o interesse da pesquisadora que intenciona, entre outros temas, discutir questões de comunicação e religião.

Tratando-se de um acontecimento complexo entre sua ocorrência e o momento em que foi feito o corte para a realização deste trabalho, envolve vários registros midiaticizadores e comunicacionais, que esta pesquisadora buscou acessar e analisar como questões de uma dissertação de mestrado. A escolha do caso se desdobra em duas justificativas. Primeiro, é a realização de um exercício, de uma problemática no interesse de cumprir a obrigação para com o programa acadêmico da Universidade de apresentar a dissertação. Segundo, porque aproxima-se de uma temática intimamente vinculada aos meus interesses de religiosa e pesquisadora em comunicação e jornalismo. Como pesquisadora, retiro dessa complexa e dinâmica realidade, uma questão que é convergente com meus interesses, no sentido de gerar uma pergunta que será por mim trabalhada ao longo da dissertação: Como a midiaticização se manifesta e se movimenta no contexto do caso, desde seu início em 2021, até junho de 2023, realizando travessias em diversos níveis e ambientes comunicativos e alcançando uma ampla circulação? Para responder a esta questão,

² Mulheres que vivem a Vida Religiosa Consagrada (Freiras).

organizamos o texto em cinco capítulos, mais introdução, considerações finais e bibliografia.

Na introdução da dissertação, apresentamos o contexto e a estrutura do trabalho. Destacamos a sistematização das reflexões e questões estudadas sobre o tema da mediação e práticas sociais, com foco no campo religioso.

O primeiro capítulo intitulamos: "Da Procura ao Encontro". Nele relatamos o nosso trajeto da eleição do objeto problema de pesquisa, bem como o conjunto de aspectos que envolvem o universo e as ações teóricas e metodológicas que serão levadas em conta aqui, para a confecção de trabalho. Além disso, destacamos os motivos do foco no campo religioso, bem como, apresentamos as buscas, procuras e desafios neste itinerário e o encontro de um caso, de um problema e de um caminho a percorrer.

No segundo capítulo, resolvemos desenvolver uma reflexão de natureza teórica, envolvendo um percurso que estamos chamando "do acontecimento ao caso na ambiência da mediação". Desenvolvemos uma reflexão teórica sobre a ambiência que envolve o caso e seu desdobramento. Trazemos conceitos-chaves como de acontecimento e caso, de ambiência, de mediação, de circulação, de processos sociais, de atores sociais, de campo social, de linguagem, além de comunicação e religião. Os principais autores que discutem estes conceitos e que são convidados a acompanhar o percurso da pesquisa são: José Luiz Braga, Pedro Gilberto Gomes, Antônio Fausto Neto, Eliseo Véron, Marco Túlio, Ana Paula da Rosa, Moisés Sbardelotto, Muniz Sodré e Lucrécia D'Alessio Ferrara. A interação com os estudiosos ajuda na construção do quadro teórico que norteia a investigação aqui realizada.

Trazemos, também, os aspectos metodológicos que serão aplicados no processo de construção da pesquisa, considerando a complexidade que envolve o caso, situando-o como acontecimento e, posteriormente, como caso mediado, destacando sua complexidade, seus desdobramentos e ramificações, bem como sua repercussão em diversas instâncias. Exploramos a transição do evento de acontecimento para caso mediado, considerando as diferentes dimensões sociais, políticas e religiosas envolvidas.

O terceiro capítulo, "Das Observações Prévia à Dinâmica do Caso", apresenta as primeiras ponderações e observações da pesquisadora sobre o evento, oferecendo inspiração sobre o processo de construção do conhecimento e a

relação da pesquisadora com o objeto de estudo. Realizo, neste capítulo, um estudo sobre os movimentos que eu faço, teóricos e metodológicos para acompanhar o caso e sua circulação nos diferentes campos. Desenvolvo, dessa forma, uma leitura reflexiva, um processo observacional sobre a relação do acontecimento com a noção de caso, a partir da minha intervenção, a partir dos movimentos que eu fiz, desde as primeiras consultas e buscas no Google, até a minha dissertação. Esse movimento observacional me levou a percepção das dinâmicas do caso: de onde ele veio? Como começou? Por onde passou? Onde está? Para onde se encaminha? Todas essas provocações me levam ao capítulo quatro.

No quarto capítulo, "Da Leitura aos Efeitos: as Intervenções Midiáticas no Caso e seus Desdobramentos", adentramos na análise das estratégias de midiatização, a partir da leitura de materiais, veiculada nas mídias sobre o acontecimento: diferentes abordagens da imprensa, postagens em redes sociais, notas públicas e outros meios de comunicação. Também, seguimos a cronologia da repercussão das notícias e diferentes conteúdos relacionados ao caso. Além disso, analisamos as estratégias de midiatização empregadas pelos diversos atores sociais envolvidos no evento. Buscamos investigar a forma como o caso foi retratado e interpretado pelos meios de comunicação, assim como os efeitos dessas representações na sociedade.

Por fim, trazemos o quinto capítulo com o tema "Das Inferências a repercussão: O Caso na Congregação das Irmãs de São José de Chambéry". Aqui apresentamos as principais inferências que vieram à tona a partir da análise, considerando a Congregação religiosa responsável pela Casa de Acolhida onde ocorreu a invasão. Como as religiosas agiram e reagiram perante o acontecimento? Que providências tomaram? Como repercutiu o fato em nível local, nacional e internacional? O que elas falaram ou não falaram sobre o caso? Como a midiatização do caso afetou a Instituição? Destacaremos, portanto, o envolvimento da Congregação, sua relação com as mídias, com o fato da exposição midiática dos membros e como o caso afetou e reverberou entre os membros. Assim, neste último capítulo, pretendemos desenvolver uma reflexão pessoal sobre minhas percepções a respeito do envolvimento da Congregação com o caso, a partir do meu lugar enquanto religiosa e enquanto pesquisadora.

Dessa forma, a dissertação se propõe analisar, em profundidade, o processo de midiatização de um evento específico, explorando suas implicações nos campos,

dando especial atenção aos campos da comunicação e religião e, dessa forma, pretende-se contribuir para o avanço do conhecimento na área.

Por fim, "Do encontro ao risco, do risco à liberdade: considerações finais", reúne as principais conclusões da pesquisa e reflexões sobre os resultados obtidos, oferecendo uma síntese das descobertas e insights que tivemos ao longo da dissertação, além de sugestões para pesquisas futuras sobre o tema.

Particularmente neste texto, procuramos acompanhar as características da midiatização em circulação, o caminho por onde a dinâmica da circulação faz funcionar e seus desdobramentos permeados por lógicas e operações de processos midiáticos. Processos esses que se mesclam a de outras naturezas, desde seu momento inicial, acompanhando os desdobramentos que se estenderam até o momento atual desta dissertação.

Dito isso, trazemos a seguir o primeiro capítulo que nos apresenta o percurso inicial desta pesquisadora e, conseqüentemente, desta dissertação.

1 DA PROCURA AO ENCONTRO: O MOVIMENTO INICIAL DA PESQUISA E A GÊNESE DE UM CASO

De tudo, ficam três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, da procura um encontro (Fernando Sabino, do livro “O Encontro Marcado”).

Meu caminho em busca de uma tentativa de profunda imersão no mundo e nos estudos da comunicação teve início, ou continuidade, considerando o que já percorri nesse contexto comunicativo, em fevereiro de 2022, quando elaborei o projeto para a seleção do Mestrado em Ciências da Comunicação. Inicialmente, meu desejo era realizar uma pesquisa com foco nas mudanças que o mundo digital e tecnológico trouxe para Vida Religiosa Consagrada (VRC), especialmente, advindas com a pandemia da COVID 19, com ênfase no uso de plataformas de videoconferências. Minha motivação inicial era identificar as mudanças e transformações que as novas tecnologias trazem para o ambiente religioso, as novas relações mediadas por telas e a influência desses meios no cotidiano da VRC. Pensei em estudar, em três Congregações, os processos de mudanças na forma de lidar com as tecnologias midiáticas. Uma delas seria a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry³, a que pertencço. Os conceitos de midiatização, circulação e processos sociais ainda não me tinham sido apresentados.

Dessa forma, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação da UNISINOS – Mestrado em Ciências da Comunicação, fui identificando que meu trabalho se encaixava na linha 4, que tem como foco os estudos em Midiatização, circulação e processos sociais. Assim, comecei um caminho de estudo, compreensão e assimilação dos conceitos e pude considerar que minha busca caminhava nesta direção, pois o fenômeno da midiatização estava no fundamento, no cerne, na essência do que eu desejava pesquisar.

Portanto, como mencionado, este estudo tem como referência, como pano de fundo, como base, a minha experiência formativa no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos, que procura analisar o fenômeno da midiatização em todas as etapas de seu desenvolvimento. Dentro deste movimento,

³ “Nossa Congregação, Irmãs de São José de Chambéry, é um Instituto Religioso Apostólico Internacional de Direito Pontifício, fundado em 1650, em Le Puy, França, pelo Padre Jean-Pierre Médaille, S.J. e as primeiras Irmãs”. (Const. das ISJC p.13, §1º)

observa e estuda as mudanças, afetações e transformações de práticas sociais, surgimento de novas ou diferentes ambiências e operação mediadas pelas técnicas, além de um volume importante de reflexões e estudos, fundamentados na construção do conhecimento neste campo da comunicação. Enfim, o programa estimula o avanço do estudo em midiatização em seus diferentes aspectos e processos. Assim, percebi que meu trabalho se encaixava na busca e investigação em midiatização.

Ao iniciar as disciplinas do curso, novas ideias foram surgindo, bem como dúvidas e questionamentos. Ao entrar em contato com os textos, autores, professores, colegas, novas luzes foram se acendendo e, fui percebendo que o estudo de fenômenos comunicativos exigiria investigações e elaborações mais profundas. Minhas ideias iniciais foram parecendo rasas, superficiais e não respondiam mais ao que ia se desvelando diante de mim: teorias, pesquisas, meios, mediação, midiatização, plataformização, recepção, circulação, imaginários, complexidade, epistemologia, transmetodologia, empiria e tantos outros termos novos e complexos começaram a fazer parte de meu contexto de estudos e buscas. Continuei no caminho e no intuito de identificar as transformações e mudanças no contexto de VRC, contudo, sem muita certeza de como fazer isso, uma vez que percebi que apenas olhar para usos de ferramentas de videoconferências não ia me dar respostas satisfatórias. Ao mesmo tempo, eu vasculhava dentre as tantas ações missionárias e comunicacionais que a Congregação desenvolve, por algo mais concreto, um objeto específico, uma ação relevante, um caso de investigação que fosse significativo, um acontecimento que pudesse dar “caldo” para a pesquisa.

Desta forma, as buscas, interesses, curiosidades, questionamentos que me acompanharam, no início da pesquisa, foram revestidos de outras gramaturas e encontraram novos direcionamentos. Contudo, a relação religião, direcionada para o contexto católico e midiatização foi sempre o foco da pesquisa, uma vez que a VRC se situa dentro da Igreja Católica e está transpassada por ações e processos sociais comunicativos de diferentes âmbitos, que a leva a estar imersa em fenômenos de midiatização.

A Vida Religiosa Consagrada vem passando, ao longo de sua história, por mudanças e transformações significativas. Muitas delas, fruto de uma ideologia neoliberal, que tem como base a cultura midiática, que propaga valores com base no culto à beleza do corpo, à aparência física, ao individualismo, aos prazeres e

imediatismo. Esse despontar triunfante da cultura midiática atingiu drasticamente a VRC. Ocupou o tempo dos religiosos e passou a influenciar seu modo de ser, de pensar, adentrando os elementos sociais da vida. É o que afirma o sacerdote jesuíta, teólogo e escritor João Batista Libânio, (2004)⁴. Por este caminho, ocorre a imersão de elementos da midiatização nos espaços onde a VRC se encontra: casas, conventos, Igrejas, comunidades, grupos sociais etc. E as mudanças e transformações podem ser percebidas. Aqui, destaco algumas, as quais observei, e, pessoalmente, vivenciei: aprender a usar as ferramentas de tecnologia; lidar com o desconhecido como *smartphones*; telas diversas; aprender a rezar por estes meios e a se comunicar também por eles (telas); mudar a forma de entender e de acolher a presença e o encontro com o outro por meios virtuais; mudança do espaço/tempo, tanto pessoal como comunitário; entender que os meios de comunicação arcaicos já não servem mais, se tornaram obsoletos e faz-se necessário atualização; aceitar e buscar ajuda das pessoas mais jovens e/ou com facilidade em usar os recursos tecnológicos adequados; superação do medo de se expor, mostrar o seu rosto e ou da Congregação nas mídias digitais; superar a compreensão de uma vida religiosa escondida; aprender a lidar com as consequências da exposição midiática, entre outras.

Portanto, são muitos os aspectos que se reportam às mudanças e transformações que as novas tecnologias, trazidas pela cultura midiática e impregnadas do fenômeno da midiatização, estão presentes na VRC. Contudo, para uma pesquisa de mestrado, é preciso fazer escolhas e recortes. Conforme Maldonado (2011, p. 282), “toda pesquisa precisa de um recorte”. Pois, ela investiga um segmento da realidade, porém, não pode ficar alheia ou ignorar todos os aspectos, elementos e contextos da construção (Maldonado, 2011). Sendo assim, dentre os elementos elencados anteriormente, que dizem respeito às mudanças e transformações sofridas pela VRC diante das inserções das tecnologias em seu *habitat*, escolhi os últimos aspectos: superar a compreensão de uma vida religiosa escondida e aprender a lidar com as consequências da exposição midiática. Considerando esses aspectos, vou me ater aos recortes, sem perder de vista os elementos que estão presentes no contexto da construção e a realidade que a circunda.

⁴ Texto de uma conferência pronunciada em Roma, no Congresso 2004, sobre Vida Religiosa, organizado pela União dos Superiores e Superiores Gerais, entre 23 e 27 de novembro de 2004.

1.1 UM RECORTE NECESSÁRIO

Para explicar os aspectos “recortados” nesta pesquisa, vou me valer de documentos da Igreja sobre a VRC e textos que fazem referências a eles. Ao longo da história, a VRC passou por ciclos, etapas, mudanças desde o período monástico, com os primeiros monges do deserto, passando pelo período mendicante, até chegar no período apostólico. Este buscou lidar com os acontecimentos das fronteiras da vida humana e se baseava no seguimento radical ao Evangelho. A VRC, desde suas origens, foi uma profecia, considerando que seus primeiros integrantes se revoltaram contra a pomposidade da Igreja que se mostrava infiel aos valores originários. “A vida religiosa consagrada, sempre procurou revelar pessoas ou grupos que viviam de forma profética, procurando imitar o próprio Jesus Cristo no seu estilo de vida”. (Baggio, 2012).

A VRC, por tempos, foi quase esquecida pela Igreja Institucional e pela teologia. O marco da mudança foi o Concílio Vaticano II⁵, que procurou colocar essa parcela importante da Igreja em destaque. Dois documentos, frutos do Concílio, dão espaço aos religiosos para viverem sua vocação à caridade em meio ao povo de Deus. Dois documentos referem-se especificamente a este tema. São eles: o Decreto Conciliar *Perfectae Caritatis* (1965) e a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (1965), onde lemos:

daqui nasce o dever de trabalhar na implantação e consolidação do reino de Cristo nas almas e de o levar a todas as regiões com a oração ou também com a ação, segundo as próprias forças e a índole da própria vocação. Por isso, a Igreja defende e favorece a índole própria dos vários Institutos religiosos (*Lumen Gentium*, 1965, p. 44).

Papa Francisco, na Carta Apostólica “Alegrei-vos” (2014), escrita e enviada aos religiosos por ocasião do Ano dedicado na Igreja à VRC, faz um alerta aos religiosos sobre a necessidade de sair do “ninho”. Ele destaca: “o fantasma que se deve combater é a imagem da vida religiosa entendida como refúgio e conforto, face a um mundo exterior difícil e complexo” (ALEGRAI-VOS, 2014, § 5º). O Papa exorta-os a “sair do ninho” (§ 58º), e os convida a habitar na vida dos homens e mulheres de seu tempo, e a se entregarem a Deus e ao próximo. Nesse sentido, ele os anima

⁵ Vaticano II: um Concílio Ecumênico. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/506998-vaticano-ii-um-concilio-ecumenico>. Acesso em 30 jan. 2024.

a não terem medo da mudança, da renovação, da atualização, de novas estruturas. Assim, percebemos que, na Igreja, há um movimento para que a VRC supere resquícios de um passado anuviado, que a colocou no escondimento, no esquecimento, no refúgio e conforto dos conventos.

Portanto, entendo o quanto é preciso superarmos esse comportamento para “habitar na vida dos homens e mulheres de nosso tempo”. Assim, precisamos também aprender a lidar com as consequências da exposição midiática que, por vezes, acontecem, uma vez que as Congregações, especialmente as de Vida Apostólica⁶ são chamadas a viver.

Esse é o caso da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, “um Instituto Religioso Apostólico Internacional de Direito Pontifício” (CONSTITUIÇÕES/ISJC, p.3, §1º)⁷.

Tendo presente essa realidade de VRC e de Igreja e as escolhas necessárias para a pesquisa, meu universo de investigação mudou um pouco de rumo. Decidi investigar não três congregações como pensado de início. Optei por uma: a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry.

A atitude de olhar para uma Congregação específica ajuda-me a dar delimitação ao tema. Além disso, possibilita-me uma visão extra Congregação, ou seja, perceber e estudar elementos comunicacionais que vão muito além dos “muros do convento” e que me colocam “face a um mundo exterior difícil e complexo”. Bem como, facilita o processo de investigação e análise. Mas, por que essa Congregação?

1.2 UMA ESCOLHA NECESSÁRIA, UM LUGAR DE FALA

A escolha da Congregação se dá por diversos motivos, entre eles: por eu ser membro da Congregação, tenho uma visão e percepção a partir de dentro, ocupo meu lugar de fala e, ao mesmo tempo que olho para fora, direciono meu olhar para dentro. Percebo que há, entre as religiosas, diferentes formas de entender e acolher as mudanças que vão ocorrendo no contexto da comunicação; há, também, pouca

⁶ Muitos são na Igreja os Institutos tanto clericais como laicais, dados às várias obras de apostolado, cada um com dons diferentes, segundo a graça que lhes foi dada: o ministério para servir; a doutrina para ensinar; o que exorta, para exortar; o que dá, com simplicidade; o que pratica a caridade, com alegria (cf. Rm. 12,5-8) (PERFECTA CARITATIS, 1965, § 8º).

⁷ Constituições das Irmãs de São José de Chambéry. Disponível em: file:///C:/Users/Comunica%20A7%20A3o/Downloads/1_por_constituicoes_finalfevereiro192018.pd. Acesso em 30 jan. 2024.

compreensão sobre o processo de mediatização que toda a sociedade vivencia, a Igreja e, conseqüentemente, a VRC. Falta clareza sobre como devemos agir, nos posicionar, acolher, assimilar ou rejeitar essas mudanças. Além disso, percebo, empiricamente, um certo receio ou medo diante da exposição, do mostrar-se publicamente, de falar de si e do que se faz.

Mesmo com os avanços e incentivos atuais da Igreja para uma “vida religiosa em saída”, conforme vistos nos documentos apresentados, há ainda muito a ser superado na prática. O contexto histórico de escondimento está ainda arraigado, preso no passado em muitos sentidos. O mesmo Documento que exorta a externalização das Congregações, também diz no § 6º sobre caridade e vida interior: “[...] procurem em todas as circunstâncias cultivar a vida escondida com Cristo em Deus (cf. Cl 3,3), da qual dimana e se estimula o amor do próximo para a salvação do mundo e edificação da Igreja...” (Perfectae Caritatis, 1965, § 6º).

Portanto, essa influência da Igreja para o cultivo de uma VRC no escondimento, ainda é forte no interior das Instituições Religiosas. No caso da Congregação em análise, há ainda aspectos fundacionais que influenciam. Por exemplo, há Máximas⁸ do fundador, o Padre jesuíta Jean Pierre Médaille, que dizem: “faça o maior bem da forma mais oculta possível [...] A não ser em extrema necessidade não falem jamais de si mesmas, nem com relação ao bem nem com relação ao mal... para não serem importunas nem vaidosas”⁹. A cruz, distintivo usado pelas religiosas, traz a imagem de Jesus crucificado aniquilado, ou seja, em baixo relevo (conforme figura 1). Quer expressar que, assim como Jesus aniquilado na cruz e na Eucaristia, deve ser a Congregação das Irmãs de São José no mundo.

⁸ Máximas são frases, sentenças que reúnem e definem orientações espirituais fundamentais dos escritos do fundador: como amor a Deus e ao próximo, a imitação de Jesus Cristo e a união total das almas entre si e com Deus (TEXTOS Primitivos, 1985 p.189)

⁹ Irmãs de São José, Textos Primitivos (1985, p.220, n.º 5)

Figura 1 - Foto da cruz, distintivo usado pelas Irmãs de São José de Chambéry.



Fonte: Arquivo pessoal

Sobre isso, assim se lê nos documentos primitivos da Congregação:

Com o auxílio de Deus, ela será invisível, como Jesus na adorabilíssima Eucaristia é um Deus escondido e totalmente invisível... Ó Deus, como será feliz nossa Instituição se ela mantiver esse espírito de pequenez, humildade e aniquilamento, de vida oculta no tempo [...] (IRMÃS DE SÃO JOSÉ, TEXTOS PRIMITIVOS, 1985, p.6, n.º 9)

Assim, mesmo que haja uma advertência na introdução do documento para que a leitura e a interpretação ocorram considerando o contexto histórico e as correntes espirituais do século 17, quando ele foi escrito, a influência desse tempo ainda perdura.

Outro motivo que me leva a realizar a pesquisa é meu trabalho e inserção direta nas ações e reflexões sobre comunicação na Congregação. Sou jornalista e trabalho na área da comunicação religiosa desde 2016. Portanto, minhas percepções são de uma profissional da comunicação que busca se debruçar sobre um fenômeno ainda pouco investigado em um contexto de sociedade midiaticizada, que é a comunicação na Vida Religiosa Consagrada e, ao mesmo tempo, de uma religiosa que vive imersa em questões comunicacionais.

1.3 A ESCOLHA DO OBJETO, UM CASO COMPLEXO

Considerando este caminho de reflexão, comecei a busca pelo meu objeto/problema. Com um olhar investigativo e de observação, conforme indica Nora (1984, p.94), “é necessário auscultar o acontecimento porque é ele que une, como num feixe, todos os significados sociais que nos rodeiam”. Procurei percorrer, com ajuda dos dispositivos digitais tecnológicos, os diferentes lugares onde as religiosas desenvolvem atividades missionárias no Brasil. Olhei para as periferias geográficas, vasculhei as redes digitais, conversei com as religiosas em seus locais de missão, em busca de ações comunicacionais que pudessem ser relevantes para a investigação. “Procurei auscultar os acontecimentos...” Conversei com várias religiosas e, dentre as múltiplas ações sociais, pastorais, comunicacionais que a Congregação desenvolve, ou que nela ocorre, encontrei um fato, um acontecimento, um caso que me pareceu ser relevante.

Ao conversar com uma colega religiosa, que atua na área de direitos humanos, ela me sinalizou um caso na longínqua fronteira do Brasil com a Venezuela, em Pacaraima, no estado de Roraima. Uma cidadezinha de aproximadamente 19 mil habitantes onde, desde 2018, as Irmãs de São José de Chambéry trabalham com os migrantes. Ao consultá-la, ela me falou do caso e me aconselhou a buscar mais informações sobre ele. Minha primeira reação foi de estranhamento: “Como eu não tinha conhecimento desse caso? Por que ele não foi divulgado?” E o senso investigativo de jornalista me fez buscar imediatamente informações. Desde os primeiros contatos com o caso, identifiquei fortes aspectos de mediatização. Um deles se apresentou em meus primeiros movimentos, ao utilizar um recurso que, por si só, é um espaço mediatizado, ou seja, ao invés de buscar informações sobre o caso no contato dos interlocutores, procurei no *Google*, o motor de busca da *web* mais popular e mais acessado do mundo. Não precisei consultar muito, pois, ao colocar o tema: “invasão policial na Casa de Acolhida São José em Pacaraima”, uma lista de publicações, aparece em diferentes veículos, documentos, redes digitais, sobre o acontecimento.

Assim, nessa dança, a passos ainda pouco ritmados, contudo, em movimento contínuo, me defrontei com um caso interessante e, ao mesmo tempo, complexo. Por que interessante? Porque acontece em uma casa de acolhida de pessoas necessitadas, envolve assistência social e este é assunto que gosto de abordar; o

caso ocorre em uma casa das Irmãs de São José e elas estão totalmente envolvidas nele, são as protagonistas e isso é o que busco; a comunicação acontece, no caso, em diferentes níveis e é exatamente o que desejo estudar nesta investigação; a mídia lê, documenta, divulga o acontecimento por meio de olhares, posturas e ângulos variados; há indícios midiáticos e midiaticizados que o envolve, ou seja há elementos ricos sobre os quais me debruçar para entender o fenômeno da midiaticização. Por que o caso é complexo? Porque envolve uma situação de fronteira (Brasil – Venezuela), envolve a Igreja (religiosas, pastorais), envolve a polícia, envolve o estado (Defensoria Pública da União, Ministério Público), envolve os Direitos Humanos, entre outros. Tendo presente esses elementos, levei o caso ao meu orientador e assim nos defrontamos com meu objeto de estudo.

Como foi dito, o objeto é interessante, relevante, contudo, amplo e complexo. Requer um debruçar-se sobre questões concretas que tragam elementos palpáveis à investigação. O caso se relaciona com a intervenção midiática e suas consequências em micros e macros ambientes, especialmente, em acontecimentos que se passam em contextos geográficos e fronteiriços, envolvendo muitas variáveis distantes. Enfrentar o desconhecido que as novas tecnologias apresentam, bem como, aproveitar as mudanças trazidas por elas para bem desenvolver a missão social, religiosa, espiritual, assumindo um jeito novo de realizar as práticas comunicacionais/sociais, é um dos desafios que a Vida Religiosa Consagrada atualmente enfrenta.

É importante destacar que esse processo de escolha não foi simples. Mesmo apostando que o caso seria relevante à investigação, após a escolha feita, tive dúvidas, inseguranças e medo. Muitas perguntas fiz a mim mesma e ao caso. Será que vai ser possível desenvolver uma pesquisa que envolva a comunicação na VRC com este caso? E se não der “caldo” para a investigação, como vou ter tempo hábil para encontrar outro caso possível? Tendo consciência de minhas limitações pessoais e acadêmicas, vou dar conta de um caso que apresenta tantos detalhes e diversidade? Penso que isso ocorreu devido à complexidade dos aspectos que envolvem o caso e a gama de elementos que necessito articular para que se conectem, se entrelacem e se movimentem em um ritmo que produza sentido: invasão, casa de acolhida, religiosas, polícia, mulheres, comunicação, midiaticização, circulação, Igreja, Direitos Humanos, e outros. Tive receio de não conseguir fazer as relações necessárias para uma pesquisa em comunicação, que tenha como

referência o fenômeno da midiatização que se desenvolve em um local fronteiro e se expande.

Contudo, acredito que o episódio apresenta vínculos fortes com questões comunicacionais, pois, desde os primeiros sinais foi midiatizado: fotos feitas por testemunhas que retratam os policiais chegando na casa; vídeos que apresentam diálogos e todo o contexto que se vincula aos processos midiáticos de uma forma ou de outra. Além disso, a ação concreta das Irmãs de São José deve ser destacada, porque são as protagonistas do caso. Assim, considerando todos estes aspectos que serão analisados e devidamente explicados mais adiante, o caso foi escolhido para análise e investigação nesta pesquisa.

1.4 UM CASO, UMA CASA E UM OBJETO “POLISSENSÍVEL”

O caso “invasão policial na Casa de Acolhida São José” foi um acontecimento que ocorreu no contexto de Pandemia da Covid 19, em março de 2021 e envolve questões comunicacionais a serem investigadas. Nesse período, a fronteira Brasil – Venezuela (Pacaraima – Santa Elena de Uaiarén) estava fechada devido às normas de restrições sanitárias, por causa do risco de contágio da doença. Por esse motivo, as pessoas não podiam muito se movimentar, ir para outras regiões do Brasil e ficavam em Pacaraima. Isto aumentava o número de venezuelanos nas ruas da cidade (entre eles mulheres e crianças), pois os abrigos públicos não eram suficientes para acolher a todos.

Conforme Padilha, Felipe & Machado, Gustavo (2022), a pandemia foi uma das piores crises sanitárias da história e, devido ao perigo iminente do contágio, o ato assumido pelos governos de fechar fronteiras foi algo comum e necessário, realizado por muitos países. Contudo, os mais prejudicados foram os mais vulneráveis, neste caso imigrantes e refugiados que necessitavam fazer deslocamentos, bem como da proteção internacional.

Os autores destacam que, com as fronteiras fechadas, a vida dessas pessoas migrantes se tornou ainda mais difícil, arriscada e perigosa para a travessia. Neste contexto, se insere a Casa de Acolhida São José e o caso que analisamos. A casa acolhe mulheres e crianças que são ainda mais vulneráveis e correm maior risco de serem violentadas, abusadas, de contraírem o vírus e até de morrerem.

As Irmãs de São José, a Pastoral do Migrante de Pacaraima e outros organismos de Direitos Humanos agem sem medo e, conscientemente, acolhem na Casa mulheres e crianças, para dar-lhes proteção e segurança. E esta ação incomoda, pois há restrições sanitárias do governo no que se refere ao número de pessoas a serem acolhidas nos abrigos, devido à propagação e ao contágio do vírus. E aí se instala o caso aqui investigado. Mas, o que isso tem a ver com comunicação, midiatização, circulação, religião? Tem muito a ver e vamos explorar os detalhes mais adiante. Podemos dizer, por hora, que a comunicação perpassou todos esses aspectos, tendo presente que a pandemia, as restrições sanitárias, o fechamento da fronteira, as ruas lotadas de pessoas, a Casa de Acolhida, as religiosas de São José, a Pastoral do migrante etc., foram perpassados por fenômenos da midiatização. Por meio da mídia, das redes digitais, dos contatos via aparelhos celulares etc., as notícias chegavam e saíam, as informações eram acessadas e compartilhadas. Impossível seria ter tido conhecimento e envolvimento com essas questões humanitárias e sociais sem os sistemas comunicacionais.

Para Ferrara (2018), muitas vezes há uma comunicação que não vemos e que se encontra em um ambiente “polissensível”, ou seja, ela pode não ser tátil, mas é absorvida pelo que a envolve social, cultural e politicamente. Essa relação cria encontros, movimentos, passos de danças ritmadas ou não, e aí faz-se presente e acontece “um comunicar-se midiaticamente através dos próprios arranjos do espaço” (Ferrara, p. 62). Penso que, desde a primeira inferência, esse movimento é perceptível no caso em estudo.

Para melhor localizar-se no contexto deste caso complexo e “polissensível”, apresento mais detalhes. A Casa de Acolhida de São José foi criada em 2020 e é gerida pelas Irmãs de São José e Pastoral do Migrante da Diocese de Roraima. Possui, também, parcerias com outras Igrejas Cristãs. Na época da invasão, a Igreja Assembleia de Deus Água Viva era uma das parceiras. A parceria consistia em acolher os homens, esposos das mulheres que eram abrigadas na Casa São José.

A Casa foi idealizada justamente para acolher, por um tempo, mulheres e crianças migrantes e estava realizando sua função. Como mencionado, acolheu o máximo possível de mulheres e crianças, mesmo excedendo a quantidade permitida pelas leis sanitárias, tirando-as da rua, oferecendo comida, cama, remédio e segurança. Contudo, as polícias federal e civil, desconsiderando esse aspecto do cuidado e proteção da vida, alegando que a Casa estava descumprindo as leis

sanitárias pelo elevado número de pessoas recolhidas, no dia 17 de março de 2021, realizou uma operação na Casa, que foi denominada “invasão”, inclusive pelo ministério público.

Durante a invasão, diversas ações comunicacionais entraram em cena: pessoas da comunidade, que testemunharam a chegada dos policiais, fizeram fotos dos agentes e dos seus carros na frente da Casa, as quais foram rapidamente disseminadas nas redes sociais. Além disso, as pessoas dentro da Casa procuraram formas de registrar o momento com fotos, vídeos e diálogos gravados. Não tardou para que a notícia chegasse a membros da Cáritas diocesana, que foi a primeira a chegar para prestar ajuda. Uma mulher passou mal e a emergência foi solicitada. A referida operação ocorreu sem mandado judicial. Os policiais entraram na Casa e desalojaram mais de 70 pessoas, entre elas mulheres, inclusive gestantes, e crianças venezuelanas. A religiosa, responsável pela Casa, foi detida para esclarecimentos e liberada em seguida. No dia seguinte, a notícia do acontecimento já havia se tornado um caso público, pois estava em diversos sites, jornais locais, nacionais e de fronteira, como por exemplo, o site G1 Roraima, Folhabv.com.br, Bing.com, Migramundo.com, Folha de São Paulo, UOL Folha, Planeta Amazônia, IHU (Instituto Humanitas da Unisinos), Visão Mundial, En EL Nacional, além de redes digitais como Instagram e Facebook.

O evento adquiriu características midiáticas quando foi divulgado nas mídias digitais, jornais, redes sociais e assim se tornou amplamente conhecido. Essa visibilidade se intensificou quando ultrapassou as fronteiras da Casa, indo além de suas paredes, por meio de fotos, vídeos, depoimentos, entrevistas e pedidos de ajuda. O impacto do evento se estendeu para além das fronteiras nacionais, abrangendo não apenas países, como no caso do Brasil e Venezuela, mas transcendeu as divisões entre estados, cidades, mentes e compreensões, desafiando a aceitação do diferente.

A circulação das ações comunicacionais envolvidas no fenômeno da mediatização, presente no momento do fato e em seus movimentos, processos e abrangência, tornou-se o foco do meu estudo. Encontrei nele potencial para investigação. Percebi que se encaixava acertadamente nas minhas buscas por temas relevantes no contexto de comunicação e religião, em especial, por estar diretamente ligado à Vida Religiosa Consagrada. Além disso, sua rápida inserção

nas mídias locais e a subsequente ampliação midiática de curto prazo acrescentam uma dimensão dinâmica à minha pesquisa.

Conforme Nora (1984), é a história contemporânea, o acontecimento de hoje que gera maior interesse a todas as pessoas ou a um grupo maior de pessoas. Dessa feita, devido às repercussões e envolvimento das religiosas, senti que podia apostar nesse episódio. Ou seja, o caso se tornou importante e relevante, pois envolve um projeto social das Irmãs de São José e é uma religiosa a principal referência e alvo da invasão policial; envolve práticas comunicacionais religiosas e práticas sociais, e tomou proporções midiáticas no cenário nacional, fronteira e internacional.

Além disso, tenho interesse em analisar como a Congregação reagiu, procedeu e se envolveu com o caso, desde seu momento inicial até o momento atual. Como reverberou entre os membros da Congregação esse fato? De que forma as religiosas reagiram e estão reagindo? Que aspectos comunicacionais perpassaram o acontecimento e seu desmembramento na Congregação? São questões que me acompanham neste caminho.

Dessarte, percebo que meu objeto vai tomando outros rumos e expandindo meu olhar, ao mesmo tempo que se torna complexo e, se complexificam os modos de operar sobre eles (Weschenfelder, 2021).

Esse acontecimento começou em uma casa, um local específico, pode se dizer individual, e, dos microfenômenos que surgiram inicialmente, desprende-se para o coletivo, para os macroambientes, tornando-se um macrofenômeno e construindo-se coletivamente, em um caso midiático (Gomes, 2013). Ou seja, se desdobrou em diversas ações comunicacionais que veremos mais adiante. O caso ganhou repercussão, foi lançado na mídia e “perde-se o controle”. Desde o início, foi acompanhado por diferentes olhares e se constituiu em construções midiáticas, atingindo níveis micro no contexto local interno da Casa (com sujeitos beneficiados, funcionários e voluntários, a Congregação e parceiros), no contexto comunitário, envolvendo a vizinhança e os seus entornos, a níveis macros com repercussão na mídia nacional, fronteira e internacional. Portanto, o que pesquiso como fenômeno de midiática se expressa nas ações comunicativas em contextos que se expandem, desde a cotidianidade de uma ação missionária social da Congregação religiosa, ao envolvimento de outras instituições religiosas e sociais, atingindo o contexto midiático de veículos de comunicação diversos.

1.5 UMA PERGUNTA, UM PROBLEMA E A PESQUISA GANHA CORPO

Encontrado o objeto, o caminho seguinte foi fazer-lhe perguntas, no intuito de elaborar o problema a ser estudado. Cheguei à pergunta problema, considerando que o fenômeno da midiatização é processual. Como bem salienta Gomes (2013), para encontrar o objeto da comunicação, que pode se apresentar “arredio e fugaz”, é preciso educar a “*mirada*”, olhar de uma forma diferente o que é corriqueiro, cotidiano e imergir na realidade, no acontecimento e se concentrar no todo, de uma forma profunda “unicamente desse modo o pesquisador encontrará o seu objeto no brilho fugaz dos processos” (Gomes, 2013, p. 138). Assim, observando o caso acontecido, acredito que, certamente, teve efeito imediato na Casa São José, na comunidade local, na Congregação, na geografia fronteiriça. Além disso, os seus efeitos se estenderam de forma processual e contínua, em movimentos ritmados, como em passos de dança e foi encontrando espaços, nos meses seguintes (dois anos se passaram). Dessa forma, é possível inferir que ele esteve e está permeado pelo fenômeno da midiatização que foi, com o tempo, tomando outras formas e se movendo em amplas direções.

Após esse preâmbulo, procurando sinais do fenômeno da midiatização e sua abrangência no contexto do caso escolhido, apresento a pergunta problema que foi pensada, discutida e reformulada várias vezes: Como a midiatização se manifesta e se movimenta nesse contexto, desde seu início em 2021 até junho de 2023, realizando travessias em diversos níveis e ambientes comunicativos e alcançando uma ampla circulação? Assim, pretendo me debruçar sobre os fenômenos de midiatização que se apresentam nas ações que envolvem e acompanham o caso, as influências e implicações que tocam em problemáticas de natureza religiosa, políticas, sociais, entre outras e que perpassam por construções midiáticas, desde seu estágio zero, se assim podemos dizer, até o momento atual¹⁰.

Portanto, é de suma importância, para meu estudo, compreender como as construções midiáticas envolvem e afetam a realidade a partir desse acontecimento, que se torna meu caso de pesquisa, exatamente por estar envolto em processos midiáticos, em seu desenvolvimento e envolvimento múltiplos.

¹⁰ “Momento atual” aqui se refere a última inserção do Caso na mídia que foi em junho de 2023.

Para ter uma compreensão mais clara e precisa dos caminhos a percorrer e a desbravar em um ritmo, um movimento seguro e contínuo, necessário à pesquisa, outras perguntas me acompanham de forma secundária: o que há de novo nessas ações comunicacionais que são pensadas nos microambientes da Congregação religiosa e de suas nuances, que se expandem para macro situações, que são inclusive tomadas como referência de ações estratégicas de comunicação e de práticas pastorais mais amplas? O que há de mediação nessas novas experimentações pastorais, que projetam o ambiente interno da Congregação religiosa e que migram para o tecido sociorreligioso mais amplo?

Como objetivo geral a percorrer e buscar alcançar neste estudo tenho: Investigar como os micros processos comunicacionais se apresentam, se movimentam e se reconfiguram ao se deslocarem para ambientes macro de circulação. Acompanham este objetivo geral, os específicos: identificar as mudanças que os processos comunicacionais ocasionaram nas interações comunitárias locais na Casa de Acolhida São José e seus entornos; identificar os processos comunicacionais que se apresentaram quando o caso foi deslocado para ambientes de macro circulação; analisar como os processos comunicacionais surgidos com o caso reverberaram e foram acolhidos e vivenciados na Congregação, a nível local e global; apontar possibilidades e limitações que os processos comunicacionais e sua circulação, em diferentes cenários, oferecem para a Vida Religiosa Consagrada; identificar os tensionamentos entre instituições (governo, Igreja, Congregação), para responder às macros relações entre as instituições.

Nesse relato de abertura, procurei destacar o caminho, os passos, os movimentos iniciais desta pesquisa. Em alguns momentos, os passos são rápidos e otimistas; em outros, mais receosos, lentos e curtos. Mas, o importante é continuar tentando firmar o passo, não parar o movimento, não desistir no caminho. Seguir com passos específicos, claros e concretos. É o que tentamos fazer nos próximos quatro capítulos. O Capítulo dois segue com o tema: “Do acontecimento ao caso na ambiência da mediação”, traz aspectos importantes das teorias e conceitos que sustentam e direcionam o trabalho.

2 DO ACONTECIMENTO AO CASO NA AMBIÊNCIA DA MIDIATIZAÇÃO

"Na mediatização, o acontecimento se converte num fato público porque é incorporado a práticas sociais, rituais culturais, imaginários coletivos e saberes compartilhados que circulam socialmente". (Jesús Martín-Barbero)

Para esta pesquisa, algo fundamental tem sido o instrumental teórico no qual me sustento para estudar e compreender o fenômeno que investigo. Assim, tenho buscado os teóricos que pensam e discutem a mediatização e seus desdobramentos em diferentes ângulos e que, em alguns pontos, há concatenação de ideias. Nesse movimento, faço um percurso que possa me conduzir ao fenômeno da mediatização desencadeado pelo caso. Os caminhos epistemológicos da comunicação perpassam por estradas que têm história e percorrem tempos, ideias, pessoas, fenômenos dos mais diversos. Por isso, os temas se articulam de forma que possam construir uma compreensão do hoje, com referência aos processos já assimilados. Os temas vão desde a comunicação em geral, a comunicação religiosa, a comunicação nas instituições religiosas e congregações, à mediatização, circulação, linguagem, processos, campos sociais, atores sociais, caso e acontecimento, entre outros que se atravessam.

Para contemplar esses aspectos, neste capítulo convido para entrar na pista de dança e conduzir-nos à reflexão e ao debate de diferentes textos e autores que, segundo suas perspectivas e conhecimento, confluem seus pensamentos para caminhos que convergem. Ao trazermos conceitos e autores, vamos percebendo que seus conceitos, ideias, posições e concepções, muitas vezes se entrelaçam. Eles estão, de certa forma, engrenados uns nos outros e, mesmo com suas especificidades, os ritmos e passos da dança da mediatização os encontram dentro de uma pista que reflete, por todos os poros, a comunicação. Um exemplo disso é a circulação e a mediatização. Elas se fundem e uma não existe sem a outra, em minha compreensão. Contudo, trazemos a seguir os conceitos, separadamente, por uma questão de organização textual.

2.1 REFLEXÕES TEÓRICAS

2.1.1 Acontecimento, caso, caso midiaticizado

Iniciamos este quadro teórico trazendo o conceito de acontecimentos que se apresentam no nascer do caso a ser investigado. Quero dizer que é a partir de um acontecimento específico que este trabalho encontra lugar para a investigação. Acontecimento é uma palavra que se usa com frequência para designar algum fato ocorrido; é usada de forma ordinária, frequentemente para se referir a fatos ocorridos em nossa casa, trabalho, ao nosso redor e para coisas que acontecem longe de nós, no mundo. É algo que ocorre de repente, por isso não pode ser algo planejado, pensado, premeditado. Vera França (2012) afirma que o acontecimento pode ter outra conotação, quando é problematizado o seu conceito. Ou seja, a todo tempo coisas acontecem, contudo, nem tudo tem o mesmo peso.

Em se tratando de jornalismo, há um exemplo clássico para explicar sobre notícia. Por exemplo: “o cachorro mordeu um homem” é um acontecimento, porém é algo que não, necessariamente, pode ser uma notícia, pois, não é um fato extraordinário. Contudo, se “um homem mordeu um cachorro” isso poderá ser notícia, não é um fato comum. O mesmo exemplo podemos aplicar para acontecimento. Nem tudo que acontece tem o mesmo peso e afeta as pessoas da mesma forma. Para Vera França (2012), problematizamos “acontecimento” quando o acontecido se destaca e assim, torna-se importante de diferentes formas e recebe conceitos e compreensões, interpretações diversificadas. Ele suspende a rotina, ultrapassa o que era esperado, rompe com o conhecido, se faz notar, toca as pessoas. A autora destaca que, em um sentido midiático, o acontecimento é submetido a outras condições e dinâmicas e entra na dança da vida cotidiana, interpretada por múltiplas vias.

Segundo Nora (1984), a inflação de informações e as múltiplas interrogações que surgem do fluxo de informação fazem o acontecimento. Esta era a criação, construção do historiador ou do jornalista. Contudo, o acontecimento tem se transformado e, conseqüentemente, seu conceito e compreensão. Para o autor, há um novo tempo, uma nova forma de construir o acontecimento que não necessariamente passa pelo historiador. O acontecimento segue outra lógica, a lógica da midiaticização que está mergulhada nos mass-mídias e sem os quais, hoje,

não haveria acontecimento. Assim, o acontecimento moderno faz o historiador e as vivências cotidianas, “constrói a sua natureza” (Nora, 1984, p. 48).

O acontecimento é uma novidade que não precisa mais do intelectual, do pesquisador, do comunicador para ser transmitido. Mas, ele é fundamental para ajudar na compreensão, na clarificação, na explicação. É tempo das respostas rasas, superficiais, instantâneas. O profissional, aqui, é desafiado a mergulhar na complexidade de cada acontecimento e não mais apenas informar sobre ele. É preciso formar, construir significados com os elementos do acontecimento. Elementos que formam um “feixe” que unem os fatos e lhes concedem sentido (Nora, 1984).

O acontecimento, que aqui investigamos, se tornou meu estudo de caso, porque ele se encaixou em minhas buscas por algo relevante no contexto das relações entre discursos, envolvendo comunicação, circulação, processos e religião, uma vez que, quase que em tempo real, foi engendrado e veiculado nas mídias locais e tomou outras proporções midiáticas em curto prazo. Conforme Nora (1984), é a história contemporânea, o acontecimento de hoje que gera maior interesse a todas as pessoas, ou a um grupo maior de pessoas.

O acontecimento que buscamos descrever neste estudo está envolto em aspectos midiáticos e tornou-se midiaticizado por diferentes aspectos que vamos analisar. Podemos dizer que um estudo de caso midiático, ou midiaticizado, é uma análise detalhada de um acontecimento, enquanto evento específico, que se complexifica por meio da inserção nos meios de comunicação de massa.

Assim, o fato que estudamos ocorreu em uma casa, na Casa de Acolhida São José, em um local específico, na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima, fronteira seca com a cidade de Santa Helena de Uiarén, Venezuela. As duas cidades estão a 17 quilômetros de distância, o que facilita a disseminação de informações, notícias. A travessia pode ser realizada a pé, conforme mostra a figura 2, a seguir.

Figura 2 - Captura de tela de matéria do G1

Fronteira com a Venezuela

Onde fica Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana próxima da fronteira com o Brasil



Fonte: Mapa g1.globo.com

Na figura 2, percebemos uma curta distância entre as cidades e os países, o que torna este acontecimento um ato fronteiriço, também porque atende pessoas das duas nacionalidades.

O acontecimento se torna um caso quando, do contexto que o envolve, pode se extrair uma narrativa, quando há características de tempo/espço, quando ele faz referência a situações de interesse da sociedade e cuja manifestação se dá através de práticas comunicacionais, especialmente, as que são permeadas pela midiatização em curso, moldada segundo acontecimentos, por exemplo.

Para Aníbal Ford (1999), o caso tem a ver com a interrupção de sucessões, com uma ruptura do que ocorre de forma normal ou em série. Para ele, muitas vezes, casos produzidos aleatoriamente causam mais discussões, interesses e engajamentos do que as propostas que surgem das Instituições. Ele destaca que os casos narrados, de forma articulada, são marcos da cultura atual. E que o interesse da sociedade pelo caso se dá porque ele tem maior ascendência, melhor acolhida e,

consequentemente, maior peso na construção e circulação das significações expressas pela cultura midiática (Ford, 1999). Essa característica se expressa, por exemplo, pelo maior interesse dos espectadores, leitores, em informações narrativas do que conteúdos duros como política e economia. Percebe-se que o caso dá uma noção de algo fechado, não é um exemplo qualquer, é algo real, palpável, compreensível. E aí entram em cena questões como “causalidade, acaso, temporalidade, subjetividade, mesmidade, descontinuidade, ruptura e construção de séries” (Tradução nossa, Ford, 1999, p. 255). Ou seja, acontece uma transformação, há um movimento ritmado que o torna assimilável, sabido e familiar. Os passos da dança são compreensíveis e reconhecidos no movimento.

O autor salienta que, quando se narra um caso, há uma história contínua, detalhada e hierarquizada. Nesse conto se expressa, inegavelmente, a cultura. Assim, “não existe caso sem cultura, leis e convenções.” (Tradução nossa, Ford, 1999, p. 256). Dessa feita, como as narrações literárias têm objetivos e funções, as narrações da vida cotidiana não são diferentes. Elas buscam surpreender, ironizar, explicar, encantar, ensinar, chocar, mostrar e, às vezes, até são apelativas e sensacionalistas. Podemos lembrar, nesse sentido, de programas televisivos como *Cidade Alerta*¹¹ da Rede Record de Televisão e *Brasil Urgente*¹² da TV Bandeirantes. Esses programas narram casos de polícia e situações cotidianas, com frequentes características sensacionalistas e apelativas, com intuito de ensinar, ou apenas mostrar algo sobre as pessoas no mundo (Ford, 1999).

O autor ainda salienta que o caso pode ser expresso de diferentes formas, como por meio da oralidade, de imagens em vídeos ou fotos e, certamente, por meio de textos escritos. Destaca que, no entanto, quando o caso é apresentado em forma de narrativa, ele se reveste de elementos da história.

Ao refletir sobre o que Ford nos apresenta, é possível pensar no caso que investigamos, pois há características apresentadas que vêm ao encontro do que vamos inferindo na pesquisa. Ou seja, a narração do acontecido tenta explicar o fato por diferentes vias. Os atores-testemunhas têm sua interpretação a partir do local que ocupam, cada um narra conforme sua percepção e visão.

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qElm8G-6lh0&t=1340s> Acesso em 18 jan. 24

¹² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CRCGL3hF0P4> Acesso em 18 jan. 24

Fausto Neto (2020) explica que, um acontecimento e seus desdobramentos dependem de como ele se engendra no ambiente da midiatização. Ele vai se ajustando a este ambiente, e não apenas isso, vai tomando outras formas, entrando em outras lógicas e circuitos. Muda de fases, de contextos, ao ser inserido nos campos sociais diversos.

Assim, realizo aqui um estudo de caso que, segundo Braga (2008), oferece oportunidade de ampliar a visão dos elementos que constitui o objeto de pesquisa e colabora para uma compreensão maior dos fenômenos comunicacionais. O estudo de caso, segundo o autor, possibilita ao pesquisador encontrar, identificar indícios, perceber melhor o quão importante pode vir a ser o trabalho com base neste caso, ajuda, ainda, a perceber as inferências oriundas da observação, do contato, do olhar aguçado para uma situação específica (Braga, 2008).

No entanto, buscamos fazer aqui um estudo de caso midiatizado que, segundo Weschenfelder (2021) é desenhado tendo como foco sua inserção nos mais diversos meios de comunicação tecno-midiática. Essa inserção apresenta fenômenos que o estudo de caso ajuda a descrever e a compreender. Ele faz uma análise através da valorização e da descrição de detalhes do que ocorreu e ajuda a explicar sobre porque esse caso encontrou relevância nas mídias, destacando-se o protagonismo dos meios, o que eles fazem e como fazem” (Weschenfelder, 2021, p. 4). Ainda para a autora, o caso midiatizado se estabelece em um contexto que exige um olhar profundo e diferenciado para o fenômeno, percebendo-o em sua totalidade, buscando compreender seus diferentes ângulos de interação e como ele se apresenta nos meios de comunicação midiáticos. O caso midiatizado, nesse sentido, tem mais aspectos a aprofundar, a compreender e sua “dinâmica internacional”, sua dança e movimentos são mais complexos e abrangentes do que um “caso midiático”, que tem seu foco apenas no que a mídia apresenta.

2.1.2 Midiatização

Considerando o tema escolhido para esta dissertação, o conceito de midiatização é um dos conceitos, se não o principal, conectado com a circulação, a ser estudado e trabalhado nesta pesquisa. E, nesse sentido, as reflexões de Pedro Gilberto Gomes (2016), que desenvolve o estudo da midiatização como novo modo de ser no mundo, é um referencial teórico chave para a investigação sobre aspectos

de midiatização nos processos comunicacionais ocorridos no caso. Conforme Gomes (2016), a relação, o contato, o uso dos meios diversos de comunicação tecnológica e digital está inserido de forma profunda na vida humana e essa inserção cria uma nova ambiência, que pode ser chamada de ambiência midiatizada ou da midiatização.

Eliseo Verón (1980) reflete que os meios de comunicação são muito importantes para a disseminação e compartilhamento de valores na sociedade e, no centro dessa disseminação está a ambiência da midiatização, ou seja, para ele, a midiatização é central para dar significado àquilo que é compartilhado. A perspectiva de Véron sobre “sociedade em vias de midiatização” me coloca em alerta sobre perceber que, o que estudo é algo que não está acontecendo no momento. No caso investigado, o fato ocorrido aconteceu há dois anos e continua em processo, ou seja, em midiatização. Há um processo contínuo e essa concepção e clareza é essencial compreender (Verón, 1980).

Os autores Verón (1980) e Gomes (2016) nos colocam diante do caso da invasão policial na Casa de Acolhida São José, em uma perspectiva de olhar além, olhar através e para, sem limitar o espaço observado, convidando-nos a ter um olhar intra-acontecimento, ou seja, considerar a centralidade e a profundidade da ambiência da midiatização, bem como suas ramificações. Há um contexto que envolve interações comunicativas diversas, desde falas e gestos, a imagens, e sentidos produzidos, a reverberação por diferentes fontes e atores. Há um caminho percorrido, um movimento de dança frenética que ocorre de forma rápida e sem controle via mídias digitais por exemplo: hoje o caso ocorre em uma cidadezinha pobre no norte do Brasil. No outro dia, o caso está nas redes sociais, nos jornais nacionais, e chega aos Direitos Humanos Internacionais! - Isso expressa o movimento, a circulação e abrangência do caso.

José Luiz Braga (2012) instiga o pesquisador a ir além e incluir todos os elementos diversificados que podem favorecer a compreensão da comunicação e da complexidade que envolvem o fenômeno da midiatização. A abordagem de Braga é importante, uma vez que meu objeto de estudo é algo complexo e formado pelos mais diversificados elementos como cultura, língua, etnia, idade, religiosidade, formação, espaço temporal etc. Considerar a diversidade dos movimentos, indo além dos meios e objetos é essencial para uma visão sistêmica e completa de meu objeto de investigação.

Jesús Martín-Barbero (2004), examinando o conceito de Mídiação, afirma que estamos perante novas formas de estar juntos, cuja ligação não provém nem de um território fixo nem de um território racional ou a partir de um consenso racional e duradouro. Provém de dimensões cultural, racial e mais ainda, de identidades culturais, raciais e religiosas, de sexo e idade e identidades religiosas, gênero e idade, repertórios estéticos e gostos sexuais, estilos de vida e exclusões sociais. Porém, tudo permeado pelas mídias, tecnologias e processos sociais mediados.

Também a percepção de Fausto Neto (2013) sobre mediação no cenário da linguagem, produção e circulação é um aspecto importante a considerar no sentido de mergulhar na essência das relações e extrair, mesmo com toda a complexidade que envolve as relações humanas, as mais significativas experiências de vivências, compreensão, expressão, comunicação mediada, bem como o conceito de circulação desenvolvido pelo autor, acompanha todo o percurso da pesquisa.

A produção de sentido e a significação das experiências adquiridas pelas interações sociais, segundo Fausto Neto (2013), sofrem influências da “nova ambiência”. Para o autor, a ambiência da mediação é o espaço físico ou virtual onde a sociedade contemporânea mergulha, atua e participa de forma ativa. Os diferentes sujeitos absorvem diferentes significados conforme seu contexto e compreensão.

O caso aqui estudado envolve a atuação de diferentes atores sociais. Podemos inferir que o impacto, a afetação e a significação do caso para a principal vítima, a religiosa Ana Maria, e a forma como ela comunicou e divulgou a violência sofrida é diferente do que absorveu os policiais protagonistas da invasão e, com certeza, muito diversa foi a significação do ato para as mulheres e crianças abordadas. Na perspectiva da comunicação, os atores reverberam o caso por sua ótica. Depoimentos, imagens e fotos revelam isso.

Lucrécia Ferrara (2020) destaca que a mediação se refere ao modo como reinventamos o mundo, como somos no mundo e como construímos as relações humanas por meio do uso, nesta nova era, dos recursos tecnológicos. Segundo ela, trata-se de um programa político, ou seja, envolve uma construção social, que difere das formas homogêneas que a técnica impõe. A mediação faz com que as diferenças culturais, sociais, religiosas mostrem suas diferenças e sejam expressas, mesmo que por meio das técnicas, de forma heterogênea. Assim veremos que, no

caso investigado, as interpretações são múltiplas, dependendo do ponto de vista de quem recebe e passa adiante as informações. Para a autora, “a midiatização muda o lugar das relações humanas” (Ferrara, 2020, p. 282).

Sbardelotto (2017), sobre midiatização, salienta que somente é possível compreendê-la sob a experiência social contemporânea. É essa experiência que dá sentido e ajuda a interpretar a realidade atual que está mergulhada em “processos midiáticos cada vez mais acelerados e diversificados” (Sbardelotto, 2017, p. 67).

Na midiatização enquanto ambiência, o campo mídia já não é mais o gestor exclusivo desta realidade. Está se mesclando ao modo de ser (cultura) e de agir (discurso) de outras instituições e coletivos. “O trabalho discursivo de constituição do acontecimento midiático é atravessado segundo processualidades tecno discursivas que são tecidas através de múltiplas instituições e atores” (Fausto Neto, 2013, p. 59)

José Luiz Braga (2006) constata que a midiatização dos processos sociais é algo crescente. Essa constatação é perceptível nos modos de agir e interagir da sociedade com ela mesma. Há um movimento de aceleração e diversificação nos processos interacionais, que se deslocam para modos cada vez mais complexos, envolvendo a diversidade crescente da midiatização. Esse movimento é bem mais amplo e diferenciado do que simplesmente uma análise do uso dos meios. Para Braga (2006), o que o atrai nesse contexto é exatamente entender, estudar essa ação de percepção e inclusão dos meios, dos objetos, dos receptores e suas mediações, ou seja, ir além e incluir todos esses elementos diversificados que vão formando um campo complexo que é a midiatização.

Ana Paula da Rosa (2012) refere-se à midiatização como algo que vai além dos meios de comunicação, que possui outras lógicas comunicacionais e estas são empregadas de formas diversas pelas instituições sociais, dependendo da relevância que lhe é atribuída. Ou seja, no cenário da midiatização há outros elementos a considerar, como, por exemplo, o discurso. O discurso se envolve, se mistura com diferentes lógicas, com outros campos e perde-se a origem do ato comunicacional. Isso acontece, segundo a autora, exatamente por causa do fenômeno da midiatização que o envolve e o modifica.

Muniz Sodré (2014) apresenta um novo bios, o quarto bios, somado aos três já formulados pelo filósofo Aristóteles, *bios: politikos, praktikos, theoretikós*. Para Sodré, o bios da atualidade é o midiático ou virtual. Ele destaca como um novo tipo de forma de vida, que é caracterizado por uma realidade “imaginarizada”. Ou seja,

uma realidade feita de fluxos de imagens e dígitos que reinterpreta, continuamente, a realidade tradicional com novos suportes tecnológicos. Para ele, esse novo *bios* é uma nova forma de relação com o mundo. Nesse contexto, o autor faz pensar onde se encontram e como podem emergir os atos de perceber, sentir, pensar, conhecer, que implicam o levar-se a si mesmo ao encontro próprio do humano, do modo de ser no mundo. A inserção desse novo *bios* é mais uma dimensão complexa a tentar entender nos estudos da midiatização.

Eliseo Verón (2015) convida-nos a refletir sobre a sociedade em vias de midiatização. Destaca que a sociedade não é formada por dimensões únicas estruturantes, que a domina e explica seu funcionamento. Segundo ele, a midiatização se desenvolve e se envolve com diversos mecanismos e setores da sociedade, além de *feedbacks* complexos, criando as mais distintas consequências. Destaca que o ponto central, tanto para a investigação, como para a construção de teorias, é trabalhar sobre as relações particulares entre os fenômenos midiáticos. O autor chama atenção para as dimensões não mediadas dos processos sociais. Pois, se tudo é midiatização, o próprio conceito perde ainda mais interesse.

Faxina e Gomes (2016) entendem midiatização a partir da relação complexa que há entre a sociedade e a mídia, considerando que o mundo tecnológico é “parte da humanidade”, ou seja, há uma imersão desse campo tecnológico, quase que sem controle, na vida individual e social, que, conforme os autores, altera qualitativamente a esfera da vida humana. Assim, a midiatização é entendida a partir do conceito de unidade e de totalidade da vida individual e social, provocada pelo atual estágio de rapidez, criação, produção tecnológica pelo qual passa a sociedade e, conseqüentemente, a comunicação. Os autores propõem que a sociedade está em midiatização. O ser humano está em midiatização e isso hoje se configura como um novo modo de ser e de viver em sociedade.

Gomes (2017) fala de sua compreensão e entendimento sobre o processo de midiatização da sociedade. Para ele, a midiatização é a reconfiguração de uma ecologia comunicacional. De forma ousada, afirma que a midiatização é um princípio, um modelo, é uma atividade de inteligibilidade social. Destaca, ainda, que ela é a chave hermenêutica para a compreensão e interpretação da realidade. Nesse sentido, a sociedade percebe e se percebe a partir do fenômeno da mídia, agora ampliado para além dos dispositivos tecnológicos tradicionais.

Gomes (2017) reflete o espaço que a sociedade ocupa na atualidade e traz os exemplos do palco e da plateia. Segundo ele, a plateia ocupou todos os espaços do palco e, de certa forma, agora, todos estão no palco. Parece haver uma confusão, ou outra compreensão sobre o lugar social. A pessoa não se separa mais do ser mediatizado. Se um aspecto ou fato não é mediatizado, parece não existir. Aceitar a mediação como um novo modo de ser no mundo põe-nos numa nova ambiência.

Fausto Neto (2018) reconhece a existência de duas complexidades que se articulam a partir de lógicas e gramáticas: a de produção e de recepção. De um lado, as estratégias das ofertas, condensadas em torno das lógicas e gramáticas das instâncias que as produzem. Por outro lado, heterogeneidades de formas de apropriação que se expressam segundo lógicas de diversas gramáticas que estão situadas no mundo dos atores.

Segundo o autor, a mediação em processo complexifica esta dinâmica, ao suscitar que as estratégias que se engendram segundo lógicas e operações de mídia não apagam a natureza de uma complexa atividade circulatória que se faz nas dinâmicas das tessituras destas articulações. A mediação é uma fonte de complexidade, mas também deixa expostas pistas de sua processualidade. E, certamente, sendo a circulação uma das operações deste trajeto, já desponta como o objeto central dos estudos da comunicação.

Para Ferrara (2020), a mediação está ligada ao campo das interações, inter-relações nas mentes e trocas de valores humanos. Trocas que se expressam nos ambientes organizados de vivências e experiências. Para ela, os aparatos tecnológicos são auxiliares, ou seja, podem participar, ajudar nessas trocas, mas não são elementos essenciais.

Afirma a autora que, a mediação requer novas formas de acolher e entender valores humanos, novo jeito de agir e interagir. A mediação usa os recursos técnicos, mas sua característica informacional é feita de múltiplas diferenças. A autora destaca que a mediação se encontra em uma ambiência epistemológica e todo processo de reflexão e estudo fortalece essa compreensão. Isso pode ajudar a superar paradigmas que não mais se sustentam e conduz a um pensar a mediação em um contexto de circulação, para que haja espaço de diálogo com os modelos circulares que envolvem a comunicação. Esses modelos devem ser empíricos e observados, pesquisados, investigados, por meio de movimentos da mediação (Ferrara, 2016).

Gomes, no livro “desandar o andado” (2022), sobre o conceito de midiatização nos diz que ele

se constrói a partir de aspectos da realidade social contemporânea, ou seja, a midiatização não é caracterizada pela existência da técnica por si só, mas a finalidade dada a ela pela sociedade, como é o que ela faz com o aparato tecnológico (Gomes, 2022, p. 102).

O conceito de midiatização por mim compreendido até o momento, considerando o que aprendi das leituras efetuadas, se refere à percepção e análise crítica das mudanças que ocorrem no tecido social, mediadas por múltiplas formas e operações midiáticas, tecnológicas e virtuais. Midiatização, pode se dizer, é o resultado dos tensionamentos ocorridos entre cultura e sociedade nestes tempos em que uma “nova galáxia” desponta. Entendo ainda midiatização como algo que vai permeando todos os espaços e se revelando em “todas as práticas sociais”, mesmo que de formas diversas e em constante transformação. Assim, a sociedade vai se formando, criando e revelando outras formas de viver, ser, agir, a partir de novas concepções da realidade. “Um novo modo de ser no mundo” se apresenta, “uma nova ambiência” se cria.

O cenário da midiatização, em processo, tem uma relação direta com as transformações das condições de circulação de sentidos, conforme veremos.

2.1.3 Circulação

Antônio Fausto Neto (2012) conceitua circulação como o movimento que ocorre, por meio das práticas sociais e de práticas dos meios de comunicação, mediante mensagens que circulam de sujeitos a sujeitos, de ambientes a ambientes e vão dando sentido ao que é compartilhado por meio das diferentes linguagens. Esse movimento de circulação apresenta-se como essencial para compreender como as pessoas são afetadas pelos meios de comunicação e como ela vai moldando o modo de ser da sociedade. Segundo ele, a circulação se desenvolve de diferentes formas e atinge as mais diversas proporções em escalas que se apresentam desde o micro a macro ambientes, fazendo as mais diversas interpretações dos acontecimentos. Para o autor, “a circulação não é uma zona de recepção e de trânsito dos sentidos, mas *locus* de engendramentos de macro e microprocessos comunicacionais [...]” (Fausto Neto, 2018, p. 30). O autor enfatiza

que o conceito de circulação se torna complexo na medida que se desenvolve esse movimento, se torna o núcleo, a referência para compreender, para assimilar o fenômeno da midiatização na sociedade.

Fausto Neto (2018) explica que a circulação somente foi reconhecida como espaço de trabalho, estudo e pesquisa com grau de complexidade, quando, por meio dela pode-se perceber aspectos de “desarticulação” nas relações entre produção e recepção. Sobre isso, ele nos diz que:

O reconhecimento da circulação enquanto uma instância de trabalho dotado de maior complexidade, se evidencia quando sintomas da “desarticulação” na natureza do contato entre os polos de produção e de recepção são capturados a partir de pesquisas orientadas por modelos que vão além dos princípios da teoria da ação social (Fausto Neto, 2018 p. 16).

Ou seja, a circulação se tornou modelo para a percepção da organização dos processos de interação entre sujeitos. Ele exemplifica o processo como “feixes de relações”, uma dinâmica ainda pouco conhecida que apresenta relação assimétricas dentro do processo de interação e que é marcada pela descontinuidade, ou seja, o que resulta da relação depende de diferentes fatores como cultura, familiaridade, proximidade, grau de compreensão, entre outros.

Ao entrar em circulação, a mensagem encontra espaços e possibilidades ilimitadas para interação social e novas descobertas, bem como aguça a curiosidade para busca de novos conhecimentos (Braga, 2012). Assim, percebemos que o movimento da circulação faz com que a relação produtor e receptor, em especial o receptor, conduza a mensagem a partir de sua realidade humano-sociocultural e a leva adiante segundo suas percepções. O conteúdo do discurso é transformado, e se manifesta na sociedade formando circuitos de interação. Estes são identificados por grupos de iguais, por grupos de relações afins, por grupos que se identificam culturalmente. Para o autor é importante:

[...] perceber que essa circulação em fluxo contínuo não é apenas uma descrição abstrata. Ela se manifesta concretamente na sociedade, na forma dos circuitos culturalmente praticados, reconhecíveis por seus usuários e que podem ser descritos e analisados por pesquisadores. (Braga, 2017, p. 54).

Antes dessa compreensão de circulação, o processo se simplificava em um movimento de produção e recepção, considerando apenas a transferência de

informações de um sujeito para outro. A preocupação central residia na consistência entre o ponto de origem e o destino, e essa troca informativa era o critério principal. Com a compreensão de que os receptores desempenham um papel ativo, a circulação passou a ser melhor estudada, pesquisada e percebida como o domínio do reconhecimento e das variações que podem gerar entre uma apropriação e outra. Braga (2017) destaca que essa percepção da circulação em fluxo contínuo não é apenas uma abstração, mas se manifesta de maneira concreta, tangível na sociedade. Essa manifestação se configura em circuitos que são compreendidos, acolhidos, percebidos e praticados pelos sujeitos em comunicação. O autor adverte para que a circulação seja considerada a partir das diferenças obtidas, advindas da dissociação que ocorre entre as gramáticas de produção e reconhecimento que apontam para uma dinâmica não linear da mensagem.

A midiatização que refletimos anteriormente se apresenta com uma fonte de complexidade, contudo, seu movimento, articulações, inserções vão dando pistas, indícios de sua natureza e caminho processual (Fausto Neto, 2018). Nesse processo, encontramos a circulação que é parte integrante e indispensável dessas operações e se destaca como fundamental, para que o fenômeno da midiatização encontre espaço para se movimentar, se inserir e se transformar. “Passando de uma sociedade dos meios à concepção de uma sociedade em midiatização” (Gomes, 2017, p.30).

2.1.4 Processos Sociais

José Luís Braga (2012) aborda sobre processos sociais a partir do contexto da comunicação. Segundo ele, os processos sociais se caracterizam pela inserção do cidadão comum nas práticas e processos de produções, ações e interações sociais mediadas pelas mídias, que antes eram restritas à “indústria cultural”. Essa inserção favoreceu uma ativação crítica com elementos intencionais diante das diversas mediações que são acionadas quando o fator cultural se apresenta. O caminho percorrido colaborou para que os processos sociais se midiatizassem, pois, segundo Braga (2012), esses processos desenvolvem ações midiatizadas.

Para o autor, em um contexto de midiatização os processos sociais dizem respeito à relação que ocorre entre mídia e sociedade, tendo presente as influências que a mídia exerce nas pessoas e nos ambientes sociais. Para ele, o fenômeno da

midiatização se vincula a diferentes construções sociais e seus significados, provocados pelos meios de comunicação nos mais diversos âmbitos de relações humanas.

Processo social diz respeito a uma entrada experimental de participantes sociais nas práticas e processos antes restritos à indústria cultural – por crítica social, por reivindicações de regulação pública da indústria, por ações sociais organizadas para ocupar espaços de produção e difusão; e, certamente, pela ativação crítica e intencionada das mediações culturais, por apropriações “em desvio” das interpretações preferenciais da produção.

Ao mesmo tempo em que a questão comunicacional se torna presente e fundante para a sociedade, os processos sociais se mediatizam – no sentido de que tomam diretamente iniciativas mediatizadoras com a midiatização crescente dos processos sociais em geral. O que ocorre agora é a constatação de uma aceleração e diversificação de modos pelos quais a sociedade interage entre si.

2.1.5 Atores Sociais

Neste caminho de inserção nos conceitos, encontramos os “personagens da trama” - são eles os atores sociais. Sob a ótica da midiatização, compreende-se por atores sociais, pessoas, indivíduos, grupos, organizações ou instituições que se envolvem, que agem, que participam dos processos midiáticos. São eles agentes receptores, emissores e articuladores dos fatos e acontecimentos que se apresentam de forma complexa e não linear.

Para Castells (1999), os atores sociais se reconhecem e se constroem socialmente por meio de características sociais, o que não exclui a relação e interação com outros grupos culturais. Assim, entendemos que os atores sociais possuem um importante papel no contexto da midiatização pois disseminam conteúdos e exercem influência sobre eles. (Castells, 1999).

2.1.6 Campo Social

O campo social se constrói a partir de processos, regras, normas de conduta. Ele resulta de um caminho autonomizado, ou seja, que encontra seu próprio jeito de ser e existir. Pode ser definido como uma instituição que impõe suas regras,

estabelece hierarquias, recebe legitimidade pública, é reconhecido pela sociedade e tem suas características próprias. Os campos sociais são formados por instituições organizadas ou que se organizam para determinados fins. Podemos citar o campo social, político, religioso, militar, social, assistencial e educacional, entre tantos outros (Rodrigues, 1999).

Conforme Rodrigues (1999), esses campos se destacam pela interação entre si na sociedade e por sua adaptação às tecnologias, pelos impactos da midiatização em cada um deles. O autor destaca duas variedades ou aspectos que distinguem os campos sociais.

Devemos distinguir duas modalidades de legitimidade de um campo social: a própria e a vicária. Por legitimidade própria entende-se a que um campo social possui dentro do seu domínio próprio da experiência, ao passo que a legitimidade vicária é aquela que um campo social possui num domínio da experiência que não lhe é próprio, por delegação de um outro campo social (Rodrigues, 1999, p. 21).

Para o autor, identificar essa distinção é deveras importante quando há relação entre diferentes campos sociais. Essa relação, para Rodrigues (1999), cria as dimensões de campos sociais. Podemos entender que essas dimensões se expandem e atingem toda uma relação entre indivíduos, grupos, coletivos, sociedade. No caso investigado, temos uma presença forte do campo social religioso, entre outros campos. O campo social religioso - que envolve a Congregação das Irmãs de São José e seu trabalho pastoral, social e evangélico de cuidado e acolhida das mulheres e crianças - se mistura, se assim podemos dizer, com outros campos sociais, como político, policial/segurança, saúde - quando envolve as questões da Pandemia da Covid 19 -, campo jurídico, campo dos direitos humanos, entre outros. Há uma circulação entre os campos onde um "invade" o outro segundo seus interesses. Vemos nesta engrenagem a força e o poder da midiatização. É ela que, de uma forma ou de outra, envolve os campos, pois somente por meio da circulação do acontecimento nas mídias, os campos sociais foram se envolvendo com e no caso.

Fausto Neto (2015, apud Bourdieu, 1982, p.8), destaca a importância do campo social nas operações de pesquisa. Segundo ele, é importante lembrar que "o verdadeiro objeto de uma ciência social não é o indivíduo, é o campo que deve ser o centro das operações de pesquisa" (Fausto Neto, p. 5, 2015). Nesse sentido, destaco que a pesquisa aqui desenvolvida busca focar nos caminhos que a

mediatização percorreu, circulou a partir do caso. Ou seja, seu desenrolar no campo ou nos campos sociais, permeados de processos midiáticos. Seus efeitos mediatizadores nas religiosas, na comunidade, nos diversos grupos e campos sociais envolvidos.

2.1.7 Linguagem

Um dos meios que melhor expressa a produção de sentido nas relações humanas é a linguagem e suas possibilidades de funcionamento. A linguagem desempenha papel essencial na sociedade. Por meio dela é possível construir relações que geram significados e possibilitam a comunicação com níveis de compreensão. Com a linguagem interagimos uns com os outros. Seria impossível, sem algum tipo de linguagem, realizar processos de comunicação. Arrisco-me dizer que a mediatização não teria seus efeitos sem um processo de linguagem que a envolve em todos os movimentos. Assim, entendo que esta pesquisa está amplamente permeada de ações languageiras que comunicam o caso das mais diferentes formas: pela fala, por gestos, atos, movimentos, textos, imagens, entre outros.

Iniciamos trazendo a reflexão de Irene Machado (2001), que afirma não haver possibilidade de organizar qualquer ação e/ou informação sem a presença e intervenção da linguagem. Ou seja, a linguagem é elemento essencial para que o fluxo informativo aconteça e, conseqüentemente, a comunicação encontre lugar.

Para a autora, a produção do discurso depende de elementos diversos que se transformam durante a transmutação da informação, quer dizer, a mudança que ocorre entre o percurso da informação e sua passagem de uma dimensão a outra. O que acontece entre a emissão e a recepção da mensagem. Logo, compreendemos que ocorre uma decodificação da informação ao perpassar por caminhos dinâmicos de significados e códigos diferentes. Essa decodificação se apresenta devido ao universo receptor que pode estar situado nas mais diversas realidades: cultural, social, emocional, temporal, entre outras.

Neste sentido, Stuart Hall (2016) vem dizer que não existe uma mensagem já preparada, formulada, “preexistente” na realidade. Não há uma retransmissão da mensagem *per si*, que seja isolada e pode ser transferida de mente para mente

como se o receptor fosse uma “página em branco”. Há sempre uma problematização nesse percurso, segundo Hall.

Ao assimilar essa ideia, trago um exemplo que pode fazer com que compreendamos, concretamente, o que os autores querem dizer. Residi por um tempo na Tanzânia, um país do leste africano e, ao estudar a língua oficial do país (Swahili), mesmo memorizando palavras, expressões, regras gramaticais, lista de verbos e suas conjugações, percebi que precisava muito mais para me comunicar com as pessoas. Não bastava aplicar o conhecimento estudado para que uma conversa pudesse fluir e o ato comunicativo, que exige no mínimo dois sujeitos em sintonia para a emissão e recepção da mensagem, pudesse encontrar espaço. Dessa forma, a interação com a cultura, a compreensão das expressões enigmáticas, a pronúncia, os movimentos corporais, a rotina, a religiosidade daquela específica comunidade rural com a qual convivi, foram fundamentais para minha aprendizagem da língua e assimilação da linguagem.

O exemplo que apresentei vem ao encontro do que Hall (2016) e Machado (2001) se referem à produção de sentido como parte integral das relações humanas e culturais. Para que o sentido seja dado e produzido, há um constante “jogo de poder” que gira em torno do conhecimento construído. Há um sentido polissêmico no conhecimento, que somente terá entendimento dentro de um contexto. Assim, ao aprender que, para cumprimentar, educadamente de manhã, uma pessoa na Tanzânia, é preciso dizer muito mais que “*habari za asubuhi*” - que é uma das traduções para “bom dia”. É preciso falar “*habari za asubuhi, habari za leo, habari za familia*”, *Salama?* (para muçumanos), *Tusifu Yesu Kristo?* (para cristãos). As expressões todas são cumprimentos da manhã. Quando se usa apenas uma, indica pressa, informalidade, indelicadeza. O que não é aconselhável, principalmente para “*nzungu*” estrangeiro. É impossível chegar a esse entendimento, sem o mínimo de conhecimento da cultura e seu contexto.

Nesse caso, o “jogo de poder” se encontra na habilidade comunicacional. Quanto mais conhecimento eu tenho da realidade que me cerca, melhor “jogador” me torno e serei capaz de capturar o sentido da linguagem e sua significação. Ou seja, preciso adquirir o poder da compressão para uma interação comunicativa que seja sentida e tenha sentido. Os diálogos ocorridos durante o acontecimento da invasão policial, que veremos adiante, nos farão compreender, um pouco melhor, esse “jogo do poder” da linguagem. Por exemplo: uma religiosa que pede: “doutor,

posso falar?” Explicita o grau de poder colocado sobre o promotor que acompanha a invasão.

Stuart Hall (2016), afirma que o sentido, necessariamente, precisa ser compreendido dentro de uma esfera que contempla a disputa entre as relações de poder. O sentido é construído, ou escolhido entre outros para dar significação à informação. Para o autor, há um sentido dominante entre vários sentidos e que, para se chegar a ele, há lutas, disputas e representações.

Dar sentido, construir sentido, produzir sentido, são ações inerentes às relações pessoais e suas interações comunicacionais, seja nas esferas culturais ou sociais. Para Irene Machado (2001), o que se quer significar é que a informação, em um contexto comunicativo entre indivíduos, será codificada, decodificada, entendida e significada a partir da linguagem. É impossível efetivar um ato comunicativo sem essa interação da linguagem. Para a autora, a questão é ainda mais complexa. Ela entende que há diferenças entre algo ter sentido e ser sentido. Os dois casos evocam diferentes semioses. “Ser sentido e ter sentido evoca toda uma discussão quando se trata de compreender a produção e transmissão de sentido na comunicação mediada” (Machado, 2001, p.13).

O jogo de poder nas relações de linguagem, fazendo uso da expressão de Stuart Hall (2016), encontra inúmeras arenas de disputa, e uma gama de espaços e jogadores. O campo é vasto e os jogadores complexos. Um desses espaços são as mídias, que mediam atos comunicativos constantemente. Contudo, o que se comunica, se codifica e desperta conhecimento em uma mídia nem sempre produz os mesmos sentidos em outras mídias, ou seja, também nas mídias há divergência na significação da informação. Nesses casos, vale destacar que há sistema de signos com sentidos diversos que respondem a determinada realidade específica.

No caso do exemplo da aprendizagem da língua Swahili, que citei, ocorreu que, ao aprender e memorizar uma expressão de cumprimento formal, como bom dia, boa tarde ou boa noite e ser capaz de verbalizar em um ato comunicativo, muitas vezes, o indivíduo receptor apresentava um novo formato de cumprimento. Mudava palavras, ordem, tempo verbal e o sentido da mensagem ficava no vácuo, vazio. Esse exemplo faz entender que produzir sentido não é transmitir algo já dado, mas “construir uma dimensão sensível em ato de troca, ter e ser sentido são instâncias produtivas diferentes” (Machado, 2001, p.13).

Entendi que, para produzir sentido e desencadear trocas comunicativas com significação para ambas as partes, era importante um ato de imersão nos costumes, na cultura e nas práticas cotidianas. Falar a língua de um povo vai muito além de estudar a sua gramática. É preciso estudar a vida, o não dito, as entrelinhas e conquistar espaços. Assim se entende quando Stuart Hall (2016) afirma que os sentidos não se fixam no funcionalismo, mas sim nas relações e estruturas sociais. Contudo, os sentidos apenas funcionam quando mergulhados, imersos e articulados nas práticas culturais, sociais, políticas que vão constituindo os sujeitos sociais comunicantes. Dessa forma, o caso em análise somente pode ser estudado, entendido, aprofundado, investigado, como estamos fazendo, a partir de uma compreensão do contexto local, cultura religiosa, social, migratória, sanitária etc.

Fausto Neto (2014) destaca que, para o conhecimento da linguagem e o que a envolve no ato comunicacional, é fundamental considerar os aspectos sociolinguísticos que envolvem os diferentes grupos que compõem a sociedade. No caso que estudamos, temos claro essa diversidade de envolvimento: as religiosas, as mulheres, os policiais, a embaixadora etc. Como diz Fausto Neto (2008), os diversos atores sociais inserem protocolos específicos de linguagem que espelham suas identidades, suas formas de expressar as diferentes linguagens, bem como seus valores culturais, entre outros. Considerando esse pensamento é importante perceber que cada grupo, cada cultura, cada comunidade, ou seja, essa diversidade sócio discursiva tem seu jeito próprio de se comunicar, tem suas características linguísticas, tem sua forma de pensar e interpretar a mensagem recebida (Fausto Neto, 2012).

Na sociedade, a comunicação está envolvida pela relação entre circulação e linguagem. Esses dois fenômenos comunicacionais se completam para tornar possíveis, compreensivas e expansivas as relações sociais. Ou seja, a circulação das linguagens é que possibilita o fluxo das informações, do ir e vir e do transformar as mensagens e o conhecimento em formas dinâmicas e interativas. Esse movimento é fundamental para a construção da sociedade. Contudo, há diversidades e complexidades neste caminho, o que é natural se tratando de relações e de construção de identidades e significados (Fausto Neto, 2014).

Podemos dizer que o caso partiu de uma operação sócio-individual, através de atores policiais, para a comunidade, para os grupos que compõem a casa, para a sociedade, para os macroambientes, tornando-se um macrofenômeno e

construindo-se coletivamente, segundo dinâmicas de práticas comunicacionais que envolvem várias práticas de vários campos, transformando-se daí em um caso midiaticizado (Gomes, 2013). Ou seja, se desdobrou, em seguida, atingindo o status de um caso midiaticizado. Em diversas ações comunicacionais, que veremos mais adiante, o caso ganhou repercussão, foi lançado na mídia, desdobrando-se em várias instâncias de produção de sentidos.

Desde o início, o caso foi acompanhado por diferentes olhares, desde aqueles que o testemunharam (mulheres, crianças, religiosas), no ato do acontecimento, aqueles que indiretamente se envolveram (membros da Congregação, instituições apoiadoras, Igrejas etc.). Essas relações e afetações se constituíram em construções midiáticas diversas, atingindo níveis micro no contexto local interno da casa (com sujeitos favorecidos, funcionários e voluntários, a Congregação e parceiros); no contexto comunitário, envolvendo a vizinhança e os seus entornos; e, a níveis macro, com repercussão na mídia nacional, fronteiriça e internacional. Portanto, o que pesquiso como fenômeno de midiaticização se expressa por meio de ações comunicativas, em contextos que se expandem, desde a cotidianidade de uma ação missionária social da Congregação Religiosa, ao envolvimento de outras instituições de várias naturezas, via operações midiáticas, além de veículos de comunicação diversos, em escala de amplificação, do local ao internacional.

2.1.8 Comunicação e religião¹³

No contexto em que estamos refletindo, penso ser importante trazer aspectos relativos à religião católica e comunicação, uma vez que a pesquisadora está imersa neste campo social, o religioso católico. Acredito que se faz necessário ter presente estes aspectos, por ser o meu “lugar de fala” como pesquisadora e religiosa. Diante do caso investigado, há a presença central de religiosas que são o alvo do “ataque” da invasão. Elas não estão neste espaço “por acaso”. São membros de uma instituição religiosa, uma Congregação. Assim, o que se passa com elas, direta ou indiretamente, é sentido, ou deveria ser, por toda a Instituição.

Nivaldo Luiz Pessinatti (1998) afirma que a religião católica é tocada, atingida em todos os aspectos, pelo fenômeno da comunicação e isso se torna cada vez

¹³ Fazemos aqui um recorte e vamos nos referir, especificamente, à religião católica.

mais exigente. Podemos acrescentar que ela está neste contexto permeada também pela midiatização que envolve os processos sociais. E, neste aspecto, Moisés Sbardelotto (2019), no livro *Comunicar a Fé*, afirma que “a Igreja Católica, ao longo do tempo, tentou se aproximar, captar e responder aos sinais dos tempos comunicacionais” (Sbardelotto, 2019, p. 25). E isso vem acontecendo gradualmente. Basta observarmos o crescimento do uso dos aparelhos e aparatos tecnológicos, utilizados nas igrejas de maneira geral. Assim, a Igreja Católica e todas as instituições ligadas a ela, precisam acompanhar os processos de evolução presentes neste entrelaçamento comunicacional.

Para Pessinatti (1998), a Igreja Católica, bem como outras tantas instituições religiosas, tem à sua frente um grande desafio imposto pela modernidade, mas que, na verdade, caminha com ela ao longo da história que é o fenômeno da comunicação. Esse faz parte da história humana e, assim como ela, evoluiu, atingindo patamares jamais imaginados. Essa evolução apresenta algo novo para a instituição religiosa. Surgem questionamentos novos, valores novos, visão e compreensão do ser humano e da humanidade novos, e muitas provocações que não podem ser ignoradas e, diante das quais, é impossível ficar indiferente. Um desses aspectos é o fenômeno da midiatização.

Algo que faz parte da essência da comunicação católica é a evangelização. Ou seja, fazer chegar o Evangelho, a Boa Notícia, que é Jesus Cristo, a todas as pessoas. Segundo Sbardelotto (2019), Jesus é a revelação do que há de divino na pessoa humana. E “é isso que devemos buscar e encontrar nas pessoas com quem nos comunicamos” (Sbardelotto, 2019, p. 41). A outra pessoa possibilita um encontro com o próprio Jesus. Para o autor, é possível buscá-lo e encontrá-lo na relação-comunicacional com o outro. “Por isso, a comunicação cristã é chamada de cristocêntrica, para que a pessoa de Jesus seja a inspiração de tudo que se comunica” (Sbardelotto, 2019, p. 41).

O Diretório de Comunicação da Igreja Católica, Documento da CNBB N.99, (2014, p.7), citando os sermões de Santo Agostinho¹⁴, expressa o caminho da comunicação do Evangelho:

¹⁴ Agostinho de Hipona, conhecido universalmente como Santo Agostinho, foi um dos mais importantes teólogos e filósofos nos primeiros séculos do cristianismo, cujas obras foram muito influentes no desenvolvimento do cristianismo e filosofia ocidental.

Se quero, porém, falar contigo, procuro o modo de fazer chegar ao teu coração o que já está no meu. Procurando então como fazer chegar a ti e penetrar em teu coração o que já está no meu, recorro à voz e por ela falo contigo. O som da voz te faz entender a palavra; e quando te fez entendê-la esse som desaparece, mas a palavra que te transmitiu permanece em teu coração sem haver deixado o meu. Não te parece que esse som está dizendo “é necessário que ele cresça e eu diminua” (Jo 3,30)? A voz ressoou, cumprindo sua função, e desapareceu, como se dissesse: Esta é minha alegria, e ela é completa. Guardemos a palavra, não percamos a palavra concedida em nosso íntimo. (DOCUMENTO DA CNBB n.99, 2014 p.7).

Nas palavras poéticas de Santo Agostinho, percebemos a ação de uma palavra ao ser comunicada de forma íntima e relacional. O efeito desta comunicação é duradouro, ela não se “perde” depois de proferida, mas fica cravada no coração. Esse processo, para Santo Agostinho, é evangelizar, a palavra que fica é que dará frutos.

Destacando a comunicação como encontro, Moisés Sbardelotto (2019) afirma que a comunicação divina manifesta uma força criadora e criativa, ligada diretamente à vida e todas as suas formas. Para ele, “a comunicação em sentido cristão, é ir ao encontro de Deus na própria realidade de hoje e comunicar essa realidade sabendo que ela é presença de Deus hoje” (Sbardelotto, 2019, p. 44).

É importante destacar que a comunicação com todas as sociedades e com o mundo, de forma geral, é a grande finalidade de uma religião, além, claro, da principal finalidade que é a propagação da fé. O cristianismo, segundo Pessinatti (1998), pode ser dividido em dois capítulos: um referente às práticas e ações de comunicação com o mundo, e outro, aborda toda a dificuldade que a religião ainda encontra nos processos comunicativos.

Para Sbardelotto (2017), que reflete sobre as afetações da tecnologia na Igreja Católica e como a Instituição lida e se apresenta no ambiente digital, é um desafio analisar o fenômeno da midiatização, devido à complexidade de sua prática nos ambientes sócio-midiáticos. Ele destaca que “é preciso contemplar esses ambientes na busca de acender uma realidade que esconde uma ambiência social mais ampla” (Sbardelotto, 2017, p. 98, apud Gomes, 2012, p.18). Considerando esse aspecto, no caso da invasão policial que investigamos, percebemos que há uma complexidade de sujeitos e fenômenos midiáticos envolvidos que atingem ambientes religiosos, políticos, sociais e que, certamente, será necessário um mergulho profundo na realidade do acontecimento para perceber sua abrangência comunicacional e de midiatização. Isso é o que temos como desafio nesta pesquisa.

Spadaro (2012), que tem importantes contribuições no que se refere à Igreja e à comunicação no caminho da conectividade, na mesma linha de Sbardelotto, discorre sobre a inserção do mundo digital “dentro de nosso mundo ordinário” (Spadaro, 2012, p. 18). Para ele, o digital é uma extensão da realidade e traz ricas contribuições para as relações humanas e suas interações com o mundo e os acontecimentos. No caso investigado, essa interação com as mídias foi fundamental para sua relevância e repercussão, pois, no ato do acontecimento, algumas pessoas que presenciam a invasão policial de forma rápida, e quase que automática, pegam seus *smartphones* e fotografam ou filmam o acontecimento para fazerem a denúncia e provarem que são testemunhas oculares. Essa documentação foi fundamental para a repercussão do caso nas mídias e para esta pesquisa em curso.

Nesse contexto de reflexão, identificamos que o tema da comunicação, novas tecnologias, mídias é uma realidade presente, crescente e latente na Igreja Católica e, conseqüentemente, no interior das Congregações Religiosas. Assim, percebemos, como já citado, que a Vida Religiosa Consagrada tem sofrido mudanças significativas nos últimos anos no cenário religioso e comunicacional, bem como outras instituições religiosas e tradicionais. Em poucos anos, assistimos que os avanços das tecnologias causaram reviravoltas em comportamentos, ações, formas de viver, de ver o mundo, de se relacionar com Deus, entre si, com as pessoas em geral e nas práticas que vinculam os agentes religiosos e leigos. Adentramos, dessa forma, em uma “nova ambiência” um pouco ainda - ou muito - desconhecida e desconfortável.

O Papa Francisco, na Carta Encíclica “Fratelli Tutti”, lançada em 2020, afirma que “em nossos dias as redes de comunicação humana atingiram progressos sem precedentes” (p.108, n. 205). Para Francisco, a internet traz mais oportunidades de encontro e solidariedade entre as pessoas, é algo bom, é um presente de Deus. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães, entretanto, no primeiro capítulo do livro “O Humano na Comunicação”, organizado por Helena T. Puntel (2021), alerta sobre a era de mudança que a humanidade vivencia e que essa é uma era de “comunicação à exaustão” (Guimarães, 2021, p. 29), o que traz consequências como atitudes de fechamento, intolerância, invasão de privacidade, entre outras. Assim, percebe-se que essas mudanças, trazidas pelas novas tecnologias, chegaram como um vendaval, uma tempestade, ou mesmo um terremoto, que gerou movimentos sísmicos, desestruturando, tirando do lugar coisas até então sedimentadas, como as

práticas e rotinas de um convento. Diante dessa conjuntura, é compreensível o que vamos refletir, mais adiante, sobre o medo e talvez desconforto da Vida Religiosa Consagrada em lidar com as mídias e a exposição midiática. Veremos como as religiosas da Congregação de São José de Chambéry tiveram dificuldade em “lidar com o caso”.

Portanto, ao refletir sobre o caso, é importante assimilarmos essa conjuntura de ideias que os autores nos apresentam para compreendermos como o fenômeno da midiatização nele se manifesta. Podemos falar e identificar a ambiência de midiatização que o envolve, uma vez que internalizamos os conceitos balizadores do tema.

No capítulo que segue, trazemos as pré-observações que realizamos das dinâmicas do caso, ou seja, fatos, sinais, elementos que antecederam a divulgação e proliferação do caso nas mídias. Discursos, fotos, vídeos, campos, sociais e atores sociais que se apresentam e ajudam a compor o acontecimento e sua circulação midiatizada. Além disso, apresentamos no início do capítulo as escolhas metodológicas que optamos para esta pesquisa e que acreditamos ser o melhor caminho para bem desenvolvê-la.

3 DA OBSERVAÇÃO PRÉVIA ÀS DINÂMICAS DO CASO

“¿Que estás mirando? [...] estoy mirando algunos subsistemas sociales y uno que otro sistema socioindividual [...] (Eliseo Verón, 2013)

O sociólogo, antropólogo e semioticista argentino, professor de ciências da comunicação Eliseo Verón inicia o capítulo 26 de seu livro “La semiosis social” com um exemplo, do qual recortamos a epígrafe deste capítulo. Para falar sobre a epistemologia do observador, Verón (2013) sugere, ao leitor, que imagine uma cena. Na cena, ele estaria em um espaço público com amigos e começaria a observar lentamente, os movimentos ao seu redor. Isso levaria o amigo a lhe perguntar: “o que está olhando?”. O autor afirma que se respondesse: “estou olhando alguns subsistemas sociais e um que outro sistema sócio individual”, a resposta, certamente, geraria estranheza e o amigo poderia pensar que ele estivesse alcoolizado, ou que se tratasse de uma brincadeira de um duvidoso semiótico. Contudo, afirma que seria uma ótima pergunta, mas que a resposta, por mais simples que fosse, exigiria uma reflexão mais profunda (Verón, 2013).

Fiz a escolha de iniciar o capítulo com este exemplo, pois o que pretendemos fazer, aqui, não é dar respostas rápidas às questões que fazemos nesta pesquisa. Antes, conforme bem orienta o mestre Verón, precisamos observar os contextos do caso, suas particularidades, singularidades e dinâmicas. *Mirar*, uma, duas, três vezes, o quanto for necessário, os sistemas sociais e sócio individuais, a realidade local, social, cultural, os atores envolvidos, as instituições, a Congregação... ou seja, tudo o que envolve o acontecimento que investigamos. O caso é complexo e vamos percebendo isso na medida em que observamos os elementos que vão compor a trama.

Assim, buscamos destacar o chão, o espaço que o caso ocupou: se tornou nota pública, veiculou em jornais, sites, redes digitais, chegou aos Direitos Humanos Nacional e Internacional... e foi conteúdo, tema de dissertações. A minha pesquisa é um exemplo disso. Sem os meios de comunicação, ela não seria possível. Veremos que cada situação requer uma forma de observação diferente, das simples às complexas. Por isso, neste capítulo, o convite é para observarmos o que suscitou este acontecimento, o que surgiu a partir dele e, principalmente, observar o que há de comunicação neste caso. Lembramos de que este trabalho não tem um foco em

questões policiais, de migração, nem mesmo um sentido social, ainda que estes temas perpassam o caso. Nossa preocupação aqui é observar o que há de comunicação e perceber a dinâmica da midiatização e circulação que movem o caso, neste contexto específico. Antes, porém, queremos situar o leitor na dinâmica metodológica eleita para acompanhar esta pesquisa.

3.1 METODOLOGIAS E CONVERGÊNCIAS

A pesquisa científica é um caminho realizado pelo pesquisador que utiliza processos racionais e sistemáticos para responder aos objetivos buscados, ou seja, responder às perguntas propostas e procurar meios para resolver o problema em questão. É importante que o pesquisador tenha certo conhecimento do tema, para que possa sistematizar o processo de estudo (Casarin, 2012).

Segundo Casarin (2012), um projeto de pesquisa deve seguir alguns passos criteriosos para que tenha um resultado satisfatório. Deve, necessariamente, seguir etapas que ajudarão a delimitar e acompanhar cada fase da pesquisa. Isso contribuirá para o pesquisador estabelecer uma sequência lógica, temporal e esquematizada de seu trabalho. Sem esse caminho, corre-se o risco de perder elementos essenciais do processo como: foco no tema, problema, objetivos, referências teóricas, hipóteses e a metodologia.

Buscando um caminho que nos conduza a uma pesquisa relevante e séria, para não correremos o risco de nos “perdermos” no processo, a metodologia que elegemos e que pensamos responder, da melhor forma, a investigação do caso inspira-se nos trabalhos de Aline Weschenfelder (2020): o estudo de caso. Ela sugere que, para a compreensão do que venha a ser um estudo de caso, é necessário que nosso olhar esteja voltado para a “totalidade do fenômeno específico, buscando compreendê-lo através de operações específicas, além do foco nas plataformas midiáticas, bem como dos meios” (Weschenfelder, 2020, p. 6). Com esse movimento, é possível identificar o “caso midiatizado” que, devido à dinâmica de várias operações de meios e de suas relações complexas, se diferencia de um “caso midiático”.

José Luiz Braga (2008), ao discorrer sobre estudo de caso, destaca que ele pode ser direcionado e articulado para finalidades específicas. São elas:

a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos que são intuitivamente percebidos como de interesse para a área (o conhecimento dos casos em si); b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias (situações particulares versus conhecimento estabelecido); c) pela lógica própria dos processos indiciários, gerar proposições de crescente abstração «a partir de realidades concretas»; d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no «desentranhamento » de questões comunicacionais diretamente relacionadas ao fenômeno «em sociedade» (Braga, 2008, p. 77)

Para o autor, o estudo de caso, por ser mais pontual e específico, favorece um conhecimento “rigoroso” do fenômeno estudado, bem como se assenta em questões concretas da realidade, contribuindo para o sucesso no “desentranhamento” de questões comunicacionais. Braga (2008) destaca, também, que em um estudo de caso as inferências podem ser previstas em dois níveis. No primeiro, as que dizem respeito às lógicas específicas, singulares do caso e suas regras internas de funcionamento; no segundo nível, as inferências que dizem respeito à inserção do caso nos campos sociais, no contexto que o envolve e nos elementos e fenômenos de interesse da pesquisa.

Nesse sentido, a pesquisa que realizamos faz um mergulho profundo nos elementos da metodologia do estudo de caso, considerando a reflexão de Aline Weschenfelder (2020) e José Luiz Braga (2008), buscando olhar o específico a partir de uma totalidade que o envolve, bem como, considerar a complexidade do fenômeno. E, ainda, ter a sensibilidade e a destreza de inferir o que advir de comunicacional em um caso específico, concreto inserido nos campos sociais mediatizados. É o que estamos buscando “alcançar” com esta pesquisa.

Considerando a complexidade que envolve o fenômeno da mediação e o caso em análise, além do método do estudo de caso, outros métodos irão perpassar a pesquisa, como, por exemplo, a entrevista. A entrevista é definida por Haguette (1997 apud Boni; Quaresma, 2005), como um “processo de interação social entre duas pessoas, na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (Haguette, 1997 apud Boni; Quaresma, 2005, p. 5). Nesta pesquisa, fizemos uso deste método, principalmente, para obter informações a respeito do fato da invasão policial. Entrevistamos as religiosas envolvidas, mulheres atendidas que estavam na casa, voluntários, entre outros. Realizamos entrevistas com lideranças da Congregação, sobre a repercussão do caso na Instituição religiosa.

Também procuramos trazer algum aspecto da análise de conteúdo, pois vamos apresentar, na análise a seguir, diversos materiais que reportam o caso em ângulos e visões diferenciadas. Assim, conforme Laurence Bardin (1977), é possível entender a análise de conteúdo tendo como referência dois polos:

a objetividade e rigor que a ação exige e a fecundidade da subjetividade. Para ela, o investigador é absolvido e assegurado de uma atração pelo que está ainda a ser descoberto. Aquilo que está latente, que não se apresenta claramente, o que é potencial e que pode ainda ser dito, o não-aparente retido por qualquer mensagem (Bardin, 1977, p. 19).

O fenômeno da mediação que buscamos investigar no caso escolhido precisa ser desvendado, desvelado e percebido de forma clara, objetiva ou latente, em potencial, ou nas entrelinhas do acontecimento. Por meio da análise de conteúdo, esse caminho pode ser feito. Desse modo, podemos dizer que faremos um percurso transmetodológico nesta pesquisa. Interligando métodos que se completam e se confluem. Procuraremos problematizar o método. Vamos nos aventurar na construção de um “método mestiço”. A proposta suscita mudanças, transformações, saídas de zona de conforto. Ela desafia, instiga o pesquisador em seus processos de construção e investigação e, certamente, provocará mudanças consideráveis em seu fazer científico (Santos, 2023).

O caminho da transmetodologia desperta para um pensamento caminhante, dançante, resistente, resiliente que vai se construindo. Nesse caminho, a reflexão é parceira, companheira de estrada. Assim, o conhecimento vai sendo construído e ele é transformador. Para isso, há de se contextualizar os saberes, de religar os saberes e fazer conexões (Santos, 2023). Esse processo é algo que buscamos realizar em todo percurso deste estudo em comunicação e mediação.

A seguir, apresentamos os materiais e conteúdos midiáticos, sobre os quais vamos nos debruçar no capítulo seguinte, para que o leitor tenha uma primeira ideia da repercussão do caso e até onde ele chegou conduzido por operações de mídias.

3.2 RESPEITANDO A SINGULARIDADE DO CASO

O caso que investigamos envolve diferentes processualidades, muitos e variados elementos que precisam ser conhecidos e assimilados para uma melhor

compreensão da pesquisa. Há um extenso corpus de mensagens produzidas e disseminadas por práticas midiáticas e sociais. Aqui buscamos descrever elementos que nos ajudam a identificar a complexidade do que está em análise. Especificamente, o desenrolar do acontecimento, situando e localizando a referência da casa, onde, em uma espécie de matriz, o acontecimento “nasce”. E nasce em um local específico, na Casa de Acolhida, dirigida pela Congregação das Irmãs de São José de Chambéry.

A matriz do caso se funde, se faz, se constrói dentro do espaço de trabalho de missão evangelizadora das religiosas que ali residem, junto às mulheres migrantes venezuelanas, acolhidas na Casa de Acolhida São José. Nela eclode o acontecimento, através da invasão policial, que foi posta em circulação, principalmente, por diferentes modalidades de mídias e ganhou rapidamente repercussão nas malhas midiáticas, por meio dos registros compartilhados. Foi assim que se desenrolou o caso, tornando-se um caso midiático, e, em seguida, midiaticizado, conforme veremos mais adiante.

3.2.1 A Casa de Acolhida São José

A Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, em seu Documento Final do Capítulo Geral de 2015, orientava as Irmãs para realizarem algo de concreto, que atendesse o apelo referente às populações de migrantes e refugiados no mundo. Em assembleia no Brasil, em 2018, as religiosas discutiram o tema e surgiu a ideia de uma parceria no atendimento aos migrantes venezuelanos, no estado de Roraima, no norte do Brasil. Para realizar a parceria, foi considerado o aspecto emergente de crises política, econômica e social da Venezuela, a escassez de itens básicos para o consumo diário, como alimentos, medicamentos, energia, higiene básica, entre outros. Esta situação gerou grande fluxo migratório desta população para o Brasil. Em 2018, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística, (IBGE)¹⁵, chegaram 10 mil venezuelanos ao país. A maioria dessas pessoas chegou primeiro em Pacaraima. Elas adentravam o país pela

¹⁵ Notícia complementar sobre o contexto do caso. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-cerca-de-308-mil-imigrantes-venezuelanos-somente-em-2018-chegaram-10-mil-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 28 ago. 2023

fronteira seca, a pé, e chegavam com grande vulnerabilidade, sem noção de seus direitos de migrantes. As dificuldades que encontravam eram diversas, como: o idioma português, a educação para as crianças, local para abrigo, xenofobia, entre outras. A maioria dos que chegavam em Pacaraima continuava a viagem para a capital Boa Vista ou outros estados do Brasil. Esse caminho continua sendo feito, ainda hoje pelos que ali chegam, conforme notícia do Jornal Zero Hora de 18 de agosto de 2023. Diz a manchete da matéria: “Migração venezuelana para o Brasil volta a crescer e tem protagonismo feminino”. A matéria relata que “Entre janeiro de 2017 e julho de 2023, quase 1 milhão de venezuelanos entraram no Brasil, a maioria pela cidade fronteiriça de Pacaraima, em Roraima”¹⁶.

Diante dessa difícil realidade, em especial para as mulheres e crianças venezuelanas, as religiosas conversaram com o bispo local da época, Dom Mário Antônio da Silva, bispo de Boa Vista/RR e com o Padre Jesus Lopes, pároco de Pacaraima/RR, e selaram um compromisso de trabalho em conjunto em prol dessas pessoas.

Em 10 de agosto de 2018, duas religiosas chegaram em Pacaraima para iniciar a missão. Inicialmente, conheceram a realidade local e foram se integrando aos trabalhos de assistência que lá existiam e, aos poucos, a CASJ foi sendo idealizada¹⁷.

A Casa de Acolhida São José foi idealizada por Irmã Ana Maria da Silva, uma das religiosas que chegou em Pacaraima em 2018. Ela se tornou, junto à sua Instituição Religiosa, a primeira responsável pela Casa, cujo início do seu funcionamento se deu em 2020, durante a Pandemia da Covid 19, em um momento em que a fronteira Brasil – Venezuela estava fechada.

Segundo Adriana Sangali, gestora de Comunicação da CASJ, com quem conversamos por meio de mensagens de aplicativo, a Casa sempre foi sensível em relação à questão de pessoas migrantes e refugiadas que chegavam na cidade sem documentação e pediam abrigo. Nunca era negado abrigo, mesmo que as pessoas precisassem dormir um pouco “apertadas” por falta de espaço. Mesmo durante a

¹⁶ Notícia complementar sobre o contexto do caso. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/08/migracao-venezuelana-para-o-brasil-volta-a-crescer-e-tem-protagonismo-feminino-clft1sw7001n0152l27bg2nm.html>. Acesso em 08 feb. 2024.

¹⁷ CS Journal: Revista bimensal que circula na Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, a nível global. Disponível em: https://www.csjchambéry.org/painel/admin/upload/csjournal/csjournal_93_pt.pdf. Acesso em: 28 ag. 2023

Pandemia da Covid 19, em período de fronteira fechada, a CASJ não se omitiu diante da necessidade básica humana de apoio e auxílio para alimentação, banho, teto e segurança, para as mulheres e crianças.

Na imagem a seguir (figura 3), destaca-se a atual fachada da Casa, que apresenta, em letras garrafais, suas referências de identificação: “CASA DE ACOLHIDA SÃO JOSÉ”. Deixando explícito, na fachada, a comunicação sobre qual é a finalidade da casa: acolher, acolhida.

Figura 3 - Fachada da atual Casa Acolhida São José



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Maria

Veremos a seguir, (figura 4), uma mulher Venezuela que chega, com seu filho no colo, ao portão da casa para pedir abrigo. A imagem nos comunica um movimento, uma busca, um olhar, talvez de esperança e, ao mesmo tempo, medo. O portão está fechado. O que isso pode lhe comunicar? Proteção para quem está dentro? Abrigo? Não há vaga? A criança parece dormir tranquila, provavelmente, alheia às dificuldades e buscas da mãe.

Figura 4 - Fachada da atual Casa Acolhida São José



Fonte: <https://www.facebook.com/casjrrofficial>

Segundo Irmã Ana Maria da Silva, em entrevista no dia 30 de agosto¹⁸, o espaço ocupado é alugado. Em 2021, quando a Casa foi invadida, ela e o grupo de coordenação já estavam planejando mudar de local, pois era pequeno e as condições eram precárias. A mudança ocorreu logo depois do acontecimento e, atualmente, utilizam a casa que vemos nas imagens 3 e 4 acima.

Um dos apoios fortes da casa é o Serviço de Pastoral dos Migrantes (SPM) da Diocese de Pacaraima, entre outras instituições e colaborações voluntárias. Destaca-se um grupo de amigos do estado do Paraná, que desde 2020, quando conheceram a Casa em uma visita à cidade, contribuem, mensalmente, com uma quantia que garante a atuação, em formato colaborativo, de quatro voluntárias.

A Casa integra a rede de proteção brasileira para acolhimento e integração no país. Sua capacidade, em tempos não pandêmicos, é de até 150 pessoas que são acolhidas, por, no máximo, 30 dias. Nesses dois anos de existência, já passaram pela Casa, aproximadamente, 2.500 mulheres e 8 mil crianças.

A Casa é mantida com a ajuda efetiva de voluntárias, que são mulheres venezuelanas e brasileiras; recebe doações que vêm de diferentes grupos da

¹⁸ Entrevista completa com Ana Maria Silva em anexo A.

sociedade e das Igrejas. Um apoio importante é da Operação Acolhida do governo brasileiro, que provê as três principais refeições do dia e, algumas vezes, recebe ajuda de agências das Nações Unidas para materiais de higiene.

O projeto conta, ainda, com apoio financeiro do Fundo Global das Irmãs de São José para projetos de ajuda a causas humanitárias, bem como há contribuições financeiras e recursos humanos de diferentes instituições como a Cáritas Nacional, Pastoral do Migrantes, entre outros.

A Casa também estende seu trabalho de atendimento a mulheres e crianças em situação de rua em Pacaraima, conforme disponibilidade de donativos e mantimentos que recebem. Tem como missão a promoção e defesa da vida com dignidade, conforme os Direitos Humanos, buscando acolher e escutar as mulheres e crianças, ajudando essas pessoas com tudo que seja referente à política de proteção ao refugiado e migrante. Atua também em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e cultiva os valores da unidade, do amor, da caridade, do respeito, da partilha, da convivência, da cooperação, da sororidade¹⁹.

3.2.2 A invasão policial como desencadeamento do caso

O caso que elejo como meu objeto de estudo e investigação se corporifica e se envolve em um conjunto de fatos que perpassam e se entrelaçam ao fenômeno da midiatização e circulação. O caso foi midiatizado em diferentes veículos de comunicação de formas distintas, o que vem ao encontro de minhas preocupações e buscas investigativas. Veremos, mais adiante, que ele teve repercussão, principalmente, nas mídias sociais impressas e digitais no Brasil e Venezuela. Veio a público quase em tempo real, pois foi registrado, por meio de fotos realizadas por testemunhas da comunidade, desde a chegada das viaturas policiais na frente da Casa. No dia seguinte à invasão, o caso foi notícia no site G1.com, seguido de outros veículos de comunicação. Além de uma nota pública por justiça e dignidade contra a violência, assinada por dezenas de instituições parceiras, em especial aquelas que se dedicam aos direitos humanos.

¹⁹ Informações obtidas no site da Casa de Acolhida São José. Disponível em: <https://casadeacolhidasaojose.org.br/a-casa/>. Acesso em: 30 ago. 2023

O acontecimento foi atingindo outros ambientes de macro alcance como os Direitos Humanos Internacionais (CDHI)²⁰ e divulgado por meio de diferentes meios de comunicação, como já citamos e em seguida analisaremos.

Nesse sentido, trazemos agora referenciais concretos da testemunhalidade e do início da repercussão do caso. Conforme o relato da venezuelana Dayana del Carmen Daly, na manhã do dia 17 de março de 2021, as polícias civil e federal e a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), sem ordem judicial, chegam na Casa. Um grupo fica fora dando cobertura e outro grupo, os policiais da (FICCO) invadiram a CASJ. Homens armados e encapuzados intimidaram mulheres e crianças, que ficaram assustadas e com medo. Interrogaram a religiosa, diretora da casa e a levaram para prestar depoimento na delegacia. Esses são os primeiros relatos do momento da invasão: *“Nesse dia, pelas 8h da manhã, depois de tomarmos o café, a polícia chegou e, em segundos, já estava dentro da casa, pedindo os documentos a todas que estavam lá, sem se importar que havia crianças”* (tradução nossa. Relato original completo em espanhol a seguir). Segundo a venezuelana, a justificativa que os invasores deram às mulheres e lideranças da casa foi que a casa estava descumprindo as leis sanitárias e aglomerando pessoas. Esse argumento é constatado no diálogo do promotor de justiça com Ana Maria, em vídeo: *“Isso aqui é uma situação de flagrante, flagrante. Não precisa ter autorização judicial e a nossa preocupação é a questão sanitária dessas pessoas. E além da questão sanitária, tem a questão da regularidade”* (diálogo completo na página 83).

Segundo a Defensoria Pública da União (DPU), em matéria para o site de notícias MigraMundo.com²¹, no dia 19 de março de 2021²², afirma que “Há indícios que levam a crer que o suposto descumprimento de normas sanitárias não passou de um pretexto para a realização de novas deportações sumárias”.

A partir da fala da venezuelana Dayana del Carmen Daly, 33 años, que chegou no Brasil em meados de 2021 e estava na Casa, conforme já mencionamos, podemos perceber o teor da narratividade da invasão:

²⁰ La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos (oas.org). Acesso em: 26 abr. 2023.

²¹ O MigraMundo é um projeto jornalístico voltado à temática migratória, tendo como norte o entendimento da migração como um processo humano e um vetor de desenvolvimento – tanto social quanto político, econômico e cultural, além do combate à xenofobia.

²² Abrigo para imigrantes é invadido pela polícia em Roraima; DPU impede deportação sumária | MigraMundo.

Bueno ese día como a las 8 de la mañana después que terminamos de tomar desayuno la policía llegó y en segundo la teníamos dentro de la casa pidiendo documentos a todas las que estábamos ahí sin importar que avían niños. De hay vinieron y empezaron a decir que nos íbamos de vuelta para nuestro país que nosotros no teníamos que estar en este país. Luego se metieron en los cuartos y empezaron a sacar a todos Y primero nos reunieron en la sala y después nos mandaron para el patio de la casa Y viendo que estaba una amiga mía que ella sufría de nervios y tenía para aquel tiempo el BB como dos añitos y ella se desmayó y a ellos no le importava nada. Teníamos hasta la parte de atrás del patio lleno de policía y nos decían que a ellos no les importa a nada. Luego fue cuando la madresita llegó y les dijo que ellos no podía entrar así. Después llegaron persona de carita para apoyarnos con las señoras mayores que se les subió la tensión y estaban con nervios. Fue un día horrible que todas vivimos ese día Pero agradecida estoy de dios y a la madresita María que luchó por cada uno de nosotros y pudimos lograr llegar hasta donde estamos y con los documentos (Entrevista realizada em 15 de junho de 2023 via aplicativo).

A diretora da Casa, Irmã Ana Maria da Silva, relatou à pesquisadora, durante uma entrevista em Curitiba, no dia 30 de agosto de 2023²³, que a “invasão” teve grande repercussão e o fato contribuiu para dar visibilidade ao trabalho, bem como, visibilidade às necessidades das mulheres e crianças venezuelanas atendidas. Afirmo ainda que, devido à ação rápida da Organização dos Direitos Humanos, Cáritas, do Departamento Público da União (DPU) e do Ministério Público (MP), as mulheres não foram deportadas, foram realocadas para um abrigo governamental, permanecendo apenas 5 das 60 que ali se encontravam.

Essa ação rápida favoreceu, não apenas as mulheres acolhidas na CASJ, mas todos os migrantes. A ação se consistiu em um processo judicial que a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal moveram contra a União Federal, no dia 21 de março de 2021, no intuito de levantar uma tutela provisória, para impedir deportações e medidas de saída compulsória de migrantes em Roraima, bem como exige que os migrantes recebam a regularização migratória de acordo com leis específicas. A ação buscou, ainda, anular deportações sumárias de migrantes reconhecidos. Conforme notícia divulgada no site MigraMundo em 19 de março de 2021:

Já na quinta, (18), a DPU e o Ministério Público Federal (MPF) ingressaram com uma ação na Justiça para impedir que a União deportar imigrantes enquanto a fronteira do Brasil com a Venezuela estiver fechada. De acordo com as duas instituições, apesar da alegação sanitária, o objetivo da ação dos policiais era promover a deportação do grupo. ‘Há indícios que levam a

²³ Ibidem nota 16.

crer que o suposto descumprimento de normas sanitárias não passou de um pretexto para a realização de novas deportações sumárias', diz a ação²⁴.

3.2.3 O acontecimento fundado em diversidades

No subcapítulo anterior, procuramos caracterizar o desencadear do caso. A partir de agora, o apresentamos de uma forma sequencial cronológica, tendo como referências os registros de várias naturezas, principalmente enunciadas por meios de comunicação. Por motivo de organização, apresentaremos os materiais: relatos, diálogos, vídeos, entrevistas, conforme mediação desencadeada.

Os primeiros movimentos que ocorreram no momento da invasão foram relatados por uma das mulheres testemunha do caso, Dayana del Carmen Daly, conforme apresentamos anteriormente. Em sua fala, identificamos quatro movimentos sequenciais: O primeiro é dos policiais que chegam e invadem à casa de forma violenta e inibidora, solicitam documentos de identificação às mulheres (que não os possuem) e as conduzem para o pátio interno, nos fundos da casa. Alguém telefona para a Irmã Ana Maria da Silva, a religiosa diretora da casa. O segundo movimento trata-se do momento em que Irmã Ana Maria chega imediatamente, e exige ordem judicial aos policiais para a abordagem. Os policiais justificam que é um flagrante de descumprimento de leis sanitárias e, para isso, não há necessidade de ordem judicial. Há um diálogo tenso entre os dois lados. Aqui entra em cena o terceiro movimento, o das operações midiáticas, pois o diálogo é gravado por uma testemunha em áudio e imagens, usando um *smartphone*. Ana Maria aprova a gravação para que seja liberada para a publicação - *“podem passar em todo lugar que quiserem”*²⁵, ela exclama, ao ver alguém filmando. Além disso, outras fotos foram feitas pelos moradores vizinhos, pelas mulheres atendidas na casa e pelas próprias religiosas que participaram do diálogo.

O quarto movimento é realizado pela Cáritas, que, ao ser acionada, chega rapidamente ao local e contata a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), o Departamento Público da União (DPU) e o Ministério Público (MP). Esses entram em ação para impedir a deportação das mulheres. A partir deste momento,

²⁴ Notícia do site MigraMundo. Disponível em: <https://migramundo.com/abrigo-para-imigrantes-e-invadido-pela-policia-em-roraima-dpu-impede-deportacao-sumaria/>. Acesso em 16 fev. 2024

²⁵ áudio e vídeo da gravação disponível em: https://drive.google.com/file/d/13epm4HrvBjfFleSXbtU3_KSgEATNhNBC/view?usp=drive_link

diferentes grupos se articulam em favor da casa e dos direitos das mulheres venezuelanas. A notícia da invasão se espalha e migra, vai para os jornais, sites, redes sociais e toma uma proporção midiaticizada, envolvendo uma série de organizações sociais e religiosas²⁶. O conteúdo das gravações e fotos, bem como os relatos das pessoas que participaram do caso, atingiram um grau de circulação que ultrapassou a realidade local, atingiu a comunidade, a cidade, o estado, o país e tomou proporções internacionais, chegando aos direitos humanos internacionais. Tudo isso gerou interesse dos veículos de comunicação e nesse movimento acontece o processo de transformação do fato em acontecimento e de acontecimento à notícia, levando o caso a atingir uma proporção midiática (Luhmann, 2015).

O caso toma uma relevância midiática de circulação, tanto em nível micro quanto macro e, certamente, a repercussão seria diferente, ou talvez, nem aconteceria se não estivesse envolto em práticas de midiatização, como a presença de profissionais de comunicação e de outras instituições. Bem como, com uso de aparatos tecnológicos, no próprio momento do desencadeamento do fato ocorrido, como foi o caso das filmagens e fotos das pessoas que estavam no local. Também, através de depoimentos de pessoas que vivenciam a situação, conforme depoimento de Dayana del Carmen Silva, uma das mulheres presentes na casa que citamos anteriormente: “y las personas de la calle que vivían en el frente” (e as pessoas das casas que viviam em frente) fizeram também algumas fotos. Esse material foi enviado para amplo fluxo, atingindo desde amigos e grupos próximos a distantes e, dessa forma, o caso foi conhecido, quase em tempo real.

Com o seu ingresso em circuitos de midiatização que se expandem, em pouquíssimo tempo, o Caso da Invasão Policial na CASJ atingiu a realidade de micro a macro ambientes. Como, por exemplo, pessoas que trabalham com a Cáritas em Pacaraima (microambiente) foram as primeiras a chegar na Casa para prestar ajuda à Irmã Ana Maria e às mulheres. Como também, no dia seguinte, 18 de março, o Conselho Nacional de Direitos Humanos emitiu nota em caráter emergencial em favor dos migrantes venezuelanos, devido à Invasão, e dois dias

²⁶ As entrevistas, relatos e materiais indicados no texto serão apresentados e analisados no próximo capítulo.

depois, 19 de março, já havia uma nota pública de apoio à Casa²⁷, assinada por 136 entidades (macro ambientes).

Como vimos, há diversos elementos que ajudam a compor o fato, e é devido a eles que o acontecimento se torna caso.

Destarte veremos no capítulo quatro, a seguir, a análise dos documentos que nos foi possível ter acesso por meio de sites, jornais, redes digitais e testemunhas. A análise segue o fluxo do acontecimento e da circulação, movendo-se em direções variadas.

²⁷ Nota Pública assinada por 136 entidades em anexo.

4 DA LEITURA AOS EFEITOS: AS INTERVENÇÕES MIDIÁTICAS NO CASO E SEUS DESDOBRAMENTOS

O que sabemos sobre o mundo, sabemos por causa dos meios de comunicação (LUHMANN, 2005).

São sábias, reais e atuais as palavras de Luhmann, usadas como epígrafe no início deste capítulo. Sim, o que sabemos sobre o mundo vem a nós por intermédio dos meios de comunicação. E essa realidade, na temporalidade presente, se mune de infinitas formas para que possamos “saber sobre o mundo”: o ser humano, a voz, a palavra, as relações, televisão, rádio, jornal, revista, carta, fax, telefone, internet, e-mails, sites, redes digitais, realidade aumentada, Inteligência artificial - e a lista continua. Talvez ela já seja até infinita, considerando a rapidez e o progresso evolutivo no campo das tecnologias.

Para saber sobre o acontecimento da invasão que analisamos, os meios de comunicação foram essenciais. Veremos neste capítulo exatamente o caminho percorrido pelo caso, perpassando os diferentes campos, cenários e meios. Desde a comunicação boca a boca, a diálogos, a fotos e vídeos amadores, a notícias locais, de fronteira e internacionais. Veremos que a circulação do caso o fez conhecido em diferentes instâncias. Podemos perceber que só há caso porque há vetores de comunicação que o elevam. Assim, percebemos que o acontecimento depende de um chão comunicacional.

Neste capítulo, como o título nos diz, faremos uma tentativa de leitura dos materiais midiáticos que, de uma forma ou de outra, participaram, testemunharam, registraram o caso. Os registros aconteceram de variadas formas, fotos, vídeos, discursos, materiais em jornais, blogs, sites, redes digitais e notas públicas. Estes foram de suma importância, pois, por meio deles, a invasão policial na Casa de Acolhida São José em Pacaraima/RR foi divulgada. A circulação encontrou espaço e o fenômeno da midiatização permeou todos os momentos.

Faremos a leitura das intervenções midiáticas no caso por meio da análise dos registros que tivemos acessos com testemunhas do caso, bem como em sites de buscas na Internet, especialmente o Google.

Como já mencionado no capítulo inicial, o primeiro movimento que realizei ao procurar materiais e informações sobre o caso foi no maior site de buscas da

Internet, o Google. Todo o conteúdo, analisado na segunda parte desta análise, vem desta pesquisa. Os primeiros registros do caso, que abrem a análise, foram obtidos com os atores sociais, testemunhas oculares do acontecimento: as religiosas e as mulheres que vítimas da agressão e pessoas ocultas da comunidade, ou seja, vizinhos que usaram seus aparelhos tecnológicos para registrar o momento e nos cederam os materiais.

Os registros para análise foram escolhidos considerando uma ordem cronológica do caso. Desde seu ponto zero, ou seja, o momento em que os policiais chegaram na CASJ, no dia 17 de março de 2021, com fotos e vídeos que comprovam isso, até o dia 19 de junho de 2023. Encontramos na página do Facebook da Casa, o fragmento de um vídeo do Seminário Nacional de Migrações e Refúgio, promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), que retoma o caso como um marco nas conquistas de direitos para os migrantes. Assim encontramos, mais de dois anos depois, o caso circulando na mídia. Neste caminho, entre o primeiro e o último registro analisado, procuramos fazer um percurso que mostra a participação de populares e testemunhas, o interesse dos veículos locais e internacionais de comunicação, a mobilização de entidades diversas em defesa dos migrantes, o interesse de instituições de direitos humanos no caso, a veiculação deste em redes sociais digitais. Visualizamos um percurso que circulou do micro ao macro ambiente, encontrando espaço para interpretações diversificadas, considerando os interesses pessoais e institucionais, a cultura, a proximidade ou distanciamento do fato etc.

Tivemos presente, nesta análise, a pergunta, o problema principal da pesquisa, pois esta é nossa meta, responder: como a midiatização se manifesta e se movimenta no contexto da invasão policial na CASJ, desde seu início em 2021 até junho de 2023, realizando travessias em diversos níveis e ambientes comunicativos e alcançando uma ampla circulação? Além da pergunta, ou, em sintonia com ela, temos claro os objetivos que nos conduzem: Investigar como os micros processos comunicacionais se apresentam, se movimentam e se reconfiguraram ao se deslocarem para ambientes macro de circulação; Identificar as mudanças que os processos comunicacionais ocasionaram nas interações comunitárias locais na Casa de Acolhida São José e seus entornos; Identificar os processos comunicacionais que se apresentaram quando o caso foi deslocado para ambientes de macro circulação. Também, os últimos objetivos específicos: Analisar como os

processos comunicacionais surgidos com o Caso reverberaram e foram acolhidos e vivenciados na Congregação a nível local e global; Apontar possibilidades e limitações que os processos comunicacionais e sua circulação, em diferentes cenários, oferecem para a Vida Religiosa Consagrada; identificar os tensionamentos entre instituições (governo, Igreja, Congregação) para responder às macros relações entre as instituições. Esses dois últimos objetivos não são contemplados nesta análise, pois reservamos o capítulo cinco para abordar estas questões.

4.1 ANÁLISE DOS PRIMEIROS REGISTROS DO CASO

Antes de entrarmos propriamente na análise das notícias divulgadas pelas mídias, é importante trazer os registros da invasão produzidos por testemunhas que documentaram, por meio de fotos, vídeos e diálogos, o acontecimento em seu momento zero.

Inicialmente, podemos perceber o “protagonismo” dos dispositivos tecnológicos que aparecem para captar e denunciar o fato. Contudo, segundo Jairo Ferreira (2013), o dispositivo não é apenas um meio, nem a mensagem que registra. O dispositivo é passagem de conteúdo, é um recurso de operação que favorece a existência e a circulação da mensagem, entra na lógica da produção e recepção e colabora nas interações contextuais (Ferreira, 2013). Sem ele, talvez, não teríamos conhecimento do fato. Neste caso, o dispositivo foi essencial para registrar e denunciar a invasão, bem como para fazê-lo adentrar no fluxo da circulação midiática, ou midiaticizada, considerando que esse segundo termo vai além de um processo que envolve apenas as mídias - ele considera o fenômeno da midiaticização que adentra nas veias da sociedade e vai mudando seu modo de ser (Gomes, 2021).

Na figura 5 (abaixo), temos a captura de tela de um vídeo onde a religiosa Ana Maria da Silva, diretora e responsável pela CASJ, mostra os carros dos policiais na frente da casa e descreve a cena do acontecimento, enquanto momento da invasão. Nesta figura, a testemunha, Ana Maria, usando um smartphone, realiza um ato testemunhal, o que normalmente é feito por um repórter em ação. Ela filma em tempo real e narra o que vê:

Vejam esto. Toda a polícia aqui invadiram a casa São José, aonde estão abrigadas mulheres e crianças indocumentadas, eu sou a dona da casa não me mostraram nenhum documento. Olhe isto é tudo bandido, aqui é tudo. Mulheres bandidas, olhem isto.²⁸

Figura 5 - Captura de tela de vídeo realizada por Ana Maria



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Maria

O olhar da câmera produz um ato testemunhal e o relato de Ana Maria expressa como as pessoas são tratadas pelos policiais, como “mulheres bandidas”.

Na narração é perceptível o tom apelatório, Ana Maria se identifica como a “dona da casa”. A linguagem é carregada de emoção e notadamente faz-se uma denúncia. Como afirma Fausto Neto (2019), a linguagem carrega uma carga de intencionalidade, há algo no discurso que quer ser revelado, denunciado, e a linguagem faz seu trabalho segundo o enunciado que é produzido para ser visto mais além do ambiente de sua ocorrência. A reação da religiosa tem um tom de revolta por perceber que ela, as mulheres e as crianças, diante daquele tipo de abordagem, estavam sendo tratadas como “bandidas”. Em um outro momento, o portal de notícias da rede globo G1 Roraima, utilizou o mesmo texto do vídeo em matéria publicada no dia 19 de março de 2021, onde se lê: *“Uma mulher filma a ação e diz: ‘Vejam isso! Toda a polícia aqui, invadiram a Casa São José, onde estão abrigadas mulheres e crianças indocumentadas. Eu sou a dona da casa, não me mostraram nenhum documento’.*²⁹ A simples ação, de alguns segundos, feita pela religiosa, ao ser entregue a profissionais da comunicação, toma uma dimensão inimaginável. Quando a ação é apropriada pelo trabalho do jornalista e tratada, constrói-se por meio dela a noticiabilidade do caso. E, ao ser exposta nas redes de internet, a versão da fala vai tomando as interpretações feitas daí por diante. Ana Maria já não é “dona de nada”, muito menos de seu discurso. Este entra em circulação e recebe as mais diferentes leituras. O comentário de um leitor da matéria prova esta afirmação, vejamos na figura 6, a seguir:

²⁹ Disponível em: [PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais | Roraima | G1 \(globo.com\)](#) Acesso em 15 Fev. 2024.

Figura 6 – Captura de tela de comentário da matéria no site G1

Comentários (1)

Logado como Eliana Aparecida dos Santos. Não é você? [Sair](#)

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio ou ilegal.

Este conteúdo não recebe mais comentários.

Mais novos

Alberto Silva há 2 anos

Venezuelanos todos os dias chegam pela troxa, o numero de desocupados só aumenta, assim como roubos e pessoas mendigando. Tudo com apoio dessas ONGS que recebem dinheiro da ONU para acomodar essas pessoas, em plena pandemia.

 Curtir  Responder  Denunciar

Fonte: G1

Percebemos que o texto traz marcas do processo de digitalização na internet. Uma pessoa comenta a matéria expondo sua opinião sobre os migrantes venezuelanos e o apoio que recebem das ONGs. Este ato demonstra os efeitos colaterais ao que a freira disse em seu depoimento, ao capturar as imagens da invasão. Desta feita, trata-se de uma opinião valorativa, criando não a partir da ação da polícia, mas do ato dos populares e da própria casa. Assim, percebemos que se trata de um efeito de discursos, do deslocamento e da circulação dos primeiros registros do caso.

Ainda sobre o discurso de Ana Maria, ela ressalta o termo “bandido” “bandidas”, fazendo referência à presença de policiais da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO), que é um grupo especializado de combate ao crime organizado, composto pelas polícias: Federal, Rodoviária Federal, Judiciária Civil, Militar e Sistema Penitenciário e “tem por objetivo realizar uma atuação conjunta e integrada no combate ao crime organizado³⁰. A religiosa, ao ver esse grupo, teve uma reação de revolta e por esse motivo destaca na fala o termo “bandidas”, ou seja, mulheres, crianças, freiras, sendo tratadas como criminosas.

³⁰ Disponível em: <https://www.pjc.mt.gov.br/>. Acesso em 15 fev. 2024.

Em outro momento, ela ainda faz referência ao significado do termo, contudo, reconstrói a linguagem ao relatar o caso em entrevista para o Jornal Folha de Boa Vista³¹. Ana Maria faz outra avaliação da situação, inclusive no que diz respeito ao seu alto desempenho no contexto: *“Eu me senti como se fosse a maior traficante de drogas do mundo. Eles entraram aqui sem ordem judicial e me levaram para a delegacia de camburão. Qual é o meu crime, abrigar grávidas e crianças que estariam na rua? disse a Irmã.”* A religiosa amplia e reconstrói o diálogo, ou seja, ela o refaz trazendo elementos discursivos mais pessoais e estes são valorizados pelo profissional que a entrevista. Segundo Fausto Neto (2019):

A complexa passagem do dizível ao dito— seja nas modalidades de comunicação face a face, seja naquelas de natureza midiática – envolve o protagonismo da linguagem e da circulação mediante operações de afetações e acoplamentos (Fausto Neto, 2019, p.52).

É perceptível no discurso que essas operações envolvem e acionam questões que pertencem a outros campos, a outros mundos e o jornalista entrevistador faz uso destes elementos que, de certa forma, têm um teor muito pessoal, apelativo ou mesmo sensacionalista. A religiosa foi espontânea e sincera em seu sentir e expressar. Há um tom de revolta e indignação em sua fala. Pode-se dizer que ocorre, na circulação desse discurso especificamente, uma ação em que o jornalista é mediador e na mediação pode haver alguns “constrangimentos discursivos” - o que é resultado de um trabalho discursivo do porta-voz. (Fausto Neto, 2019)

A seguir, continuamos analisando os diálogos que envolveram o caso relatado em seus primeiros registros. Apresentamos a transcrição de um vídeo que mostra o diálogo entre Ana Maria e o promotor de justiça Valcio Luiz Ferri, que acompanhou a invasão. Na figura 7, a seguir, trazemos a captura de tela onde Ana Maria, em um gesto com a mão, dirige-se à câmera e diz *“Pode passar nos meios de comunicação que quiser passar”*, veremos logo abaixo a análise desta expressão e o diálogo completo.

³¹ Disponível em:

[Polícia invade abrigo de refugiados e MPF entra com ação pública - Folha BV](#). Acesso em 15 fev. 2024.

Figura 7 - Captura de tela do vídeo feito por uma testemunha que relata o diálogo de Ana Maria com o promotor de justiça de Pacaraima Valcio Luiz Ferri.



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Maria

O diálogo é riquíssimo em conteúdo e envolve uma gama de elementos complexos a considerar. A primeira fala de Ana Maria ao ver alguém com o celular filmando - *“pode passar nos meios de comunicação que quiser passar”* - já carrega um forte indício de midiatização e circulação da mensagem. Ela faz um gesto com a mão em direção ao vídeo e, como está em primeiro plano na imagem, podemos fazer uma leitura semântica do momento, “ela cobre a imagem do promotor”, isso a coloca como protagonista no diálogo. E neste momento ela dá permissão para que o fato seja divulgado, veiculado, denunciado. Percebemos que o smartphone utilizado para registrar o momento não é um mero dispositivo tecnológico de comunicação (Gomes, 2016), é um recurso importantíssimo para a midiatização do acontecimento. “As relações, inter-relações, correlações, conexões e interconexões acontecem num movimento de dupla mão entre os três polos dos processos midiáticos... a mídia, os processos de significação, os processos socioculturais” (Gomes, 2016, p. 16).

A seguir, transcrevemos o diálogo na íntegra:

ANA MARIA: Pode passar nos meios de comunicação que quiser passar.
PROMOTOR: E aí, de lá nós tivemos essa informação, nós viemos aqui, a Secretaria da Saúde veio, essa é uma situação de crime flagrante. **ANA MARIA:** Tudo bem! **PROMOTOR:** Estou lhe falando, a senhora pode me

ouvir? Depois a senhora pode falar. **MARIA DA GRAÇA:** Deixa ele falar. **UMA DAS MULHERES ABRIGADAS:** Irmã calma, respira por favor! **PROMOTOR:** E aí essa ação está sendo feita, não é para punir, não. É questão de saúde das pessoas, não é? Aqui dentro tem 60 mulheres. **ANA MARIA:** Doutor, estou de acordo, promotor, eu estou de acordo. Eu não aceito é que vocês passaram por cima das leis, porque você, vocês, ou seja, quem for, tinha que me ter chamado, eu sou a criminoso aqui. Mas não, senhor, não, vocês invadiram minha casa. Sim, vocês invadiram minha casa, coagiram nas pessoas aí dentro sim, coagiram sim porque estava todo mundo gritando apavorado aqui. **PROMOTOR:** Não, não, senhora, ninguém foi coagido, nem estava gritando. **ANA MARIA:** Porque vocês não podiam ter entrado na casa, sem autorização não pode, vocês sabem disso, que é lei. **PROMOTOR:** Ninguém está perguntando isso. Isso aqui é uma situação de flagrante, flagrante. Não precisa ter autorização judicial. Então a senhora, eu estou dizendo para a senhora que é assim que funciona e a nossa preocupação é a questão sanitária dessas pessoas. E além da questão sanitária, tem a questão da regularidade. **MARIA DAS GRAÇAS:** Oi, doutor, eu posso intervir? Sou da mesma congregação. Essa casa tem sido, para essas mulheres e para essas crianças, o único apoio que o governo não dá, que o poder público não dá que é acolher, ontem, graças ao general Barro, nós tivemos aqui, eu sou enfermeira, nós tivemos aqui cinco crianças desnutridas. O posto de saúde atendeu? Não atendeu! A criança com diarreia, vomitando. A única coisa que nós, como irmãs fizemos quando vimos o coronel, pedimos socorro, ele disse que leva essas crianças. Levamos uma van cheia de crianças. Eu sei que vocês estão cumprindo a lei, mas existe uma lei de direitos humanos internacional, que nós temos irmãs na ONU e nós vamos, já mandamos uma carta, um protesto e nós vamos acionar a ONU, porque está violando os direitos humanos. É uma norma sanitária, mas será que as normas sanitárias não podiam pegar essas crianças? **PROMOTOR:** Uma pergunta para a senhora: que direitos humanos são esses com as condições que nós constatamos aqui? **MARIA DAS GRAÇAS:** Sabe por quê? Porque o poder público não dá um espaço adequado para que essas pessoas. **PROMOTOR:** O Ministério público estadual aqui apresentado não tem, não tinha conhecimento dessa situação aqui. **ANA MARIA:** Ora, é desculpa, sabe sim, essa casa sempre existiu! **PROMOTOR:** Nós sabíamos que sempre existiu. Na época regular, quando a Fronteira estava aberta, sempre existiu, aí tudo bem. **ANA MARIA:** Com fronteira fechada sempre teve muita gente. Agora nós recolhemos as pessoas da rua que estavam doentes e nos metemos aqui dentro e temos até vídeos. Agora vem a Saúde aqui, vem saúde aqui fazer escândalo. Secretário de saúde não atende, a saúde não atende, no hospital não atende. Isso é direito? Ao menos aqui estão bem cuidadas mesmo que estejam amontoadas, estão dormindo em colchão, tem comida todos os dias, tem remédio, tem tudo, aqui damos tratamento a elas. A única coisa é que está cheia, a casa está cheia! ³²

Entram em cena diferentes discursos de vários atores sociais e cada um tem uma fala específica e, portanto, diferenciada. O promotor de justiça parece ter um discurso já preparado, bem-organizado, poucas palavras, Ana Maria desenvolve um discurso nervoso sem muita articulação. No entanto, para Stuart Hall (2016), não existe uma mensagem já preparada, formulada como “preexistente” na realidade. Não há uma retransmissão da mensagem de *per si*, que seja isolada e pode ser

³² Ibidem nota n. 26.

transferida de mente para mente como se o receptor fosse uma “página em branco”. Ou seja, cada ator social desenvolve um trabalho enunciativo de acordo com a característica do seu lugar de fala, que é acionado de formas diferentes a cada intervenção. Percebemos, em cada fala, que há modos distintos de leitura da informação ao perpassar por caminhos dinâmicos de significados e códigos diferentes. Essa decodificação contempla também o universo receptor, que pode estar situado e construído nas mais diversas realidades culturais, social, emocional, temporal, entre outras (Machado, 2001). Assim, percebemos que o discurso de cada ator social está envolto de complexidades e de sua visão das leis, de sua cultura em suma, de leituras que expressam posições pessoais e institucionais. Cada indivíduo expressa em seu falar e agir sua visão da vida e do mundo (Morin, 2015).

Vemos ainda, no contexto do diálogo, a intervenção de Maria das Graças da Silva, outra religiosa que trabalha na Casa com Ana Maria. Ela solicita: “*Posso falar?*”? A religiosa pede permissão para se pronunciar e seu relato expressa algo de sentimento, de indignação. Para Irene Machado (2001), é impossível efetivar um ato comunicativo sem trazer consigo marcas dos lugares de falas dos enunciadores. A autora ainda afirma que a questão é mais complexa, pois entende que há diferenças entre algo ter sentido e ser sentido - os dois casos evocam diferentes semioses³³. “Ser sentido e ter sentido evoca toda uma discussão quando se trata de compreender a produção e transmissão de sentido na comunicação mediada” (Machado, 2001, p. 13).

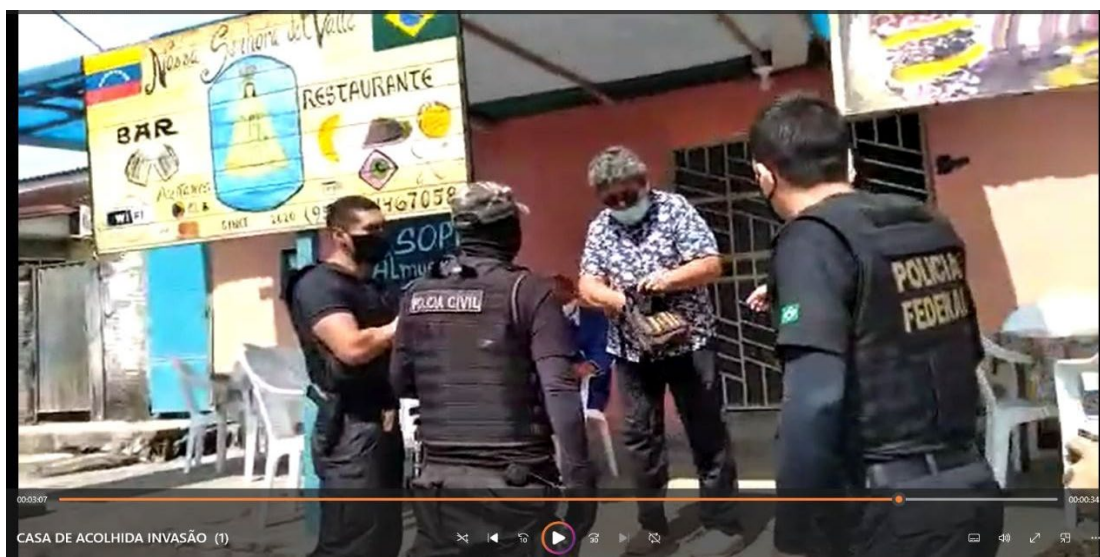
No diálogo anterior, é possível captar as “operações de afetações e acoplamentos” nas diferentes linguagens. Cada um dos atores da “cena” apresenta seus mecanismos de persuasão e convencimento. Destaca-se o “protagonismo” na linguagem de Ana Maria, pois logo no início é possível “sentir” seu comportamento sob tensão quando uma das mulheres lhe aconselha: “*Irmã, calma, respira, por favor!*”. Há um teor de complexidade que envolve o momento e os diferentes atores que explicitam o quanto a linguagem na comunicação aciona mecanismos díspares considerando a individualidade de cada sujeito. Conforme Verón (2015) chegou o

³³ A semiose ou ação do signo é definida como um processo fundamental que, a partir da percepção, estrutura diagramas ontológicos dinâmicos que modelizam o mundo das espécies, criando cognição e cultura. **Semiótica da comunicação: da semiose da natureza à cultura** - Irene Machado e Vinícius Romanini (2010)

momento de colocar todos os nossos esforços de compreensão das regras que formam diversificadas estratégias acionadas pelos sistemas individuais e enfrentar, ou confrontar, uma realidade midiaticizada, encontrando novas formas, abrindo novos caminhos para compreender o fenômeno da midiaticização.

Na figura 8 que trazemos a seguir, vemos a captura de tela de um vídeo, feito por uma das testemunhas³⁴, mostrando o diálogo quando Ana Maria é conduzida à delegacia. A imagem é impactante. Vemos a religiosa que nervosamente procura seu documento de identidade na bolsa, cercada por policiais armados e encapuzados.

Figura 8 - Captura de tela da gravação em vídeo do momento em que Ana Maria é levada a prestar depoimento na delegacia.



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Maria

É interessante observar que a religiosa está “cercada” por três policiais, um é da polícia civil, outro da polícia federal, conforme identificamos na imagem. Um deles está encapuzado e tem a mão na arma e outro estende a mão aguardando o documento que Ana Maria procura na bolsa. Ao observar a cena, é possível compreender o que é dito pela religiosa no primeiro registro do caso que analisamos no início deste subcapítulo, quando ela diz estarem sendo tratadas como “bandidas”.

³⁴ Um homem venezuelano, amigo das religiosas que estava no caso no momento, e não quer ser identificado.

Ana Paula Rosa (2018) nos ajuda a compreender como ocorre, ou pode ser percebido, o fenômeno da midiatização em contextos como o da imagem 8. Ela afirma que a “a midiatização é a articulação entre os processos sociais e os midiáticos que se realiza no âmbito dos dispositivos midiáticos” (Rosa, 2018, p. 164). Assim, o dispositivo midiático, no caso um aparelho celular, utilizado por um ator social no ato da Invasão na CASJ, capta a imagem que vai circular e colaborar para a midiatização do caso. A autora afirma que estes dispositivos são fundamentais para que ocorra a convergência entre os atores sociais e instituições midiáticas (Rosa, 2018).

Acompanhemos, a seguir, a transcrição do diálogo entre o promotor e Ana Maria quando ela é levada a prestar depoimento na delegacia:

PROMOTOR: Estamos aqui pra verificar uma denúncia de irregularidades sanitárias. Informamos a senhora o trabalho de ativado pela equipe da coordenação de vigilância sanitária. Que logo em seguida nos pediu o apoio. E aqui verificamos graves irregularidades, onde mais de 60 pessoas estavam aglomeradas. Em razão disso é uma situação flagrante ao descumprimento de medida sanitária, inspirada no. Artigo 2684, penal. Então eu peço que por gentileza, a senhora nos acompanha até a delegacia de polícia federal, certo? E lá a gente vai colher o depoimento da senhora e tomar providências cabíveis. **ANA MARIA:** Eu acompanho, só vou esperar minha advogada. É um direito meu. **PROMOTOR:** É um direito da senhora e pode acionar ela e pode pedir que ela vá na delegacia. **ANA MARIA:** Eu já chamei, está vindo. **PROMOTOR:** Peço que colabore bem tranquilo. **ANA MARIA:** Eu não estou com a minha identidade, eu estou com documento. Aqui tem. **MARIA DAS GRAÇAS:** Vou com o padre logo.³⁵

O diálogo se insere em um contexto que envolve o promotor de justiça, como a autoridade da lei, que tem um discurso institucional, formal e pré-produzido, se assim é possível inferir. Ele usa cuidadosamente cada palavra, se vale do artigo penal n. 2684 sobre irregularidade sanitária, é gentil: “peço que por gentileza...”, e envolve a religiosa, Ana Maria que representa a “ré”. Ela fala pouco, o que difere do outro diálogo que analisamos anteriormente, onde ela é “protagonista” durante a discussão. A diretora da CASJ parece acuada e, no momento, obedece a “lei”. Contudo, consciente de seus direitos, aciona a advogada. Sua colega, Maria das Graças, oferece suporte. Além dela, o padre é a autoridade que poderá ajudar e

acompanhá-la na delegacia. Penso ser importante destacar a participação dos atores sociais em seus diferentes campos de ação ou atuação. Há um movimento circulatório no momento do ato. Há, no diálogo, um embate que envolve diferentes campos, de várias ordens, no mínimo dois, explicitamente: o campo social da lei, representado pelos policiais e pelo promotor, e o campo social religioso representado pela Irmã Ana Maria. Conforme Fausto Neto (2019) a circulação é parte do processo e aciona claramente um embate por meio dos discursos de cada ator social. Esse embate é perceptível ou inferido pelos comportamentos que envolvem a cena. Um conjunto de estratégias é acionado por cada participante do momento. O promotor dá a ordem, os policiais agem, a freira silencia. Aqui percebe-se a forma da dinâmica da circulação que afeta as identidades, rotinas e a natureza das relações (Fausto Neto, 2019, p. 57). Ou seja, há uma mudança comportamental entre os atores sociais afetados pela dinâmica da circulação.

Seguiremos nesta mesma discussão sobre o diálogo anterior e a imagem da captura de tela da figura 8, que para nós traz referências fortes de midiaticização.

Na figura 9 que trazemos a seguir, vemos a mesma “imagem” da figura 8 com pequenas modificações, aparece uma policial mulher, e estão em outro contexto³⁶. A imagem aparece como capa de notícia veiculada no site G1 Roraima no dia 19 de março de 2021. Na mesma notícia, um fragmento do vídeo que analisamos também é usado³⁷.

³⁶ As imagens foram cedidas por Ana Maria para jornalistas que vieram à CASJ entrevistá-la sobre o caso.

³⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/19/foi-um-terrorismo-diz-madre-responsavel-por-abrigo-invadido-em-tentativa-de-deportacao-de-venezuelanos-em-rr.ghml>. acesso em 19. Fev. 2024.

Figura 9 – Captura de tela do site G1 Roraima



Fonte: Site G1 Roraima³⁸

Podemos dizer que a imagem que vemos na figura 9 é emblemática, questionadora, e, em uma simples leitura com os olhos, fazemos inferências diferenciadas dependendo de nossa cultura, experiências, visão de mundo. Fazemos novamente uma leitura da imagem, com a intenção de dar ênfase ao que vemos na cena, além do que já analisamos anteriormente onde vemos a religiosa cercada por agentes policiais etc. Pode-se inferir que ela está nervosa, se considerarmos o diálogo anterior, quando ela parece não encontrar na bolsa o documento. Tem o telefone celular nas mãos e podemos deduzir que ela o usou para acionar a advogada, pois no diálogo ela diz *“Eu acompanho, só vou esperar minha advogada. É um direito meu”* ... *“Ela está vindo”*. Segundo Ana Maria em

³⁸ Disponível em G1 Roraima: [PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais | Roraima | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/rr/noticia/pf-invade-abrigo-com-mais-de-50-mulheres-e-criancas-venezuelanas-em-rr-e-acao-cobra-indenizacao-por-danos-morais-1.5000000). Acesso em 18 mar. 2021.

entrevista no dia 30 de agosto de 2023³⁹, a CASJ tem uma advogada que acompanha os trabalhos da casa, pois há necessidade constante de resolver questões legais devido às pessoas venezuelanas que necessitam de documentos, entre outras necessidades no campo da lei. Além de situações como essa da Invasão.

A figura 9 que analisamos se torna mais que uma imagem ou captura de tela; ela se torna o próprio texto, fala por si. Ana Paula da Rosa (2018) explica que dentro de um contexto de valorização da imagem pode-se percebê-la como um símbolo, a imagem se torna símbolo quando ela adquire um valor na mídia. Diversos aspectos podem tornar uma imagem símbolo como por exemplo a qualidade, o apelo emocional e ainda, a possibilidade de leituras diferenciadas e inferências que suscitam da imagem. Essa “bagagem”, que a imagem carrega a transforma em símbolo e possibilita que ela permaneça em circulação (Rosa, 2018).

Em outro texto, continuando a discussão sobre imagens, Ana Paula da Rosa (2020) aborda a questão do “imaginário midiático”. Ao visualizarmos uma imagem, como na figura 9, é acionado em nós conjunto de imagens mentais. Assim, percebemos que uma única imagem “carrega imagens anteriores, frutos de discursos e temporalidades outras, mas que se presentifica como sombras em nossas elaborações atuais, afetando os modos de reconhecimento, em especial as suas condições” (Rosa, 2020, p. 193).

Considerando a lógica da autora, ao nos depararmos com a imagem o nosso imaginário nos conduz a diferentes elaborações, enquanto inferências e questionamentos, como por exemplo: por que tantos policiais em um flagrante por descumprimento de “leis sanitárias”? Por que a religiosa está coagida e quase que contida pelos policiais? A religiosa parece nervosa e procura o documento na bolsa conforme análise da figura 8. E, segundo o relato que também analisamos a partir de figuras anteriores, Ana Maria se identifica como uma “criminosa” devido à forma de abordagem dos policiais e a presença da FICCO. Ou seja, há elementos diversos a serem inferidos e observados. Outra percepção que fazemos se refere ao consentimento de Ana Maria ao uso de sua imagem pelo site G1 que se apropriou do material com suas imagens e colocou em circulação. Com isso, perde-se o direito

³⁹ Entrevista em anexo A

à própria imagem, uma vez que ela entrou no fluxo das mídias e, portanto, não mais havendo controle (da leitura) sobre ela (Rosa, 2020).

Trazemos a seguir, na figura 10, a captura de tela do site G1 Roraima, no dia 18 de março, de 2021, o dia seguinte à invasão. A imagem mostra fotos que foram capturadas por testemunhas e vizinhança da Casa, também nos primeiros momentos da invasão, assim como os vídeos e imagens que analisamos anteriormente. Todos são materiais ricos em conteúdos que, como vemos, mostram o trabalho não profissional de populares, ao produzir testemunhalidades sobre a ocorrência do acontecimento. Percebemos que houve uma importante circulação desses materiais, dos populares às mídias e assim, vemos acontecer o fenômeno da midiaticização.⁴⁰

Figura 10 - Captura de tela do site G1 Roraima que veicula matéria sobre o caso



Fonte: Site G1 Roraima

⁴⁰ Disponível em G1 Roraima: PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais | Roraima | G1 (globo.com). Acesso em: 18 mar. 2021.

A matéria veiculada no site G1 Roraima da Rede Globo, no dia 18 de março de 2021, apresentou fotos adquiridas de “arquivo pessoal”, conforme vimos na figura. Isso significa que alguma fonte ou testemunha do caso lhes cedeu as fotos. Sabemos que foi a própria Ana Maria que realizou esta cedência do material. Ela autoriza que os materiais sejam divulgados: *“Pode passar nos meios de comunicação que quiser passar”*⁴¹. Em entrevista à pesquisadora no dia 30 de agosto de 2023 ⁴², a religiosa afirmou que cedeu as imagens (fotos e vídeos) para jornalistas. Este contexto de uso de imagens feitas por populares nas mídias atesta algo que relatamos anteriormente sobre a participação de atores sociais na construção dos conteúdos veiculados nas mídias.

A imagem que vemos na figura 10, vem ao encontro das outras imagens que analisamos neste capítulo. Vemos um carro da polícia civil, sabemos que havia outras polícias. Vemos uma ambulância o que comprova a fala da testemunha venezuelana Dayana del Carmen Daly, que já trouxemos no capítulo anterior. Ela relatou que uma das mulheres passou mal e desmaiou durante a invasão:

Luego se metieron en los cuartos y empezaron a sacar a todos Y primero nos reunieron en la sala y después nos mandaron para el patio de la casa Y viendo que estaba una amiga mía que ella sufría de nervios y tenía para aquel tiempo el BB como dos añitos y ella se desmayó y a ellos no le importaba nada.

Neste contexto, trazemos outra reflexão para análise. As imagens, feitas por testemunhas e cedidas para as mídias, colocam em xeque a figura do fotógrafo, como de outros profissionais da comunicação, que passam por consideráveis transformações neste mundo das tecnologias ao alcance de todos. Seu trabalho continua sendo de suma importância, ele trabalha “por dentro” das complexas operações da superfície textual, são verdadeiras testemunhas “oculares” dos acontecimentos. Contudo, o profissional, na maioria das vezes, encontra “concorrentes” entre as testemunhas deste ou daquele acontecimento e podem aparecer divergências e zonas de conflitos. Conforme Fausto Neto e Sgorla, (2013) a apropriação tecnológica, discursiva e a habilidade em trabalhar com os mecanismos de mídia, tanto por parte dos produtores quanto dos receptores, tem gerado mais autonomia, mas, ao mesmo tempo, novas relações entre eles (Fausto

⁴¹ Conforme transcrição de diálogo nas páginas 76-78.

⁴² Conforme entrevista em anexo A

Neto; Sgorla, 2013, p. 16). Assim, pode se perceber que os aspectos do fenômeno da midiatização que envolvem fatos e acontecimentos são envoltos de acionamentos complexos que perpassam os meios tecnológicos, no caso referido a câmera fotográfica ou o smartphone, e entram no campo das relações, interações e construções mediatizadas e assim, entram no campo da circulação.

Nos subcapítulos a seguir continuamos nesta dinâmica de análise e nos debruçamos sobre os materiais relativos ao caso veiculados em diferentes mídias e diferentes temporalidades. A escolha das matérias se dá pelo motivo de que cada uma aborda elementos distintos que perpassam o caso e trazem para análise uma percepção de ângulos diferentes impactados pelo caso. Ou seja, desde o fato da invasão policial, perpassando pelo envolvimento do DPU e a tentativa de deportação, a carta pública que envolve 136 entidades civis e religiosas e chega no outro lado da fronteira na Venezuela. Ao analisar esses materiais poderemos ter uma visão estendida, sobre a abrangência do caso e sua repercussão nos micros e macros ambientes, bem como, a percepção do caminho da midiatização em seu itinerário.

4.2 DA REPERCUSSÃO DO CASO ÀS INSERÇÕES NA MÍDIA: OS LOCAIS ONDE FOI VEICULADO

No início deste subcapítulo, apresentamos um quadro que mostra os diferentes locais midiáticos onde o caso foi divulgado, publicado, desde sites de notícias a redes sociais digitais, notas públicas e dissertações. As informações foram pesquisadas em sites de buscas na Internet, especialmente no Google entre 2022 e meados de 2024.

Quadro 1: Diferentes locais midiáticos onde o caso foi veiculado

LOCAIS MIDIÁTICOS ONDE O CASO FOI DIVULGADO	
Sites de notícias brasileiros	Globo.com (G1 Roraima): PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais; Globo.com (G1 Roraima): 'Foi um terrorismo', diz mãe responsável por abrigo invadido por policiais em RR

	UOL/Folha: Polícia invade abrigo de refugiados e detém freira em Roraima; Roraima 1: Ação conjunta tenta deportar imigrantes venezuelanos em abrigo de Pacaraima e freira é detida; Migramundo: Abrigo para imigrantes é invadido pela polícia em Roraima; DPU impede deportação sumária; Folha BV: Polícia invade abrigo de refugiados e MPF entra com ação pública; Conecta; Quais obstáculos os refugiados enfrentam para garantir seus direitos; Folha de São Paulo: Freira acolhe venezuelanas para evitar tráfico de pessoas e exploração sexual em Roraima.
Site de notícias da Venezuela:	EN EL NACIONAL: Muchos venezolanos en Brasil están escondidos porque temen que los deporten.
Sites institucionais e religiosos:	Cáritas: Cáritas reafirma compromisso em defesa dos direitos da população migrante de refugiada no Brasil; IHU: 121 entidades denunciam violência policial contra migrantes venezuelanos e trabalhadores humanitários em Pacaraima – RR; Visão Mundial: Aliança Evangélica Brasileira, RECAP e Igreja Metodista lideram nota de repúdio à violação de espaços religiosos; Conferencia de Provinciales de América Latina y el Caribe: Brasil Deportaciones sumarias y criminalización de las acciones humanitarias.
Redes sociais digitais (Brasil e Venezuela):	Facebook 20 Digital Veinte20; Facebook da embaixada da Venezuela no Brasil: Embajadora de Venezuela en Brasil, María Teresa Blandria, visitó el refugio Casa São José.; Caraca Em Portunhol / Os Venezuelanos bons são mais; União condenada a pagar indenização por violação dos direitos dos refugiados venezuelanos;

	Facebook da CASJ: Violação de direitos humanos: 2 anos da invasão na CASJ; Facebook da CASJ: Violação de direitos sofrida na CASJ e ação que derrubou portarias discriminatórias são lembradas no seminário nacional de migrações e refúgio. Instagram: REDEVEN: Rede dos venezuelanos no Brasil - Sábado, 20 de março de 2021.
Nota Pública	Conecta: Nota Conjunta - Assinam a nota organizações como a Cáritas Brasileira, Missão Paz, Fundação Avina, CIMI, Conectas Direitos Humanos, entre outros.
Outros:	Site de museu: Site do Museu da Imigração - Estado de São Paulo/Blog - Migrações em debate; OEA – Direitos Humanos: La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos. Dissertações de Mestrado: Dissertação de mestrado de Victória Figueiredo Machado: Braço Forte, Mão Amiga: A migração venezuelana, a Operação Acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira PUC RJ – abril 2021; Dissertação de Mestrado Eliana Aparecida dos Santos: fevereiro de 2024.

Fonte: elaboração da autora

Nosso objetivo com o quadro é possibilitar ao leitor uma primeira visualização sobre como o caso reverberou em locais midiáticos distintos. Por exemplo: sites de notícias brasileiros, site de notícias da Venezuela, sites institucionais e religiosos, redes sociais digitais (Brasil e Venezuela), Nota Pública, entre outros, como no site de um museu, em boletim dos direitos humanos e dissertações. Em alguns deles, como no site Globo.com G1 Roraima, mais de uma vez houve divulgação. Não

faremos aqui análises, nem vamos dar mais detalhes sobre os materiais. Como dissemos, o intuito foi oportunizar uma primeira visada sobre os diferentes locais da repercussão do caso. Em seguida, entraremos nos detalhes, nos aproximando da análise que é nosso foco no capítulo. Veremos, na análise, que as matérias abordam o caso em diferentes perspectivas. Ou seja, a partir da circulação outros elementos aparecem e se somam ao caso agregando mais significação a ele e ao fenômeno da midiatização que o envolve.

4.3 DA REPERCUSSÃO DO CASO ÀS INSERÇÕES NA MÍDIA: EM ORDEM CRONOLÓGICA

A seguir, trazemos o quadro 2, que mostra as repercussões do caso nas mídias, em ordem cronológica. Elegemos 13 dentre todas as matérias que pesquisamos nas mídias sobre o caso apresentadas no quadro anterior. Os critérios para a eleição destas matérias foram: diferentes locais e períodos, desde o dia seguinte ao caso, 18 de março de 2021, a junho de 2023.

Trazemos materiais que fazem referência, de uma forma ou de outra, a aspectos relacionados com a invasão. Lembramos que propomos a leitura das estratégias midiáticas analisando as operações de comunicação que as envolvem, tendo como referência o fenômeno da midiatização que alcança todas as práticas sociais afetadas pela presença de mídias.

Percebemos que foi rápida, instantânea, quase em tempo real, a midiatização do caso, relatando “A Invasão Policial na Casa de Acolhida São José” nas mídias. Identifiquei e mapeei 13 inserções entre sites locais, regionais, nacionais e internacionais, matéria no jornal venezuelano *EL Nacional*, além de nota em boletim da Comissão Internacional de Direitos Humanos e em assembleia de direitos humanos.

Quadro 2 – Cronologia da veiculação do caso em diferentes mídias

INVASÃO POLICIAL NA CASA DE ACOLHIDA SÃO JOSÉ – RORAIMA/RR			
N.	DATA	LOCAL DE VEICULAÇÃO	TÍTULO DA MATÉRIA/CONTEÚDO

1	18/03/2021	Globo.com (G1 Roraima)	PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais.
2	18/03/2021	UOL/Folha	Polícia invade abrigo de refugiados e detém freira em Roraima.
3	19/03/2021	Site: Roraima 1	Ação conjunta tenta deportar imigrantes venezuelanos em abrigo de Pacaraima e freira é detida.
4	19/03/2021	Globo.com (G1 Roraima)	'Foi um terrorismo', diz mãe responsável por abrigo invadido por policiais em RR.
5	19/03/2021	Migramundo	Abrigo para imigrantes é invadido pela polícia em Roraima; DPU impede deportação sumária.
6	19/03/2021	Folha BV	Polícia invade abrigo de refugiados e MPF entra com ação pública.
7	19/03/2021	Cáritas	Cáritas reafirma compromisso em defesa dos direitos da população migrante e refugiada no Brasil
8	20/03/2021	Instagram - REDEVEN	Rede dos venezuelanos no Brasil - Sábado, 20 de março de 2021
9	22/03/2021	IHU	121 entidades denunciam violência policial contra migrantes venezuelanos e trabalhadores humanitários em Pacaraima – RR.
10	23/03/2021	Facebook da embaixada da Venezuela no Brasil	<i>Embajadora de Venezuela en Brasil, María Teresa Belandria, visitó el refugio Casa São José.</i>
11	25/03/2021	EN EL NACIONAL	<i>Muchos venezolanos en Brasil están escondidos porque temen que los deporten.</i>
12	01/04/2021	OEA – Direitos Humanos	La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos.
13	20/06/2023	Facebook - Casa de Acolhida São José CASJ	Violação de direitos sofrida na CASJ e ação que derrubou portarias discriminatórias são lembradas no

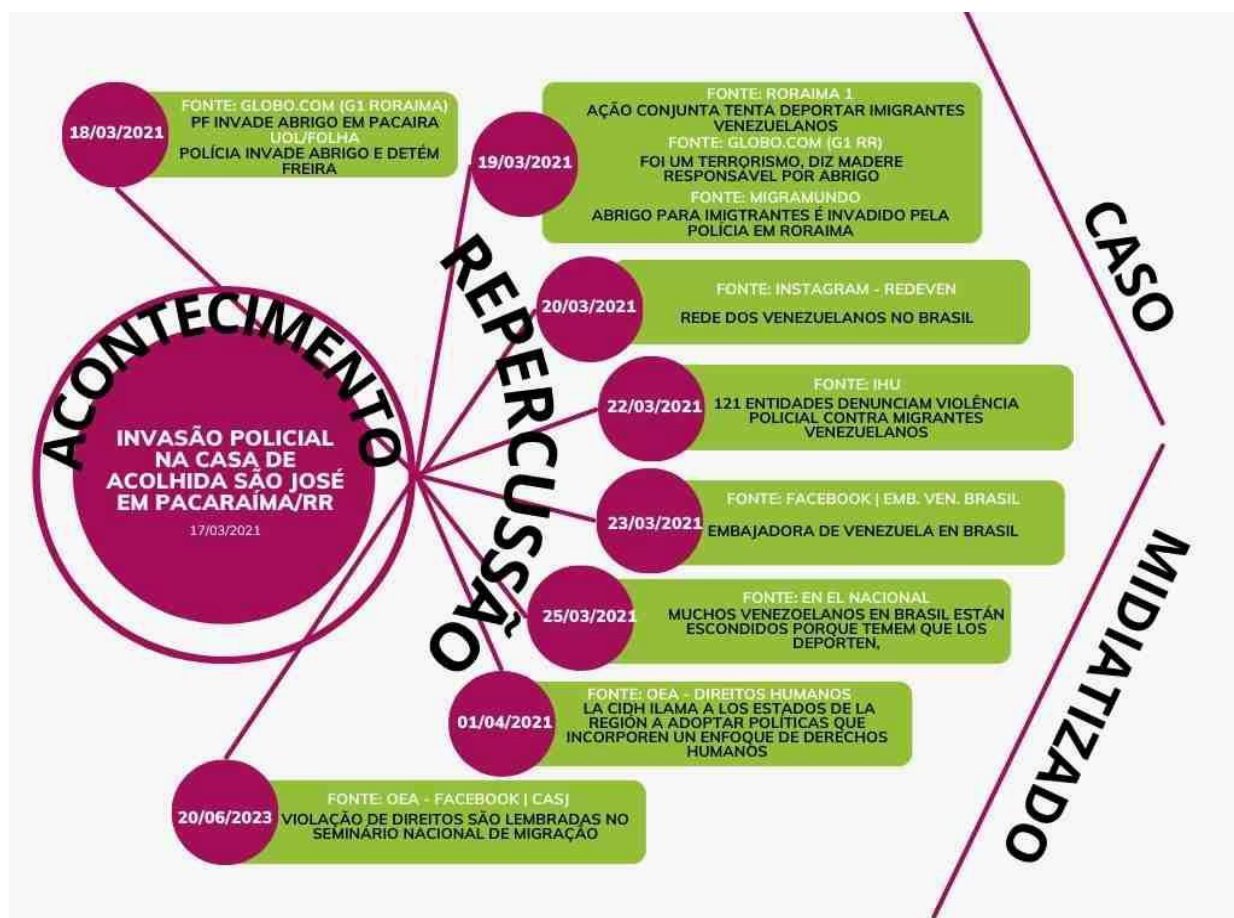
			seminário nacional de migrações e refúgio.
--	--	--	--

Fonte: Elaboração da autora

No quadro 2 vemos que, nos dias seguintes à invasão, houve várias inserções em diferentes mídias. No dia 18 de março de 2021, foram duas, no dia 19 encontramos cinco inserções, nos dias 20 e 22 foram duas, e nos dias 23, 24 e 25 de março encontramos apenas uma inserção. Conforme se distancia a data do acontecimento diminui o “interesse” das mídias em divulgá-lo. Trazemos depois desta data, apenas mais duas inserções que julgamos importante analisar. A primeira é no dia 01 de abril de 2021 da Organização dos Estados Americanos (OEA) que, em seu boletim de notícias para a imprensa, mencionou o caso e a segunda se refere a repercussão na página do Facebook da CASJ que, no dia 20 de junho de 2023, apresenta um fragmento de vídeo de um depoimento na Assembleia Nacional dos Direitos Humanos que também menciona o caso da Invasão. Podemos identificar que o caso veiculou em vários espaços e de forma repetida em alguns, nos dias que se seguiram à invasão. Percebemos que em todas as manifestações há fortes características de ações midiáticas, as quais analisaremos mais adiante.

Apresentamos agora o quadro anterior, em formato de organograma. Trazemos dois modelos de organogramas onde mostramos, no primeiro, que a partir da circulação do acontecimento em diferentes mídias ele se torna um caso midiaticizado. É possível visualizar melhor o caminho feito pelo caso, desde o ponto zero da invasão policial ao momento da elaboração desta pesquisa. Queremos demonstrar nos organogramas 1 e 2, o percurso da midiaticização e a circulação do caso, desde as primeiras às últimas manifestações nas mídias, ou seja, o caminho que tornou o caso midiaticizado.

Organograma 1



Fonte: Elaboração da autora

Organograma 2



Fonte: Elaboração da autora

É possível visualizar nos organogramas o trajeto do fenômeno da midiática no que se refere ao campo midiático. Optamos por seguir, na análise, a ordem cronológica para acompanhar o caminho, por onde e quando circulou o caso no contexto das mídias, no interesse de perceber a circulação destas, em um processo que vai dos micros aos macros ambientes. Nos debruçamos sobre os materiais recolhidos e buscamos identificar neles o caminho da comunicação, da midiática, da circulação.

Fausto Neto (2020) sinaliza que o processo de midiática complexifica o “ato jornalístico” e faz surgir diferentes ou novos códigos, envolvendo as técnicas e as mídias quando colocado em circulação. Para o autor, esse movimento transmuta,

desloca do fator produção de conhecimento e se lança no oceano da circulação e nesse deslocamento, perde-se o controle, ultrapassa-se o “protocolo interno do sistema jornalístico passando a ser compartilhada por uma diversidade de matrizes sistêmico-institucionais” (Fausto Neto, 2020, p. 120). O autor destaca que um dos efeitos da ambiência comunicacional é o fato de que a ação autoral do jornalista na função de dar a informação, muitas vezes em primeira mão, perdeu seu espaço, enfraqueceu, esmaeceu. Ele já não tem a primazia da produção. Há uma troca e circulação da mensagem entre as fontes, entre as testemunhas de um acontecimento e isso faz com que o comunicador busque outros prismas de ação. Há novos paradigmas em circulação, nos quais é preciso dar atenção e um deles, segundo Fausto Neto (2011), é o da “opinião midiaticizada”, ou seja, um fenômeno que dispensa as mediações, as interferências, os filtros, e mesmo as posições editoriais, comuns no trabalho jornalísticos.

Desse movimento surge um novo jeito de comunicar e a relação entre sociedade e instituição, no contexto comunicacional, transforma-se e surgem novas dinâmicas de circulação. Assim, se apresenta uma certa confusão de papéis, o jornalista, ao mesmo tempo que narra o fato pode ser narrado tornando-se fonte e até objeto de sua matéria (Fausto Neto, 2011). Um exemplo disso é a reportagem especial “Virei paciente”⁴³ de Cesar Cavalcante, jovem de 29 anos, repórter do “Jornal da Band”, que descobriu um câncer no estômago e decidiu contar a história de seu processo de tratamento. Na reportagem, em formato de série, ele relata o seu dia a dia, desde a descoberta da doença, os medos, a insegurança, os enfrentamentos e tudo que envolve um tratamento para câncer. O repórter é paciente, é sua própria fonte, é o objeto de sua matéria.

A comunicação é dinâmica e passa por mudanças e transformações. Cabe ao profissional acompanhar os processos e se adequar a eles, como fez o jornalista da Band TV. Em nosso caminho de pesquisa e investigação, vamos encontrando o jeito mais adequado para realizar de forma organizada a análise que almejamos. Para isso, um dos caminhos trilhados para encontrar as inserções do caso na mídia foi uma busca no navegador de pesquisa do Google, como já mencionamos. A seguir,

⁴³ Reportagem disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/jornal-da-band/ultimas/serie-cancer-virei-paciente-mostrou-o-tratamento-do-reporter-cesar-cavalcanti-16625985>. Acesso em: 26 ago. 2023.

as figuras (11,12,13⁴⁴) apresentam como apareceu o caso quando realizamos a busca por: “Invasão na Casa de Acolhida São José em Pacaraima”. Importante deixar claro que trazemos as figuras para mostrar o caminho que realizamos para encontrar e selecionar as matérias sobre o caso. Não faremos, neste momento, uma análise delas.

Figura 11 - Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “Invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”



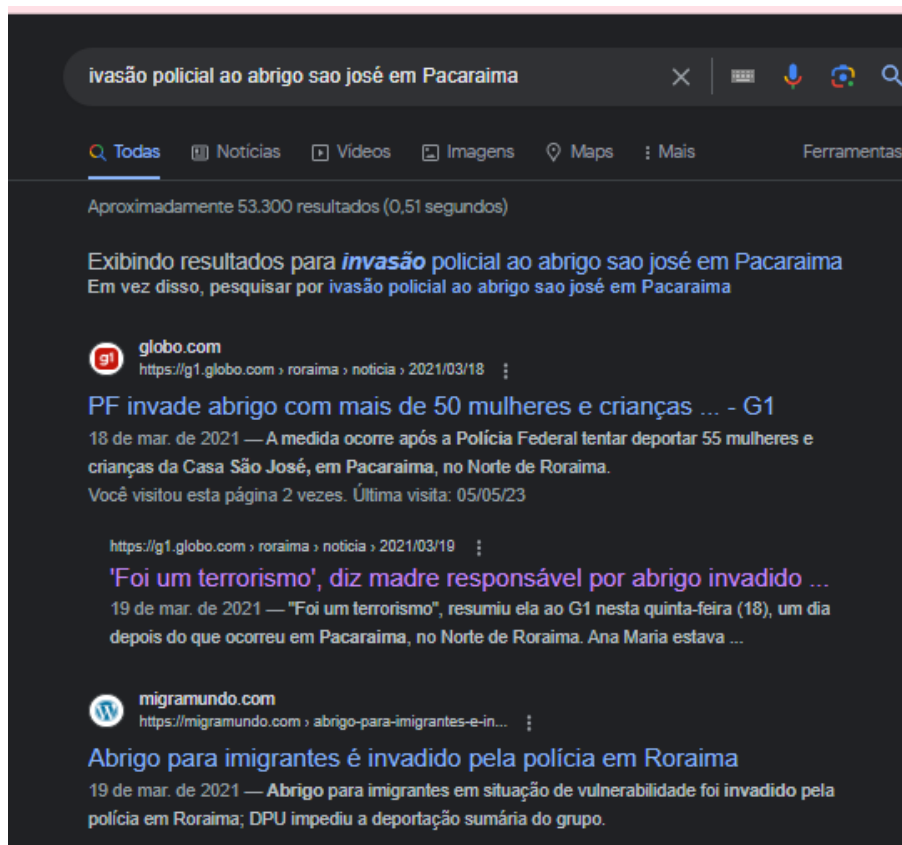
Fonte: Navegador de busca do Google

Nessa figura encontramos seis inserções dos dias 18 a 31 de março de 2021, todas elas, de uma forma ou de outra, se referem ao caso. No dia 18, o site UOL da

⁴⁴ Busca realizada no navegador do Google em setembro de 2023

Folha, na sessão mundo, publica: “Polícia invade abrigo de refugiados e detém freira em Roraima”; no dia 21, encontramos no site Roraima 1, na sessão cotidiano – polícia, a notícia: “Justiça Federal proíbe deportação de migrantes [...] uma ação policial, sem ordem judicial, desalojou [...]” Em 24 de março, o site conectas.org publicou: “governo usa pandemia para violar direitos de refugiados”; e ainda, no dia 31, encontramos a notícia no site Migramundo “desembargador derruba ação contra deportação de [...]”; a CASJ, ao completar dois anos do caso, faz lembrança, em seu site, do triste episódio em resposta às matérias que apareceram na época sobre a invasão. Na figura 12, a seguir, continuamos a trazer outras inserções sobre o caso nas mídias.

Figura 12 - Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”



Fonte: Navegador de busca do Google

Na figura 12, são outras notícias que veiculam. Estas foram divulgadas nos dias que sucederam a invasão. No dia 18 de março, o site de notícias da Globo, G1 Roraima, noticiou: “PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças [...]” e no dia seguinte, 19 de março, a notícia gerou outra matéria para o site: “foi um terrorismo’ diz mãe responsável por abrigo invadido”. O site Migramundo, que já citamos na figura anterior, aparece novamente com a inserção de notícia sobre o acontecimento. No dia 19 de março encontramos: “abrigo para imigrantes é invadido pela polícia em Roraima.

Figura 13 – Captura da tela do navegador de busca do Google ao pesquisar sobre o caso “invasão policial ao Abrigo São José em Pacaraima”



Fonte: Navegador de busca do Google

Por fim, nesta apresentação temos a figura 13, que, no mesmo mecanismo das outras duas figuras anteriores, mostra mais duas matérias sobre o caso. No dia 19 de março, o site Roraima 1, divulgou a notícia “Ação conjunta tenta deportar imigrantes venezuelanos [...]”; e o site Unisinos.br, IHU, no dia 22 de março apresenta a matéria sobre as “121 entidades que denunciam violência policial contra migrante [...]”.

Percebemos que há um complexo contexto para ser pesquisado, envolvendo elementos comunitários, sociais, humanos, religiosos fronteiriços, bem como internacionais. Contudo, nosso foco se volta para as ações específicas que envolvem comunicação, religião, circulação e midiaticização. Tudo o que envolve esses elementos específicos nos interessa nesta investigação. Percebemos que há um fluxo complexo de leituras, dramáticas, discursos, fiscalização,

testemunhalidade, que vão além de um âmbito legal e ganham destaque no caso, tomando dimensões significativas e variadas. Ou seja, a resposta da comunidade em diferentes níveis, o envolvimento de setores, a interpretação das mídias ao ampliar e divulgar o caso, afetando um amplo público e influenciando, inclusive decisões judiciais, são elementos que dão indícios de forte presença do fenômeno da midiatização.

4.4 ANÁLISE EM ORDEM CRONOLÓGICA, DOS REGISTOS DO CASO DIVULGADOS NAS MÍDIAS

Para a análise, neste momento, vamos nos ater às notícias, seguindo o quadro cronológico, ou seja, a data da divulgação. A matéria número 1, é datada de 18/03/2021, veiculada no portal G1 Roraima que noticiou: *“PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra indenização por danos morais”*.

A primeira matéria do quadro 2, foi a primeira veiculação que encontramos nas mídias do caso, conforme mostra a figura 14 a seguir:⁴⁵

⁴⁵ Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/18/pf-tenta-deportar-mais-de-50-mulheres-e-criancas-venezuelanas-de-abrigo-em-rr-e-acao-cobra-indenizacao-por-danos-morais.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

Figura 14 - Captura de tela de matéria do portal G1 Roraima



Fonte: Portal G1 Roraima⁴⁶

A manchete da notícia: *“PF invade abrigo com mais de 50 mulheres e crianças venezuelanas em RR e ação cobra danos morais”*, conduz o leitor a inferir que se trata de um ato de violência contra mulheres e crianças e o termo “invade” atesta isso. Bem como ao referir que há uma ação que “cobra danos morais” no mesmo sentido, sabemos que se trata de um ato agressivo.

Um outro aspecto que chama atenção na matéria é o fato de que as duas fotos publicadas são de “arquivo pessoal”, isso significa que não houve a intervenção de um profissional, um fotógrafo para registrar o acontecimento. O registro é feito de frente à casa e capta parte do carro da polícia na frente da CASJ. De fundo vemos que há cartazes ou placas com dizeres em espanhol dos quais não é possível identificar o conteúdo. Percebemos que entram em ação os atores sociais que testemunharam o caso e “cedem” seus registros. Segundo Fausto Neto (2011), são sinais, são efeitos de midiatização o fato de indivíduos terem acesso a

⁴⁶ Disponível em <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2021/03/18/pf-tenta-deportar-mais-de-50-mulheres-e-criancas-venezuelanas-de-abrigo-em-rr-e-acao-cobra-indenizacao-por-danos-morais.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2023.

equipamentos tecnológicos que atuam nas operações de mídias e os transformam em partícipes do ato jornalístico. Agora, não importa mais a “imagem perfeita”, realizada do melhor ângulo e com equipamentos profissionais. O que vale é a imagem do momento, mesmo que não esteja em boas condições. Para Fausto Neto (2011), isso revela que estamos em uma outra ambiência e que nela o papel do jornalista está se modificando. O que servia de regra, já não cabe mais e novas tessituras vão se formando no que se refere ao trabalho de noticiar algo. Isso ainda é perceptível na matéria, quando se relata *“Imagens obtidas pelo G1 mostram a movimentação na casa após a chegada dos agentes da Polícia Federal. Uma mulher filma a ação e diz: ‘Vejam isso! Toda a polícia aqui, invadiram a Casa São José, onde estão abrigadas mulheres e crianças indocumentadas. Eu sou a dona da casa, não me mostraram nenhum documento’”*. Sabemos que as imagens foram “obtidas”, alguém as cedeu, ficando no anonimato a testemunha. Identificamos também que o texto se refere ao áudio do vídeo que Ana Maria capturou e apresentamos na primeira parte deste capítulo, ou seja, a pessoa que foi vítima da invasão, que foi conduzida a prestar depoimento na delegacia, que “sofreu” com a situação, ainda é fonte de material para as mídias. Nesse sentido entendemos quando Fausto Neto (2011) afirma que a construção do material jornalístico conta também com o trabalho de produção das fontes. O autor salienta que há um grau de complexidade na tessitura desses acontecimentos e que são marcados por alto grau de processo de midiatização. Assim, as fronteiras do jornalismo são superadas e outros mecanismos de produção somam (Fausto Neto, 2007).

Seguimos com a análise da segunda matéria, também do dia 18/03/2021, veiculada no site UOL/da Folha de São Paulo: *Polícia invade abrigo de refugiados e detém freira em Roraima*. Nesta matéria, encontramos algumas diferenças em relação à anterior, na manchete: mulheres e crianças se tornam “refugiados” e acresce a detenção da “freira”, conforme figura 15.⁴⁷

⁴⁷Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/03/policia-invade-abrigo-de-refugiados-e-detem-freira-em-roraima.shtml>. Acesso em 19 jan. 2024

Figura 15 - Captura de tela do site Folha UOL.com.br



Fonte: Site Folha UOL.com.br

Na linha de apoio da matéria aparece o embate entre governo e defensoria, onde lemos: *“governo diz que polícia atuava em operação contra aglomeração, defensoria vê desculpa para deportação sumária de venezuelanos.”* A circulação do caso provoca discussões em diferentes campos. Na matéria, encontramos o governo e a Defensoria Pública da União buscando justificativas de um lado (razões sanitárias) e acusação de outro (tentativa de deportação). A matéria é extensa e desperta para a discussão sobre direitos dos migrantes, deportação de estrangeiros, violência policial etc. O fenômeno da midiatização, em pouco vai se alastrando e o caso midiatizado atinge outros espaços. Nesse contexto encontramos os atores sociais, alheios ao caso que, por meio da matéria, tomam conhecimento e se sentem no direito de opinar a respeito, conforme figura 16.

Figura 16 - Captura de tela dos comentários da notícia

comentários

Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem.

EDEN NUNES

19.mar.2021 às 9h31

Tá ficando perigoso Milico tomando decisão de quem vai preso invadindo sem mandato, Deputado Frota agindo como POLICIAL, o STF tem que dar um basta.

 RESPONDA  3

 DENUNCIE

ROGÉRIO FONSECA

19.mar.2021 às 7h33

Covardes! Se tivessem de invadir o covil de um tubarão do PCC duvido que fariam esse circo todo... Só são muito machos com quem não pode com eles.

 RESPONDA  7

 DENUNCIE

ANDERSON MEDEIROS FERREIRA

19.mar.2021 às 6h49

O comportamento desses policiais condiz com práticas adotadas em países ditatoriais.

 RESPONDA  8

 DENUNCIE

Fonte: Site Folha UOL de 18/03/21

Para se manter isento de responsabilidade, o veículo deixa claro que não é responsabilidade sua os comentários, mas, dos leitores. Lemos antes do primeiro comentário o recado: “Os comentários não representam a opinião do jornal; a responsabilidade é do autor da mensagem”: Eis os comentários de três leitores:

Tá ficando perigoso Milico tomando decisão de quem vai preso invadindo sem mandato, Deputado Frota agindo como POLICIAL, o STF tem que dar um basta; Covardes! Se tivessem de invadir o covil de um tubarão do PCC duvido que fariam esse circo todo... Só são muito machos com quem não pode com eles; O comportamento desses policiais condiz com práticas adotadas em países ditatoriais.⁴⁸

Nos comentários percebemos que os leitores da matéria criticam os policiais chamando-os de “milico”, “covardes” e que suas práticas e comportamentos são “ditatoriais”. A repercussão do caso desperta discussão, reação e interação. Entra-

⁴⁸ ibidem nota 22

se no campo político, ao reagirem contra o “deputado Frota”, no campo da segurança, quando questionam a ação dos policiais “tá ficando perigosos, Milico tomando decisão [...]”, no campo social, ao se solidarizarem com as pessoas que sofrem a invasão: “só são machos com quem não pode com eles” e ainda cobram da justiça ao expressarem “o STF tem que dar um basta”. Nestes comentários encontramos, de uma forma clara, o quanto o caso é complexo por entrar em vários campos sociais. Abre-se uma margem infinita, se podemos assim dizer, de possibilidades para o discurso. Vemos aí a circulação ocupando seu espaço e fazendo seu papel. Tudo permeado pela midiatização.

O site Roraima 1, na notícia a seguir, também no dia 19/03/2021, traz a matéria semelhante àquela que analisamos do site Folha UOL, porém com algumas modificações. Assim diz a manchete: “Ação conjunta tenta deportar imigrantes venezuelanos em abrigo de Pacaraima e freira é detida”. Aqui aparece o termo “ação conjunta” que reporta às polícias e o promotor de justiça que “entraram na casa”. Em nenhum momento a matéria se refere à “invasão” como visto em todos os outros registros sobre o caso. Ao lermos a matéria completa, percebemos que não houve espaço para a fala da freira e que há um espaço considerável para a justificativa da polícia. Interessante ainda destacar a expressão “deportar” na manchete – o que não fica explícito em outras matérias.⁴⁹

⁴⁹ Disponível em: <https://roraima1.com.br/2021/03/19/acao-conjunta-tenta-deportar-imigrantes-venezuelanos-em-abrigo-de-pacaraima-e-freira-e-detida/> Acesso em 19 jan. 2024

Figura 17- Captura de tela de notícia do Portal Roraima 1

Ação conjunta tenta deportar imigrantes venezuelanos em abrigo de Pacaraima e freira é detida

Por conta da ação, Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União entraram com ação na Justiça para impedir a União de deportar imigrantes enquanto a fronteira estiver fechada

Por Portal Roraima 1 - 19/02/2024 08:10



Irmã Ana Maria, coordenadora no abrigo Casa São José, em Pacaraima, fronteira Brasil/Venezuela. Foto: Arquivo Pessoal

MAIS LIDAS



Quem corre o risco de perder a Bolsa Família sem receber o dinheiro?

13/02/2024 07:52



Família pede ajuda para encontrar corpos de garimpeiros Yanomami

14/02/2024 08:16



Suspeito de assassinato Mucajai morre em confronto com policiais

13/02/2024 13:00



Homem é preso após ex-esposa durante confronto no interior de...

13/02/2024 07:58



Motociclista morre em acidente com carro na estrada

13/02/2024 13:04

Fonte: Portal de notícias Roraima 1

A notícia traz, mais uma vez, como destaque a foto que já analisamos, onde a “freira” está cercada por policiais e é conduzida à delegacia para prestar depoimento. A foto é de “arquivo pessoal”. Como sabemos, Ana Maria a cedeu para diferentes veículos. Assim, podemos inferir que a foto já é um símbolo, como bem argumenta Ana Paula da Rosa (2018), ao dizer que uma imagem atinge a categoria de símbolo quando ela é valorizada e replicada em diferentes meios, em especial nos jornalísticos e foi exatamente isso que ocorreu com esta imagem. Ela pertence agora ao fluxo, entrou na dinâmica da midiaticização. Ao “lermos” a imagem, suscita em nós diferentes conexões, considerando as experiências anteriores de cada ator social e de cada coletivo, cultura, posição social, religião e uma série de elementos interagem o que pode gerar revolta, comoção ou mesmo alívio pois “a lei foi cumprida”. Neste caso percebemos que entram em jogo operações e lógicas que a

midiatização sucinta e esse processo colabora para o reconhecimento do “imaginário midiático” (Rosa, 2011).

'Foi um terrorismo', diz madre responsável por abrigo invadido por policiais em RR”, assim noticia o portal de notícias da Rede Globo G1 Roraima, ainda no dia 19/03/2021. A notícia destaca a entrevista realizada com a “madre” Ana Maria. Algo a destacar na matéria é o termo *madre*, esta é a forma como a religiosa é tratada pelos venezuelanos e o jornalista utilizou o termo, enquanto outros veículos usaram “freira”. Ao lermos a matéria percebemos uma riqueza de detalhes, há maior espaço para Ana Maria falar, sua entrevista traz detalhes do que ocorreu na casa no momento. Abaixo na figura 18, trazemos a manchete da notícia.⁵⁰

Figura 18 - Captura de tela de Manchete do portal G1 Roraima.com em 21/02/24



Fonte: Portal de Notícia G1 Roraima

O G1 Roraima, ao relatar o caso, destaca os movimentos ocorridos na Casa quando os policiais a invadiram: algumas mulheres estavam tomando café, outras

⁵⁰ Notícia completa em anexo

dormindo, foram levadas todas para os fundos do quintal, pessoas filmavam e tiravam foto, mulheres passaram mal, chamaram a ambulância etc. Ana Maria foi tratada com violência, ela diz: “foi um terrorismo”, “arrancaram o celular de minha mão”. Observamos que nesta matéria há um interesse de explicar como ocorreu o caso sob a visão de Ana Maria, o que difere da notícia anterior que traz o olhar da polícia, das autoridades. Aqui percebemos que há interesses diversificados dos veículos que disseminam as notícias. Elas circulam de forma diferenciadas. O leitor que teve acesso à matéria anterior da Folha UOL poderá ficar com a ideia de que a polícia apenas cumpriu seu dever, enquanto o leitor da notícia do G1 olhará para a ação com mais empatia em relação às pessoas que sofreram as agressões policiais. Assim, vemos o caráter complexo e ao mesmo tempo abrangente da circulação. Há liberdade para diferentes olhares, inferências e intuições. Aí está a midiatização.

No site Migramundo em 19/03/2021, a matéria que trazemos faz forte referência à questão da deportação de venezuelanos em situação de irregularidade no Brasil. Usa-se o termo “sumária” que, conforme o site Jusbrasil⁵¹, conota expulsão de estrangeiros de forma imediata, sem os trâmites legais exigidos. A figura 19, a seguir, mostra a manchete da notícia:

51 Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=deporta%C3%A7%C3%A3o+sum%C3%A1ria>. Acesso em: 4 set. 2023

Figura 19 – Captura de tela de Manchete do site MigraMundo em 21/02/24



Fonte: Site MigraMundo⁵²

Conforme a matéria, a intenção da polícia não era flagrante devido ao descumprimento de leis sanitárias, mas sim o interesse em deportar as mulheres e crianças venezuelanas que ali estavam abrigadas. Segundo o site *“As pessoas abrigadas no local seriam encaminhadas para deportação, por estarem em situação indocumentada no Brasil.”* No entanto, uma intervenção da DPU (Defensoria Pública da União) interrompeu esse processo. Elas foram levadas para um dos abrigos mantidos pela Operação Acolhida em Pacaraima. Percebemos que o caso se expande, e entram em cena elementos sociais, migratórios, de cunho fronteiriço, internacional. Há questões complexas no que tange o contexto migratório no Brasil, e que de certa forma se “escancara” a partir do caso da “invasão policial”.

Para Fausto Neto (2013), diferentes campos sociais são afetados pelas operações comunicacionais que adentram o espaço e a dinâmica da midiatização de formas diversas. Há uma busca de articulação entre os elementos que vão circulando e se inserem em outros processos. O conteúdo se expande e toma novos

⁵² Disponível em: <https://migramundo.com/abrigo-para-imigrantes-e-invadido-pela-policia-em-roraima-dpu-impede-deportacao-sumaria/>. Acesso em: 04 set. 2023

rumos. A matéria-prima da notícia é quase a mesma, mas agora o teor de leitura é outro, como também os destinatários. Notoriamente não há linearidade nem simetria no processo, os rumos são diferenciados (Fausto Neto, 2013).

O jornal digital de Boa Vista, Folha BV, no dia 19 de março de 2021, na sessão Cotidiano, apresenta a manchete destacando a invasão policial e cita a ação pública do Ministério Público Federal. Pela primeira vez, nas notícias até agora analisadas, aparece o MPF. Percebemos que a cada matéria vamos avançando nos elementos que compõem o caso. Os registros veiculados nas mídias trazem elementos novos que se somam, se complementam e se engrenam. Há repetição de informações, mas há novos termos, atores e campos sociais que vão encontrando espaço, e o acontecimento vai atingindo macroambientes. Na figura 20, a seguir, a manchete traz a notícia: “Polícia invade abrigo de refugiados e MPF entra com ação pública”.

Figura 20 - Captura de tela de Manchete da Folha BV em agosto de 23

Cotidiano

Polícia invade abrigo de refugiados e MPF entra com ação pública

Segundo as informações, os policiais estavam armados e encapuzados. O governo do estado de Roraima informou que os policiais que entraram no abrigo são ligados à Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (FICCO)



Folha Web

19/03/2021 14:36



Equipes da Polícia Federal e agentes da Polícia Civil e Militar de Roraima invadiram um abrigo de refugiados gerido pela Pastoral do Migrante, na quarta-feira (17). O Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública da União (DPU) entraram com uma ação pública afirmando que há criminalização da ajuda humanitária a migrantes e pedindo o fim de invasões de abrigos



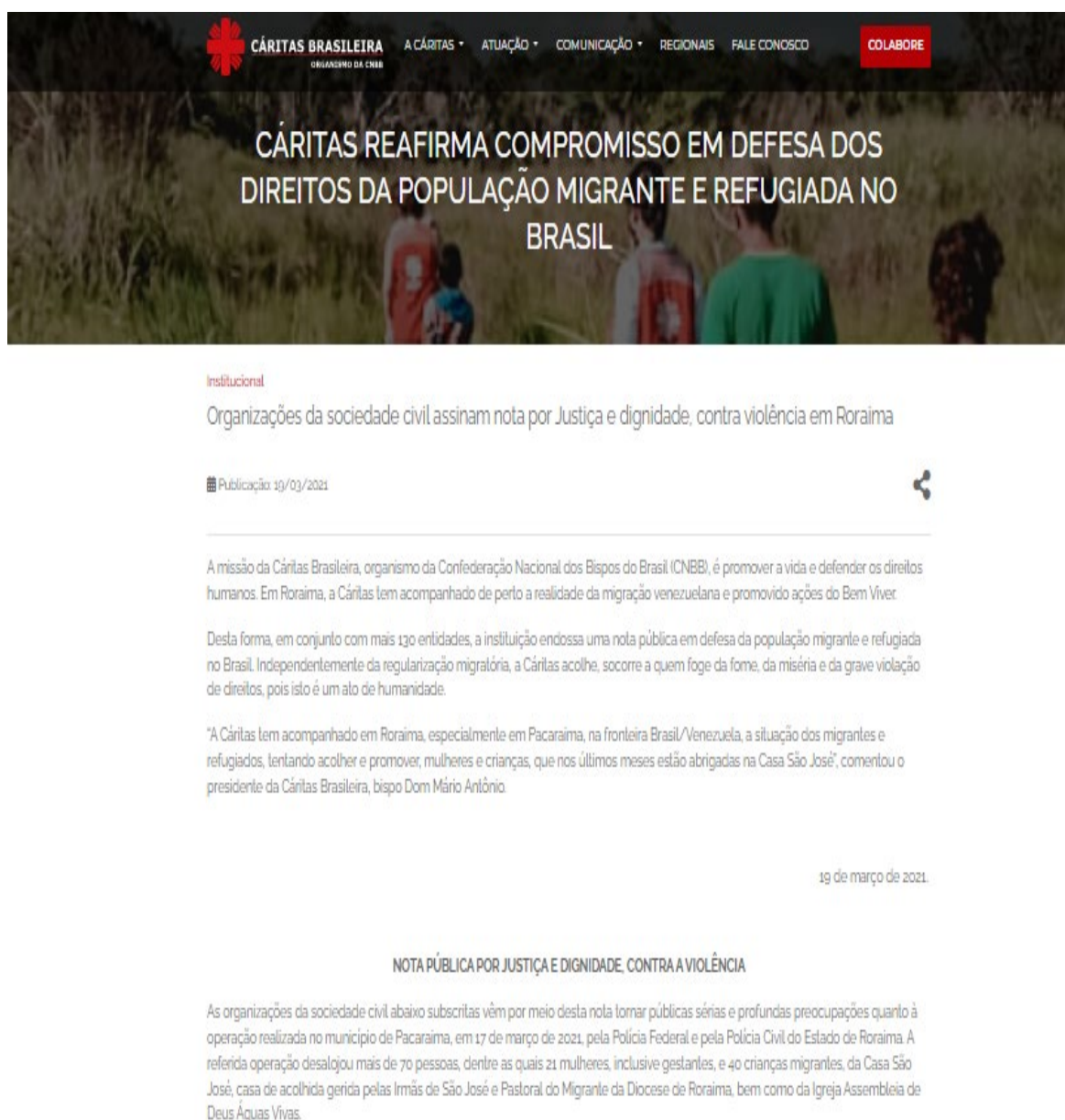
Fonte: Site da Folha BV

Encontramos na matéria um destaque para a ação pública que o MPF e a Defensoria Pública da União (DPU) acionam contra a União pelos maus tratos aos refugiados migrantes. A ação será analisada mais adiante. Chamamos atenção pelo que se registra sobre o caso. Na linha de apoio da notícia há uma referência ao governo de Roraima, que usa mais uma vez a expressão “entraram na casa” e não “invadiram a casa”. Percebe-se que no contexto político e institucional há uma tentativa de “amenizar” o ocorrido. Os discursos que se apresentam conotam de que lugar cada campo social enxerga e entende o Caso. Está claro que o governo, a polícia, a justiça local, o leem a partir de seus interesses. Enquanto outros campos como o religioso, inserindo nele as religiosas e a própria CASJ por elas dirigidas, mostram o lado de quem foi agredido e criminalizado.

Vemos neste exemplo da matéria, que a circulação aparece, desponta, como um lugar onde há reações e relações diferenciadas e abre espaço para “interdiscursividade, mediante um trabalho de várias operações. Um dos efeitos destas articulações é o fato das discursividades se colocarem em contato via processos de empréstimos, apropriações e codeterminações etc. (Fausto Neto, 2020, p.106).

Trazemos agora uma matéria que foi veiculada no site da Cáritas Brasileira. Essa é a última matéria que encontramos que reporta ao dia 19/03/2021. Em nossa busca, encontramos cinco matérias divulgadas, neste dia, em diferentes veículos de comunicação. Essa constatação nos faz entender a circulação rápida do caso em diferentes campos sociais, bem como a rápida ação em favor dos migrantes venezuelanos. Na matéria que a Cáritas publicou, encontramos uma das materialidades destas ações: A Nota Pública em defesa dos direitos da população migrante refugiada no Brasil. Dentro de dois dias de circulação de matérias e informações em diferentes escalas, sobre a Invasão Policial na CASJ, mais de 130 Instituições se uniram e assinaram uma nota em defesa dos migrantes venezuelanos. A Cáritas endossou a nota “Por Justiça e Dignidade, Contra a Violência”, como vemos na figura 21 abaixo:

Figura 21 - Captura de tela de Matéria do site Cáritas Brasileira em 21/03/24



Fonte: Site Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e tem como missão:

Testemunhar e anunciar o Evangelho de Jesus Cristo, defendendo e promovendo toda forma de vida e participando da construção solidária da sociedade do Bem Viver, sinal do Reino de Deus, junto com as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão social. (Cáritas Brasileira).⁵³

⁵³ Disponível em: <https://caritas.org.br/missao>. Acesso em 19 jan. 2024.

A Cáritas em Pacaraima é uma das principais parceiras da CASJ. Segundo relato de Ana Maria, conforme entrevista cedida a nós em agosto de 2023, duas mulheres da Cáritas, voluntárias na Casa, foram as primeiras a chegarem para prestar apoio e solidariedade. Isso pode ser validado na matéria onde lemos “independentemente da regularização migratória, a Cáritas acolhe, socorre a quem foge da fome, da miséria e da grave violação de direitos, pois isto é um ato de humanidade”.

Neste cenário, percebemos que a missão da Irmãs de São José de Chambery concatena com a da Cáritas pois, ambas realizam uma missão que acolhe, evangeliza, defende os direitos humanos. Há um trabalho em conjunto também com outras igrejas, como mencionamos no início desta dissertação. Por isso, enfatizamos que a circulação do caso que analisamos vai além das estruturas institucionais, se entrelaça em campos sociais diversificados, afeta atores individuais e coletivos. Assim, temos consciência que esta é uma pesquisa complexa, repleta de detalhes e que perpassa ambientes que, certamente, fogem aos nossos olhos e onde não conseguiremos chegar. Contudo, consciente desta complexidade trazemos para análise o que nos é possível identificar dentro do escopo de nossa investigação.

A matéria da Cáritas Brasileira aciona em nossa pesquisa o campo religioso que neste contexto está intrinsecamente relacionado com questões sociais, humanitárias e de direitos humanos.

Além da matéria no seu site institucional, a Cáritas também replicou o conteúdo na sua página da rede social digital Facebook. Contudo, de uma forma mais interativa, um vídeo com o depoimento do bispo Dom Mário Antônio que se refere à Nota Pública e à invasão policial. No vídeo, ele diz que todas as pessoas, independentemente se estão com documentos ou não, devem ser respeitadas “A vida vale muito, a vida em primeiro lugar, conclui”⁵⁴, conforme figura 22, a seguir:

⁵⁴ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=459658908419479>. Acesso em 19 jan. 2024.

Figura 22 - Captura de tela de página da Cáritas Brasileira no Facebook em 21/03/23

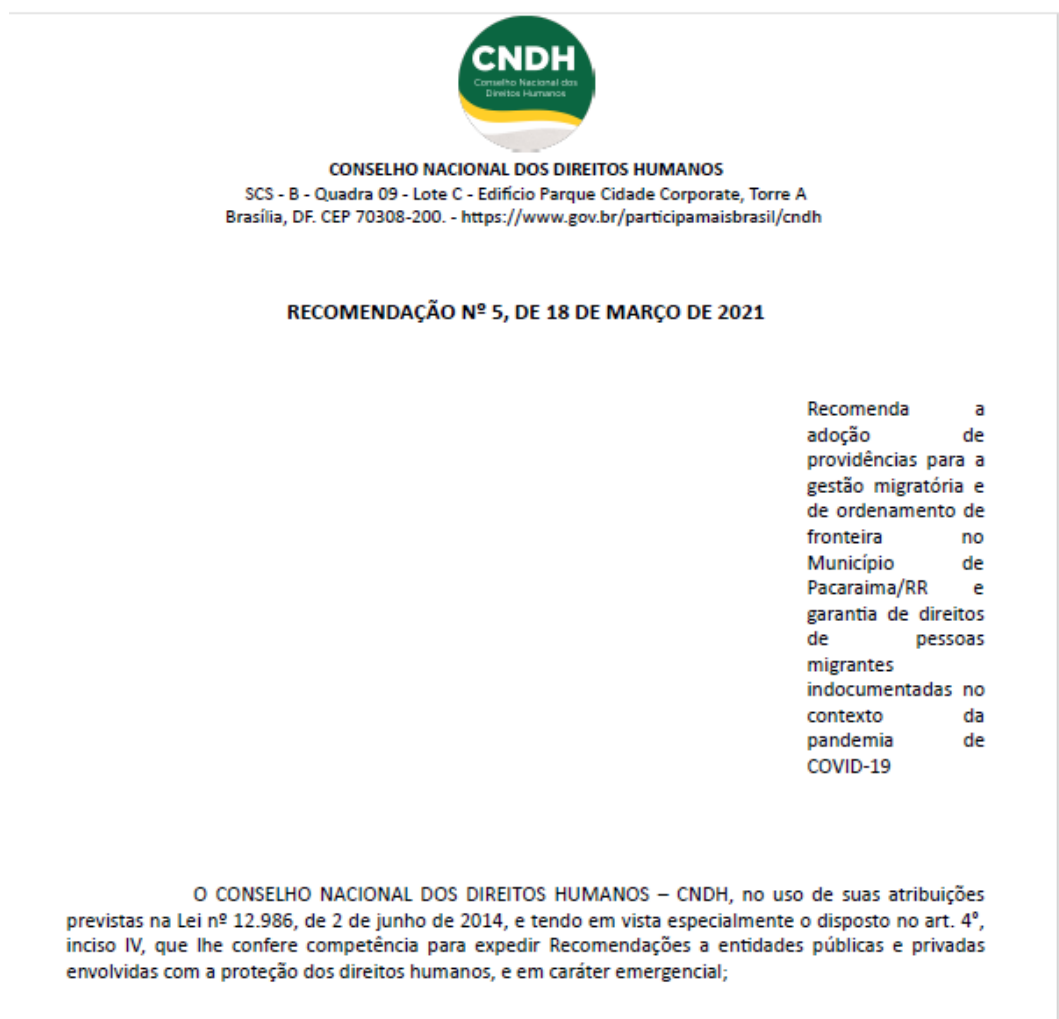


Fonte: Facebook da Cáritas Brasileira

Percebemos, nos comentários que são feitos do vídeo, o apoio dos leitores, seguidores do perfil: *“Basta de violação dos Direitos Humanos”*, diz um, *“que assim seja e tenham diversos apoios”*, diz outro. Aqui encontramos uma autoridade do campo religioso que se posiciona em favor da casa e dos Direitos Humanos. Luís Mauro Sá Martino (2012), ao refletir sobre midiatização da religião, destaca que o uso das tecnologias que a modernidade oferece vem colaborando para a visibilidade midiática da religião nos meios públicos. Podemos atestar suas palavras com a análise que estamos realizando pois, encontramos no campo religioso, como na própria CASJ, o uso das tecnologias para dar “visibilidade ao caso”, bem como na matéria da Cáritas que acabamos de analisar. Sobre a Nota Pública falaremos mais adiante, aqui optamos por enfatizar elementos da Cáritas.

Podemos inferir que a Cáritas Diocesana, por ser um movimento da Igreja Católica, com redes de apoio, fez circular com rapidez o acontecimento que logo chegou em âmbito nacional. Não temos essa informação, mas deduzimos que por meio da Cáritas a notícia chegou no Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) e, no dia seguinte ao acontecimento, o CNDH emitiu nota, em caráter emergencial, com recomendações a entidades públicas e privadas envolvidas com a proteção dos direitos humanos, conforme vemos na figura 23:

Figura 23 – Captura de tela de fragmento da nota emitida pelo CNDH



Fonte: Site do Gov.br da Presidência da República ⁵⁵

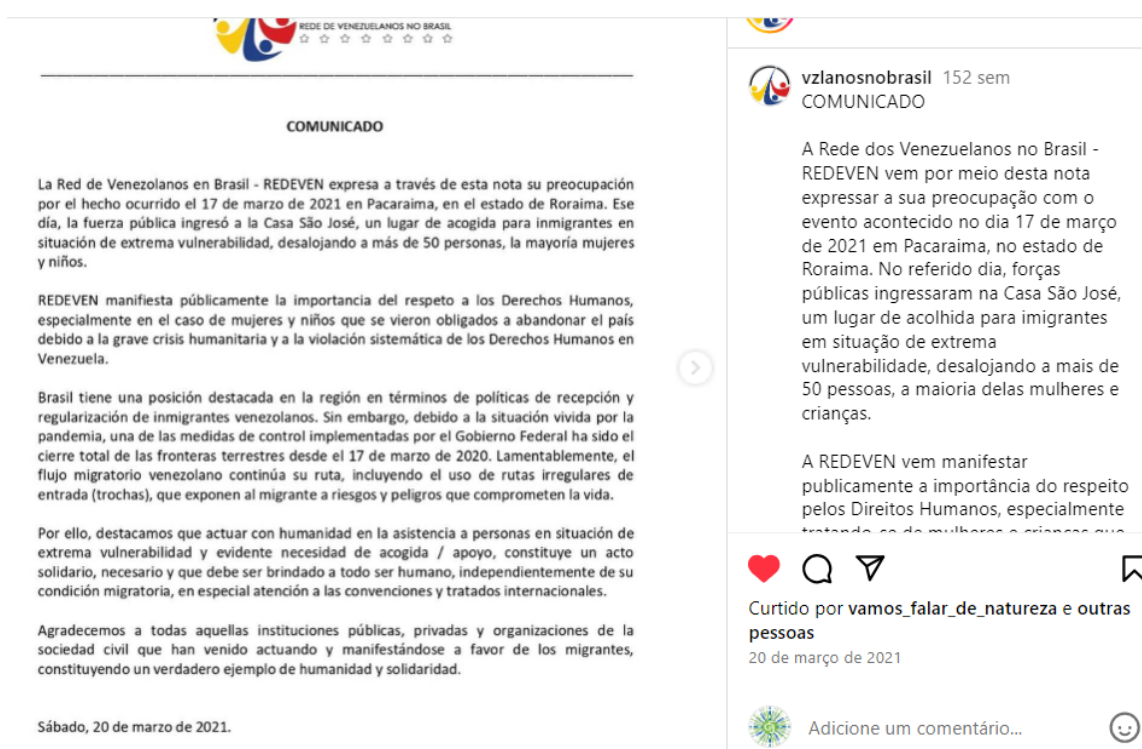
É notável perceber a rapidez da circulação deste fato, que ocorre em Pacaraima, uma pequena cidade do norte do país, em um dia, e no outro está no site da Presidência da República como nota emitida em caráter emergencial. Aqui não se trata apenas de disparo de notícia, como ocorre, tantas vezes, nas redes sociais. Não se trata, também, apenas de ato observacional, mas, conforme Fausto Neto (2017), diz respeito aos efeitos da transformação da sociedade em processo de midiaticização, efeitos esses que afetam organizações, instituições, afetam os discursos sociais e seus atores.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/recomendacao-n-05-de-2021>. Acesso em: 05 set.2023.

Seguindo a cronologia do caso, trazemos agora sua repercussão no dia 20/03/21 na rede social digital Instagram, no perfil da Rede de Venezuelanos no Brasil REDEVEN.

A Rede faz um comunicado por meio de nota, expressando sua preocupação pela forma como seus compatriotas (mulheres e crianças) foram tratados pelos policiais na CASJ. Expressa, ao mesmo tempo, gratidão às instituições brasileiras que realizam trabalhos humanitários em prol dos venezuelanos. Conforme figura 24, abaixo, percebemos que a REDEVEN divulga o comunicado nos dois idiomas, em espanhol, idioma dos migrantes venezuelanos, e o português, o idioma do país que os acolhe.⁵⁶

Figura 24 - Captura de tela do perfil no Instagram da REDEVEN em 21/02/24



Fonte: Instagram da REDEVEM

Percebemos, nesta simples postagem, que o caso ultrapassou fronteiras, inclusive de idiomas. Percebemos, também, as diferentes interações que a postagem suscita. Nos comentários do comunicado há três manifestações,

⁵⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CMpk-uoDO2Y/>. Acesso em 28 fev. 2024

conforme figura 25. A primeira chama atenção porque a pessoa parece alheia ao caso, mas algo lhe interessa na postagem pois ela descobre que há uma Rede de venezuelanos no Brasil. Ou seja, a postagem lhe é útil e presta um serviço de “utilidade pública à comunidade”.

A circulação do acontecimento entra no universo sensível da solidariedade, da humanidade, e todos se envolvem, não mais apenas a religiosa Ana Maria, as mulheres e crianças atendidas na instituição. Cria-se uma corrente de solidariedade, e gera sensibilidade para com as pessoas vulneráveis. Nos comentários da postagem, duas pessoas reagem colocando emoji, ou seja, uma carinha chorando expressando tristeza pela notícia. Conforme vemos na figura 25:

Figura 25 - Captura de Tela do Instagram da REDEVEN em 21/02/24



Fonte: Instagram da REDEVEN

O Instituto Humanitas da Unisinos - IHU, no dia 22 de março de 2021, também divulgou uma reportagem sobre o Caso ocorrido na CASJ. A reportagem destacou a Nota Pública onde as entidades denunciavam a ameaça e agressões sofridas pelas religiosas, mulheres e crianças venezuelanas. A manchete da matéria informa “121 entidades denunciam violência policial contra migrantes venezuelanos e trabalhadores humanitários em Pacaraima – RR” conforme vemos na figura 26:

Figura 26 - Captura de tela de reportagem do site IHU em 22/02/21



Fonte: Site do IHU

A reportagem faz, inicialmente, uma breve introdução sobre o caso para localizar o leitor, em seguida apresenta a Nota Pública na íntegra, bem como as 121 entidades que assinam a carta. Como percebemos o número de assinaturas é menor do que encontramos na análise da matéria da Cáritas de 21 de março, ou seja, um dia antes da publicação desta reportagem, “mais de 130”. Podemos inferir que, por estar mais próxima da casa e do caso, a Cáritas teve acesso atualizado da informação, o que não ocorre com o IHU. Aparentemente, do momento em que a reportagem foi feita até o momento de sua publicação, houve mais entidades que assinaram a nota. Ao todo foram 136⁵⁷. Ao lermos as assinaturas, percebemos que

⁵⁷ Conforme a Matéria da Cáritas Brasileira, nota 28

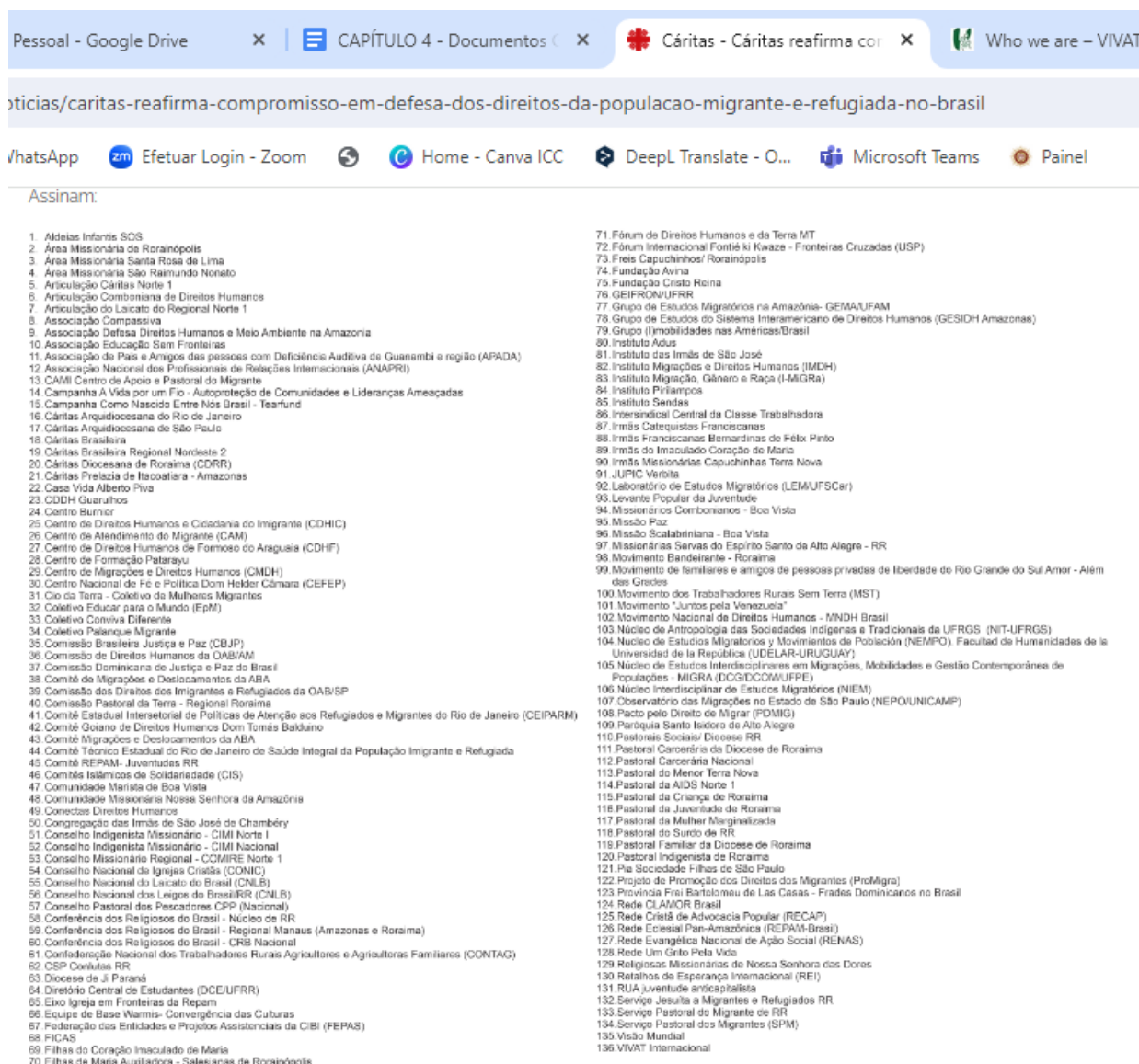
a circulação do caso nos ambientes religiosos e de ação social foi intensa. Afirmamos isso porque os signatários da nota são, na totalidade, entidades de Igrejas ou de grupos que desenvolvem ações sociais, desde comissões de Direitos Humanos, congregações religiosas masculinas e femininas, pastorais diversas da Igreja Católica, Igrejas Cristãs, movimentos sociais, comitês, grupos de Justiça e Paz (JPIC), Conselhos, centro sociais e de ajuda humanitária, Cáritas de diferentes estados e até mesmo o comitê islâmico de solidariedade, entre outros.

A Nota Pública, que tem como título: “Por Justiça e Dignidade, contra a violência” congregou, reuniu entidades desde o SOS Aldeias Infantis⁵⁸ (primeiro assinante) ao Vivat International⁵⁹ (último assinante). Conforme figura 27:

⁵⁸ A Aldeias Infantis SOS (SOS Children's Villages) é uma organização global, de incidência local, que atua no Cuidado e Proteção de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. <https://www.aldeiasinfantis.org.br/conheca/quem-somos>.

⁵⁹ VIVAT International is a Non-Governmental Organization with a membership of more than 25,000 from 12 Catholic Religious Congregations, working in 120 countries to promote human rights through advocacy at international and local levels. <https://www.vivatinternational.org/about/who-we-are/>.

Figura 27 – Captura de tela com instituições que assinaram a carta



Fonte: Site da Cáritas Brasileira

A nota é um protesto, um manifesto, ou seja, um sinal simbólico de união, para selar um compromisso por justiça e dignidade, contra a violência. Como sabemos o que motivou a nota foi a invasão policial na CASJ. Contudo, podemos inferir, pelo conteúdo da nota, que todos que assinaram a carta o fazem em favor de um horizonte maior, para que nenhuma pessoa sofra violência. É mais amplo o sentido, vai além de um caso e um momento isolado. Entendemos nesse movimento que há um sistema de interpenetração que atinge os processos discursivos no qual

apenas se visualiza parte deste trabalho comunicacional, ou seja, aquela parte que se torna visível pelas marcas do discurso (Fausto Neto, 2012).

Segundo O autor, “o acontecimento se faz numa rede de conexões onde discursos se afetam e se co-determinam, através de acoplagens” (Fausto Neto, p.2012, 22). Isso é perceptível no caminho que o caso percorre, um caminho que adentra os processos comunicacionais e mergulha no fenômeno da midiatização. É interessante observar o processo que não tem mais um ponto de chegada. E ele cruzou fronteiras, como vemos no próximo material midiático a ser analisado.

A Embaixadora da Venezuela no Brasil, María Teresa Belandria, esteve na CASJ no dia 23 de março de 2021. Em sua visita prestou solidariedade à Irmã Ana Maria e às mulheres e crianças venezuelanas que sofreram a violência da polícia federal. Encontramos a notícia na página da rede social digital Facebook. Conforme vemos na imagem 28 abaixo, assim diz a postagem:

En su visita a la ciudad de Pacaraima, la embajadora de Venezuela en Brasil, visitó el refugio Casa São José que la semana pasada fue objeto de un allanamiento por parte de la Policía Federal y la Policía Civil. Esta acción generó el rechazo unánime de importantes organizaciones defensoras de los DD.HH. en Brasil quienes emitieron, así como lo hizo la embajada, numerosos comunicados condenando los hechos y mostrando su apoyo a la labor de la hermana Ana Maria quien administra este refugio privado. La embajadora agradeció el trabajo de la religiosa y sus colaboradores, al dar cobijo y protección a mujeres y niños venezolanos que tuvieron que huir de la grave situación que se vive en Venezuela⁶⁰.

⁶⁰ Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1734017756757899>. Acesso em 10 mar. 2024.

Figura 28 – Captura de tela da página da Embaixada da Venezuela Brasil no Facebook



Fonte: Facebook da Embaixada da Venezuela no Brasil

A postagem nos faz perceber o quanto a circulação do caso atingiu diferentes campos. Temos agora o campo das relações diplomáticas internacionais. A embaixadora vai na casa, confere o local, conversa com Ana Maria, e o interessante em sua fala é que ela se refere apenas à questão da deportação. Não há, em nenhum momento, relação da invasão policial com irregularidade sanitária devido à pandemia da COVID 19. O vídeo é curto, apenas 1 minuto e sete segundos, contudo a mensagem é da embaixadora é clara:

é 23 de março estamos aqui na casa são josé em Pacaraima no estado de Roraima aqui na semana passada teve um acidente realmente muito lamentável porque entrou a força de segurança a polícia federal para fazer um ato massivo de deportação e este é um abrigo de mulheres e crianças, aqui não tem homens e realmente foi muito duro, muito difícil, realmente viveram um momento muito triste, com muito medo as mulheres aqui e a atuação da Irmã foi determinante, ela chegou pediu se eles tinham documentos e graças ao apoio dela estas mulheres que estavam aqui, grávidas e com filhos não foram deportadas e agradecemos a irmã e sabemos que isso não vai mais acontecer e que os direitos humanos estão acima de qualquer coisa e obrigada irmã por seu apoio e aqui estamos apoiando os venezuelanos em qualquer lugar que estejam. (Tradução nossa)⁶¹

⁶¹ Ibidem nota 58.

Algo a destacar no vídeo é a riqueza de elementos que aparecem na cena: atrás da embaixadora e Ana Maria vê-se camas beliches, é o quarto onde dormiam as mulheres. Há uma mulher, não identificada, que acompanha a embaixadora. Aparecem mulheres com crianças no colo que saem do quarto e outra criança é vista. Ouve-se latidos de cachorro que atrapalham o áudio. Ou seja, além das palavras, as imagens e sons comunicam a realidade e tudo isso é parte do caso que vai sendo repetido de boca em boca, é transmitido por meios tecnológicos, o que confere a midiatização do acontecimento.

A divulgação do caso no Facebook desperta outros interesses, como vimos também quando analisamos uma postagem do Instagram da REDEVEN. Os atores sociais têm necessidades diferenciadas e fazem suas buscas a partir disso. Nesse sentido, vemos, na imagem seguinte, três comentários sobre a postagem do vídeo da embaixadora. Contudo, dois dos comentários fogem do contexto do caso. Um pede resposta da embaixada sobre sua situação, o outro quer informações sobre licença do Detran. Isso nos faz inferir que a circulação, aqui, não tem a ver apenas com o caso, mas com tudo que o envolve. Uma vez que entra no campo midiático, o acontecimento toma outras rotas e se insere em outros mundos encontrando sentidos diversos a partir das necessidades e interesses dos indivíduos.

Figura 29 - Captura de tela de comentários no Facebook da Embaixada no Brasil



Fonte: Página do Facebook da embaixada da Venezuela no Brasil

Ainda sobre os comentários das postagens acima, é interessante observar que a embaixada responde, orienta o leitor. Ele não fica sem resposta. Gera-se um diálogo, fruto da postagem sobre o caso da invasão. Mas o diálogo, aparentemente, não tem nada a ver com o caso especificamente. Contudo, tem a ver com os venezuelanos no Brasil, com a migração. Há muitos elementos que perpassam, que envolvem a situação. Isso confere a riqueza e ao mesmo tempo a complexidade da midiatização.

Continuamos nossa análise no universo internacional. Trazemos agora a matéria do Jornal venezuelano “En El Nacional”⁶², divulgada em seu site, no dia 25/03/2021, com a manchete: “Muchos venezolanos en Brasil están escondidos porque temen que los deporten”, conforme figura 30.

⁶² Disponível em: [https://es.wikipedia.org/wiki/El_Nacional_\(Venezuela\)](https://es.wikipedia.org/wiki/El_Nacional_(Venezuela)). Acesso em 11 mar. 2024.

Figura 30 – Captura de tela de fragmento da matéria do site do jornal EN EL Nacional



Fonte: Site do Jornal venezuelano *En El Nacional*

O jornal cita, na linha de apoio, informações sobre a jornalista que fez a matéria: a venezuelana Yesica Moraes Ruiz, que vive em Pacaraima e enfrenta situações duras, difíceis, em especial devido à pandemia da Covid 19. No corpo da matéria é destacado o trabalho da jornalista e sua atuação em favor dos direitos dos migrantes. Encontramos, ainda, informações sobre a vida de Yesica Moraes Ruiz. Diz que ela migrou, como tantos de seus compatriotas, para Pacaraima em 2019 e que foi, inclusive, perseguida pelo regime de Chaves. A notícia informa que os venezuelanos estão com medo de serem deportados e permanecem fechados nas

casas, ou nos lugares de refúgio. Vemos, na foto destaque da matéria, um casal dando entrevista na frente de uma câmera e a jornalista Yesica é a entrevistadora. Há pessoas aglomeradas em um local que parece um espaço de comércio, as portas estão fechadas, muitos colchões e roupas espalhadas no chão e pessoas deitadas. Todo esse universo retrata a realidade que vivem os migrantes.

Destacamos esta matéria para análise por dois motivos: primeiro, para mostrar que o caso investigado nesta pesquisa tem relação com esse universo dos migrantes venezuelanos e a questão da deportação, que estava latente entre os refugiados naquele momento. E o segundo motivo, mais relacionado com nosso trabalho, é o fato da jornalista Yessica, que escreve a notícia, ter inserido o caso da invasão na CASJ em sua matéria. Na parte final da reportagem ela coloca uma imagem, captura de tela, de um post de seu perfil na rede social digital Instagram⁶³. Conforme figura 31:

Figura 31 – Captura de tela do Instagram de Yesica Moraes



Fonte: Instagram de Yesica Moraes

⁶³ <https://instagram.com/yecamoraes?igshid=MzRIODBiNWFIZA>. Acesso em: 7 set. 2023

Na figura, lemos a notícia: “A Polícia Federal invade a Casa de acolhida São José, e deporta as mulheres venezuelanas vulneráveis que lá estavam abrigadas” (tradução nossa). Além disso, vemos a imagem da religiosa Ana Maria, bem como mulheres e crianças atrás dela. Interessante observar que o caso apareceu na matéria para comprovar, atestar o que a jornalista escreveu sobre a situação dos migrantes venezuelanos no Brasil naquele momento. Contudo, se formos comparar informações, veremos que, em outras notícias que analisamos, lemos que “não houve deportação na CASJ”, apenas tentativa. Assim constatamos que, na circulação, as informações nem sempre são verdadeiras e precisam ser apuradas pelo jornalista que deve buscar fontes confiáveis. Diante desta matéria pensamos que seria interessante entrevistamos a jornalista Yessica. Tentamos contato por telefone e rede social, mas não obtivemos retorno.

Portanto, mais uma vez, encontramos os sinais da midiatização que perpassa todos os espaços e vai conduzindo o caso, ou seus efeitos, para ambientes de macro circulação, que é o caso do jornal venezuelano *En El Nacional*. Conforme afirma Gomes (2022, p. 212), “a realidade da midiatização permite várias interpretações, todas partindo do fato de que a sociedade se constitui por meio da comunicação”. O autor ainda diz que o conteúdo da comunicação expressa a vida dos indivíduos em sociedade, suas realidades, histórias, buscas e conquistas. (Gomes, 2022).

Assim, vemos na reportagem de Yésica uma tentativa de trazer à tona, à vista, a realidade vivida por seu povo migrante no Brasil. Parece-me mais importante esta interpretação do fato das mulheres terem sido deportadas ou não literalmente. Neste contexto percebemos o quanto é complexa a midiatização e carece sempre ser interpretada a partir do meio, do chão da realidade. É o que buscamos realizar nesta pesquisa.

Prosseguindo em nossa análise, temos agora o comunicado da Comissão Internacional dos Direitos Humanos (CIDH), feito para a imprensa em 01 de abril de 2021⁶⁴, por meio do boletim de notícias da Organização dos Estados Americanos (OEA)⁶⁵. O comunicado é oferecido em três idiomas: português, espanhol e inglês,

⁶⁴ Comunicado em Anexo D.

⁶⁵ La Organización de los Estados Americanos es el organismo regional más antiguo del mundo, cuyo origen se remonta a la Primera Conferencia Internacional Americana, celebrada en Washington, D.C., de octubre de 1889 a abril de 1890. La Organización fue fundada con el objetivo de lograr en sus Estados Miembros, "un orden de paz y de justicia, fomentar su solidaridad, robustecer su

conforme vemos na figura 32. Optamos pela captura de tela na opção do idioma espanhol.

Figura 32 - Captura de tela do comunicado para imprensa da CNDH, no boletim digital da OEA

The screenshot shows the official website of the Inter-American Commission on Human Rights (CIDH) in Spanish. At the top, there's a navigation bar with links like 'Acerca de la CIDH', 'Casos', 'Medidas Cautelares', etc. The main content area features a large banner with newspaper clippings and a headline: **La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos**. Below the headline, it states the date '1 de abril de 2021' and the location 'Washington, D.C.'. The text describes the CIDH's concern about the militarization of borders and the need for policies that respect human rights. A sidebar on the left contains links to various CIDH resources, and a sidebar on the right provides useful links and contact information.

Fonte: Boletim digital da OEA

colaboración y defender su soberanía, su integridad territorial y su independencia". Hoy en día, la OEA reúne a los 35 Estados independientes de las Américas y constituye el principal foro gubernamental político, jurídico y social del Hemisferio. Además, ha otorgado el estatus de Observador Permanente a 70 Estados, así como a la Unión Europea (UE). Disponível em https://www.oas.org/es/acerca/quienes_somos.asp. Acesso em: 25. feb. 2024.

O comunicado tem como título: *“La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos”*. O que nos interessa especificamente neste comunicado é o parágrafo sexto, que transcrevemos abaixo e se refere ao caso da invasão policial em Pacaraima, na CASJ:

Asimismo, el 18 de marzo de 2021 el CNDH emitió la Recomendación No. 5 sobre la adopción de medidas para la gestión de la migración en el municipio de Pacaraima, fronterizo con Venezuela. Ello, en respuesta a las denuncias por la posible intensificación de controles migratorios con el fin de ubicar a las personas migrantes en situación irregular y proceder a su deportación, así como por el ingreso no autorizado de la Policía Federal, Policía Civil del Estado de Roraima y Ministerio Público del Estado de Roraima a Casa São José —un equipo de asistencia y ayuda humanitaria gestionada por la Pastoral do Migrante— para desalojar a aproximadamente 55 personas migrantes.⁶⁶

O parágrafo destaca a questão da resposta do CNDH do Brasil, que emitiu recomendação, conforme analisamos anteriormente, sobre a invasão policial na CASJ e a tentativa de deportação dos migrantes (mulheres e crianças). Percebemos aqui uma conexão entre os Conselhos dos Direitos Humanos e identificamos a circulação do caso, ou seus efeitos, de uma instância nacional para a internacional. Vemos que neste processo de circulação não há linearidade, inclusive algumas informações mudam. Percebemos isso, a propósito, na data. Abaixo trazemos o parágrafo traduzido:

Da mesma maneira, em 18 de março de 2021, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) emitiu a Recomendação número 5, referente à implementação de medidas para administrar a migração na cidade de Pacaraima, localizada na fronteira com a Venezuela. A recomendação foi elaborada em resposta a denúncias sobre a possível intensificação dos controles migratórios para localizar migrantes em situação irregular e proceder com sua deportação, além da entrada não autorizada de agentes da Polícia Federal, da Polícia Civil do Estado de Roraima e do Ministério Público do Estado de Roraima na Casa São José - uma instalação de assistência e ajuda humanitária administrada pela Pastoral do Migrante - com o objetivo de desalojar cerca de 55 migrantes. (Tradução nossa)

A Invasão, segundo informações da casa e das matérias que sucederam ao acontecimento, ocorreu dia 17 de março de 2021 - a nota da CIDH cita o dia

⁶⁶ Documento completo em Anexo D.

seguinte, 18 de março de 2021; outra discordância, a CASJ é regida, dirigida, coordenada pelas Irmãs de São José, e o comunicado cita a Pastoral do Migrante - esta é apoiadora. Conforme Pedro Gomes (2022 apud Fausto Neto, 2009), atualmente já se entende que a linguagem é realizada por meio das relações articuladas entre quem emite e quem recebe e nesse movimento não é possível linearidade. Ele afirma que a produção de sentido se faz a partir de construções subjetivas (Gomes, 2022). Eu diria que, neste caso, um dos fatores que colabora para a não linearidade é o fato do distanciamento temporal - foram 15 dias depois do acontecimento que o CIDH lançou o comunicado, além dos interesses da instituição. Ou seja, infere-se que para os órgãos de Direitos Humanos a informação mais relevante é o fato da deportação dos migrantes e não exatamente o caso, a invasão. Gomes (2022, p. 91) ainda diz que “a circulação passa a ser pensada como uma das principais fontes da complexidade social”. Para o autor, na circulação, há pluralidade de leituras e isso pode explicar as divergências nas informações e interesses.

O caso foi para a justiça, desdobrou-se e percorreu vários campos sociais, desde o interior do campo religioso e suas repercussões tanto na Congregação como nas congregações e igreja local. Passou pelo campo político, social, diplomático, pois envolveu ações de fronteiras, como a participação explícita da embaixadora da Venezuela no Brasil, além das interações de opinião pública, da comunidade local e sociedade Brasil/Venezuela. Isso se percebe, por exemplo, nos comentários das redes sociais, conforme vimos em algumas de nossas análises, e ainda continua a se movimentar, a circular nos espaços de mídia.

Um exemplo é o da senhora Dayana del Carmen Daly, uma das testemunhas do caso que citamos no capítulo anterior, com quem realizei entrevista. Minha comunicação com ela se deu por meio de um comentário que ela fez na rede social digital Facebook, no perfil da CASJ. A casa realizou uma postagem lembrando os dois anos do caso, no dia 17 de março, de 2023. Assim ela escreveu: “eu nunca me esquecerei daquele dia”, conforme figura 33.

Figura 33 - Captura de tela de página do Facebook da CASJ em 26/02/2024



Fonte: Página do Facebook da CASJ

Pelo comentário, deduzi que se tratava de uma testemunha. Entrei em contato com ela, que hoje (2023) reside em Santa Catarina, e prontamente aceitou conversar comigo. Esse movimento é repleto de práticas comunicacionais e a mediatização está inserida em todas as práticas. Ou seja, o caso, usando um ditado popular, continua “dando pano pra manga”. São vários os processos midiáticos envolvidos, tanto em operações em micros quanto em macros ambientes.

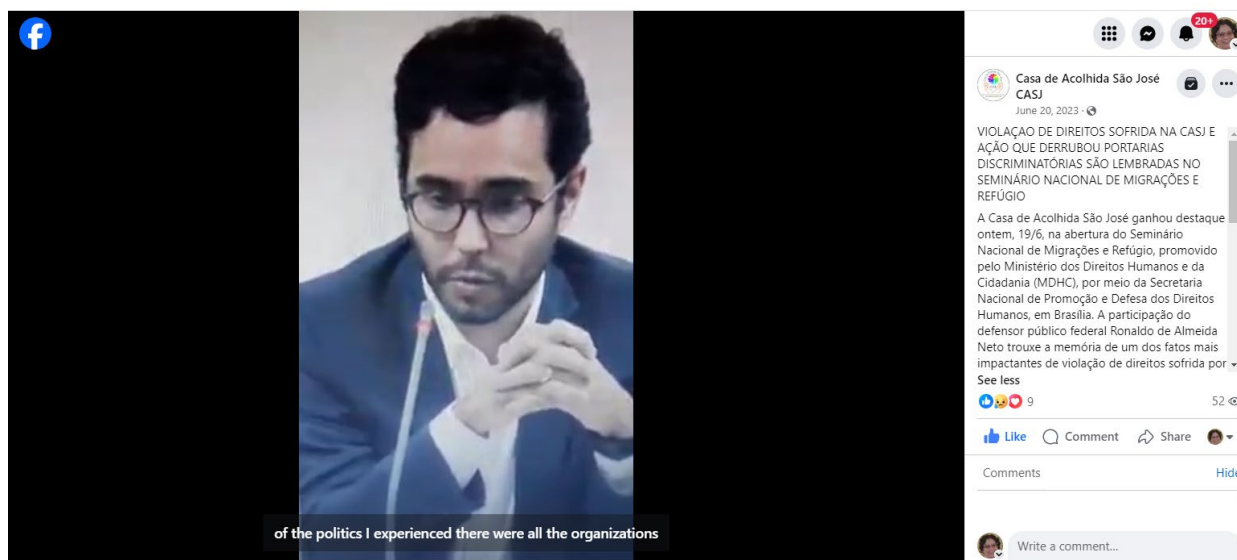
O caso, sem desmerecer os impactos negativos que gerou, em especial nas pessoas atingidas em primeira instância, foi benéfico em vários aspectos: o trabalho

da casa foi mais conhecido e, conseqüentemente, recebeu mais apoio, visibilidade e ajuda; todos os migrantes foram beneficiados com a ação do MPF e DPU contra a União Federal, que exige melhores condições, diretos cumpridos e melhor trato com os venezuelanos, além do benefício financeiro que a Casa de Acolhida São José receberá, caso ganhe a ação contra danos morais que ainda tramita na corte judicial de Roraima⁶⁷.

Segundo Adriana Sangalli, gestora de Comunicação da CASJ, a violação de direitos sofrida na Casa, no dia 17 de março de 2021, entre seus efeitos, derrubou Portarias discriminatórias do Governo Brasileiro. Além disso, o caso ganhou destaque na abertura do Seminário Nacional de Migrações e Refúgio promovido pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, no dia 19 de junho de 2023, em Brasília. Em sua participação, o defensor público federal Ronaldo de Almeida ressaltou a atuação conjunta de organismos de representatividade da sociedade civil a partir do episódio ocorrido na CASJ em 2021, que condicionou a Justiça Federal ao reconhecimento de que o Brasil havia adotado uma política migratória discriminatória, sendo o Estado brasileiro condenado e banidas as portarias que impediam a regularização migratória. Ou seja, um marco de conquista para o movimento de direitos humanos no país e que demonstrou a força da atuação coletiva da rede de serviço humanitário, em defesa e benefício das pessoas em situação de vulnerabilidade que migram para o Brasil. Um fragmento de vídeo de um minuto e seis segundos da participação do defensor público federal Ronaldo de Almeida no seminário, foi postado na página do Facebook da CASJ e, novamente, encontramos o caso circulando nos diferentes campos, mais de dois anos depois. Na figura 34, trazemos a captura de tela da postagem do Facebook da Casa, realizada no dia 20/06/2023.

⁶⁷ Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/docs/acao-mpf-e-dpu-impedimento-a-deportacao-de-migrantes>. Acesso em 27 mar. 2024

Figura 34- Captura de tela do vídeo do Facebook da CASJ no dia 26/02/2024



Fonte: Página do Facebook da CASJ

Encontramos nas ocorrências do caso e seus desdobramentos o processo de circulação do discurso se inserindo e se expandindo nos ambientes sociais por meio dos diferentes interesses: a invasão policial, a violação dos direitos humanos, a tentativa de deportação, a ameaça a menores e indefesos. Enfim, o discurso é diverso e se ramifica, estende-se e atinge as instituições que se interpenetram, se unem, se acoplam, criando correntes de circulação que tocam os macros sistemas, como é o caso das instituições nacionais: Cáritas, Direitos Humanos, Governo Federal, entre outras.

As análises das inserções nas mídias aqui realizadas, desde o dia seguinte ao caso, 18 de março de 2021, a esta última do dia 20 de junho de 2023 trouxeram diferentes ambientes por onde o acontecimento passou e circulou, deixando marcas em cada um deles. Foi recebendo interpretações das mais diversas, leituras de diferentes gramáticas e se expandindo. Do microambiente como uma casa simples, regida por religiosas que realizam seu trabalho evangélico-social acolhendo mulheres e crianças migrantes em Pacaraima, no norte do país, que de repente, por meio de um acontecimento que se desdobra em caso devido a sua repercussão, chega a ambientes macro da sociedade como vimos: Governo Federal, Direitos Humanos Internacional. O caso se torna símbolo da luta por Direitos, por dignidade, por paz e respeito ao migrante. A complexidade do caso nos fez transitar por campos sociais múltiplos, como da política, da religião, da polícia ou segurança

pública, da justiça, da saúde, da comunicação, da comunidade, das relações internacionais, dos Direitos Humanos etc. Percebemos, em todo o processo de análise, que há uma complexidade que envolve o acontecimento/caso e buscamos ir além do que se via, do que tínhamos diante olhos. A busca de materiais e informações, as pesquisas e entrevistas, leituras e inferências foram ajudando a construir a análise que aqui realizamos. Gomes (2022 Apud Fausto Neto, apud Eliseo Verón, 2013) diz que é preciso ir “além daquilo que aparece; ir além do fenômeno objetivo de uma circulação da mensagem, vendo essa circulação como construtora de uma sociedade e como edificadora de uma ambiência” (Gomes, 2022, p. 131). Afirma que há modificação das pessoas e da sociedade quando elas partem deste processo de circulação que se realiza por meio das mais várias tecnologias que estão à nossa disposição hoje.

Ao finalizar este capítulo no qual procuramos realizar uma leitura das intervenções midiáticas no caso, podemos inferir que este, em sua complexidade e ramificações, atingiu diferentes campos sociais, ao circular, ao transitar de forma mediatizada nos meios e transformou, mudou as realidades que atingiu, e são perceptíveis os seus efeitos. Entre as transformações e mudanças percebidas. Destacamos: a Casa ganhou visibilidade nacional e internacional e esse fato fez com que recebesse mais doações e ajudas dos órgãos públicos para as mulheres e crianças migrantes. Os migrantes venezuelanos de forma geral, devido ao caso e sua repercussão, tiveram direitos garantidos por meio de portarias e leis que asseguram seus direitos. Além disso, ao entrevistarmos Ana Maria em agosto de 2023, ela nos comunicou que todos os policiais civis e militares que prestavam serviço em Pacaraima foram realocados e novos agentes enviados à cidade. Esses movimentos atestam os efeitos que o fenômeno da mediação provocou ao circular nas diferentes ambiências.

Nesta análise, como dissemos desde o início, buscamos trazer recortes de elementos bem concretos, possíveis e passíveis de observação e leituras a partir do ambiente midiático em que foram veiculados e compartilhados. Percebemos o processo analítico, da transversalidade de alguns conceitos, como, por exemplo, da ambiência. Pedro Gomes (2022, p.136) afirma que “a expansão das tecnologias digitais está a exigir que se considere a sociedade em mediação como a uma ambiência que modifica o modo de ser no mundo das pessoas e das instituições”. Considerando a afirmação de Gomes, foi possível encontrar o conceito de ambiência

presente e circulando entre os diferentes registros do caso. Assim, uma modificação no modo de ser, de se organizar, de agir na sociedade e nas instituições foi acontecendo em micro e macro escalas. Podemos entender e acompanhar o caminho que o acontecimento, transformado em caso por meio da circulação, realizou. Seguindo uma jornada pelos rastros da mediação em fluxos, fazendo travessias, afetando e sendo afetada e provocando tensionamentos e mudanças por onde passa. Percebemos, também, que este processo ocorreu na Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, uma das Instituições ou a principal instituição envolvida com o caso. Isso é o que vamos trazer no próximo capítulo.

5 DAS INFERÊNCIAS À REPERCUSSÃO: O CASO NA CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY

A Vida Consagrada é sempre um diálogo com a realidade
(Papa Francisco).

Como pesquisadora em comunicação, considero a midiatização um fenômeno social e público, em processo de contínuas mudanças, acoplamentos e transformações. Neste caminho, se encontra a Igreja católica que tem trilhado, em relação à comunicação, processo contínuo de desvelamento, abertura, transparência e aprendizado, que o próprio Papa Francisco incentiva, motiva e dá exemplos. Como religiosa, pertencente à Congregação das Irmãs de São José de Chambéry, penso ser importante, nesta dissertação, trazer aspectos que ligam esses dois campos: comunicação e religião, dentro do contexto da midiatização do caso que investigamos. Afinal, a “Vida Consagrada é sempre um diálogo com a realidade”.

Como já mencionado, a invasão policial na CASJ afetou diretamente a Congregação das Irmãs de São José, pois, um de seus membros, Ana Maria da Silva, foi o principal alvo, por ser a diretora da Casa. Neste contexto, penso ser importante analisar de que forma a Congregação, a qual ela pertence, acolheu, participou e inseriu, em suas ações comunicacionais, em suas falas, em seus veículos de comunicação, o acontecimento ocorrido em Pacaraima.

Marco Túlio de Sousa (2021) vem ajudar nesta reflexão, ao propor uma sistematização da midiatização da religião, considerando quatro frentes a serem contempladas ao pesquisar o tema:

1) o religioso na mídia laica; 2) produções midiáticas de organizações religiosas; 3) a participação da mídia (e do campo midiático) na interação do campo religioso com outros campos sociais; 4) o religioso na produção midiática dos indivíduos e agrupamentos formados por eles na internet (Sousa, 2021, p. 289).

Para nós, neste momento, interessa o terceiro ponto destacado pelo autor: “a participação da mídia e do campo midiático, na interação do campo religioso com outros campos sociais”. Vimos, no capítulo anterior, a complexidade do caso que investigamos e seus desdobramentos em diferentes campos, como da segurança

pública (policiais), da saúde, das relações internacionais, dos Direitos Humanos. Vimos, também, ao trazer matérias da Cáritas Diocesana, a relação com o campo religioso. Em todos esses caminhos e atravessamentos, encontramos, de uma forma ou de outra, a presença e o envolvimento das religiosas responsáveis pela CASJ. Não podemos ignorar esta realidade, até porque é um aspecto que desejamos refletir e abordar na pesquisa aqui apresentada.

Nesta reflexão, percebemos o quanto o campo midiático participa e se relaciona com o campo religioso, estabelecendo relações com outros campos sociais, bem como com atores sociais diversos (Sousa, 2021). Este aspecto ficou claro em nossa análise e confirma o que Sousa (2021) comenta a respeito do religioso e do midiático, que se converteram em espaços públicos na sociedade, bem como, espaço de poder e de disputa de sentido. Concordamos com o autor, pois vimos o exemplo do diálogo entre Ana Maria e o Promotor⁶⁸, no qual há uma discussão que, podemos dizer, há “uma disputa” para identificar de quem é a culpa ou a responsabilidade de cuidar, proteger, dar abrigo aos migrantes venezuelanos. A responsabilidade é do governo? Mas, por que não está cumprindo com seu dever? Caso contrário, não haveria necessidade de uma congregação religiosa realizar essa função. A responsabilidade é da Igreja, no caso, da Congregação Religiosa? Então, por que está sendo invadida? Enfim, há um impasse sobre “quem é a mãe da criança”, fazendo uso de um ditado popular. E este impasse vai para as mídias. Vimos que, na maioria das matérias, o caso é apresentado sinalizando o quanto o poder público está falhando no cuidado aos refugiados e mostram a Casa, as mulheres e a religiosa como vítimas. Em outras, em menor escala, aparecem a polícia e poder público, como cumpridores do dever: “estavam realizando seu trabalho”. Vemos assim que há uma clara disputa de sentidos e de poder na divulgação do caso.

Ainda, refletido com a ajuda de Marco Túlio (2021), ele nos diz que, estudando o fenômeno da midiatização da religião, é importante ter claro que o processo é dinâmico e que o pesquisador é responsável por “captar recortes, realidades parciais, que permitem perceber nas partes o todo que as engendra” (Sousa, 2021, p 292). Com certeza, é o que desejamos realizar neste capítulo, destacando uma parte, a participação da Congregação no caso.

⁶⁸ Conforme diálogo em páginas 76,77.

Conforme Braga (2007), há uma tendência atual que busca pesquisar a comunicação em um contexto de investigação dos processos experimentais, referentes às modificações estruturantes da sociedade. Isso se refere às tendências voltadas às tecnologias midiáticas, ao desenvolvimento crescente de circuitos de interação, que atravessam os campos sociais e provocam suas práticas, em todos os níveis, diante dos desafios da midiatização e da globalização e põe em discussão os padrões antes estáveis. “Uma linhagem relevante, entre tais estudos, é a de investigar, analisar e compreender o que se desenvolve, naqueles processos, em termos de aprendizagem e invenção social” (Braga, 2007, p 68).

Tive como inspiração essas palavras de José Luís Braga para realizar a análise nesta parte da dissertação. Ao iniciar a pesquisa entre as religiosas, por ser membro da Congregação, algumas inferências me acompanhavam e percebi que a Congregação não falou sobre o caso, não houve nenhuma manifestação pública, além de assinar a nota pública, nem em âmbito interno, muito menos externo: (site, redes sociais, jornal). Houve apenas uma pequena nota que circulou, internamente, pedindo aos membros que “rezassem” por uma “situação delicada em Pacaraima”. Muitos questionamentos surgiram em mim: por que não foi falado? Medo de exposição? Dificuldade de lidar com a mídia? O que há, na vida religiosa, que a bloqueia neste sentido? Isso é apenas nesta Congregação ou em outras também? De certa forma, eu faço uma autocrítica - em um tempo em que se fala de tudo e há opiniões sobre tudo, qual o porquê do silêncio sobre algo tão relevante?

5.1 AÇÕES, TENSÕES, CONFLITOS E DISCURSOS: EFEITOS DA MIDIATIZAÇÃO DO CASO NA COMUNIDADE RELIGIOSA

Para captar informações sobre a repercussão do caso da invasão policial na CASJ, realizei uma busca entre algumas religiosas, por meio de um questionário, via aplicativo de celular. As religiosas escolhidas para responder o questionário faziam parte da coordenação das Irmãs de São José no Brasil, em 2021. O grupo das entrevistadas foi composto por cinco religiosas. Três delas eram membros do Conselho Provincial. Estas religiosas foram escolhidas por serem as primeiras responsáveis pela Congregação no Brasil e, conseqüentemente, pela missão em Pacaraima. São elas: Katia Rejane Sassi, Gertrudes Salette Beal, Maria da

Consolação Rocha Coelho. Além delas, pensei ser importante saber como o caso chegou ou foi veiculado a nível internacional na Congregação. Assim, contatei uma das religiosas que fazia parte do Conselho Geral da Congregação, em Roma em 2021: Mariaelena Aceti e uma que faz parte, atualmente deste Conselho Geral: Elisa de Fátima Zuanazzi. Por último, conversei com a religiosa Miriam Rosa Nicolodelli, que coordenava a missão da Congregação, em alguns estados do norte e nordeste do Brasil.

As perguntas foram simples: O que você sabe sobre o caso da invasão policial na Casa de Acolhida São José em Pacaraima? 2) Como as Irmãs na Província reagiram a ele? 3) O que foi divulgado a respeito? 4) Como foi o envolvimento da Congregação? 5) Se o caso ocorresse hoje, você acha que a reação a ele, como Província no Brasil, seria diferente? Por quê? É importante destacar que não se trata de julgamento. Apenas buscamos identificar como o fenômeno da midiatização reflete, se apresenta e se desenvolve nesta Congregação, de forma específica em diferentes aspectos.

As respostas vieram quase todas por meio de áudio no aplicativo WhatsApp. Apenas com Elisa de Fátima Zuanazzi realizamos uma conversa telefônica. Portanto, esse simples fato de realizar as entrevistas foi mediado por dispositivos que participam ou colaboram com o fenômeno da midiatização do caso em questão. Após ouvir atentamente as respostas, apresento-as de forma explicativa.

Ao relatar sobre o caso, Elisa Fátima Zuanazzi afirma que receberam, na residência do Conselho Provincial, em Curitiba, um telefonema de Ana Maria, explicando o acontecido em Pacaraima e solicitando ajuda de como deveria proceder. Segundo ela, a Congregação apoiou Ana Maria, para que ela seguisse com os procedimentos legais e procurasse a advogada e a Defensoria Pública. Para Elisa, foi feito o que precisava no momento e que não faltou apoio às religiosas. Ou seja, compreende-se que o importante era resolver “as questões legais”. Para Maria da Consolação Rocha Coelho, atual superiora da Província das ISJC no Brasil, não houve envolvimento da Congregação com o caso e nem repercussões nas mídias, porque não se acreditava que viria a ter grande repercussão. Nesse caso, percebe-se que há uma incompreensão sobre a importância do ocorrido para as religiosas envolvidas, para as mulheres e crianças atendidas na casa, para os Direitos Humanos, bem como sobre questões ligadas à repercussão midiática do acontecimento. Gertrudes Salette Beal lamenta que o caso não tenha sido

documentado, relatado pela Congregação e que a posição escolhida de não se manifestar não foi adequada. Katia Rejane Sassi, que em 2021 era a superiora das religiosas no Brasil, acredita que a pandemia foi um dos motivos de não se ter falado sobre o caso na Congregação e que houve apoio de várias organizações e defensores de migrantes.

Entre os apoios que a casa recebeu, um deles foi o manifesto Carta Pública assinado por 136 organizações, que analisamos no capítulo anterior. Entre as signatárias está a Congregação das Irmãs de São José de Chambéry. Podemos visualizar sua participação na figura a seguir:

Figura 35 - Captura de tela de parte das assinaturas das entidades na Nota Pública em favor da CASJ, contra a invasão policial



Fonte: Nota Pública

Pela assinatura, na posição 42, atestamos que a Congregação se uniu às entidades que apoiaram a nota pública em favor da casa e das mulheres contra a violência e injustiça.

Para Mirian Rosa Nocolodelli, que na época coordenava a missão da Congregação em alguns estados do norte e nordeste do Brasil, o Conselho Provincial deu o apoio necessário à comunidade em Pacaraima e as Irmãs, de forma geral, rezaram e acompanharam a situação à distância. Para ela, houve pouco envolvimento das religiosas com o caso, porque todas estão muito ocupadas com suas atividades, em cada local do país. Há uma missão vasta e nem sempre há pessoas suficientes para realizá-la.

A nível internacional, a resposta obtida foi “não tivemos conhecimento do caso”. As informações recebidas das religiosas expressam que, por alguns motivos, houve pouca divulgação do acontecimento na Congregação e não houve repercussão em seus canais de comunicação. A Congregação possui dois sites, revista bimensal e perfis nas redes sociais⁶⁹ - nenhum deles teve acesso às informações sobre o caso para divulgá-lo. Esse fato é um sinal concreto que desencadeia uma série de questões no que tange às práticas comunicacionais, relacionadas com a midiatização da religião, especificamente na Vida Religiosa Consagrada.

Algo a considerar é o aspecto institucional que envolve as respostas das religiosas. Todas elas são operadoras da instituição. Ou seja, falam do lugar da Instituição, em nome de um coletivo. Encontramos, no fato, uma ação comunicativa em relação ao caso, que expressa certo distanciamento, um agir cuidadoso, cauteloso, talvez certa nulidade ou indiferença. Não com relação às pessoas, às religiosas, mas em relação à repercussão midiática do caso. Assim, podemos inferir que a não divulgação é um elemento forte de reflexão e análise. Ou seja, o silêncio também comunica e, muitas vezes, com mais força do que as palavras.

Interessante que há dois fluxos contrários nas ações das religiosas. – O primeiro se refere àquelas que falam em nome da instituição. Elas têm uma linguagem com operadores semânticos semelhantes, como por exemplo: “foi dado todo apoio necessário, foram tomadas as providências, orientamos o que fazer” etc. - O segundo fluxo é aquele das religiosas que viveram e sentiram na pele o acontecimento. Vimos, no capítulo três, as reações de Ana Maria e Maria das Graças. Elas enfrentaram a situação, defenderam a casa, discutiram e enfrentaram

⁶⁹ Disponível em: <https://www.csjchambery.org/pt/inicial>; <https://www.isjbrasil.com.br/>; <https://www.facebook.com/isjbrasil>; https://www.csjchambery.org/painel/admin/upload/csjournal/csjournal_154_pt.pdf

as autoridades. Foram corajosas e assumiram a situação, inclusive, uma delas, sendo levada à delegacia para prestar depoimento.

Em entrevista com Ana Maria, ao ser perguntada sobre o porquê da não divulgação do caso na Congregação, ela respondeu:

Eu não sei porquê, talvez por uma certa humildade, por proteção, não querer aparecer, mas pra mim é questão de justiça. Penso que a mídia precisa ser melhor usada por nós, muitas vezes não queremos nos mostrar, mas não depende de nós. Somos pessoas públicas e quando agimos ou não as pessoas estão vendo. Nas ruas eu virei heroína para os venezuelanos. Eles me chamam de Madre Maria. Claro que o que eu fiz é parte da minha missão como Irmã de São José e como defensora dos direitos humanos. Não posso ver as injustiças e deixar passar. Mas eu acho que nós temos muito medo, nós nos protegemos muito, nós nos encapsulamos muito, muito medo. Eu sofri muito porque eu sou sempre aquela que coloca em risco a congregação por causa de minhas atitudes, mas não consigo ficar de braços cruzados, não faz parte da minha índole, eu preciso dar uma resposta. (Entrevista realizada em 30 de agosto de 2023, em Curitiba)⁷⁰

Percebe-se que há certa tensão entre a instituição e os membros. Neste exemplo específico, o embate é com Ana Maria, que reagiu e assumiu a responsabilidade da situação. No contexto geral, considerando as respostas trazidas anteriormente, identificamos que há pouca compreensão sobre os processos de comunicação. O comentário: “não imaginávamos que teria tanta repercussão” é um sinal disso. A justificativa da pandemia é outro elemento a questionar, pois o fator Pandemia não influenciava a divulgação via internet. Ao contrário, era um elemento facilitador deste movimento. Assim, é possível identificar que há falhas em diversos aspectos relativos à comunicação, especialmente em contextos que se referem à midiatização e circulação.

Ao constatar a não divulgação do caso para e entre os membros da Congregação, percebo um forte e concreto panorama, que traz à tona questões que vêm ao encontro do que apresentamos no início desta pesquisa, no capítulo primeiro, quando relatamos o motivo e a justificativa da escolha do objeto e a relação dele com a Vida Religiosa Consagrada. Algumas hipóteses que se caracterizavam por medo de se expor, desconhecimento dos processos midiáticos, necessidade de autoproteção, agora podemos comprovar a partir da análise das respostas das religiosas e da fala de Ana Maria.

⁷⁰ Entrevista completa com Ana Maria em anexo A

Dessarte, no que se refere ao universo organizacional ou institucional, que é o nosso caso, podemos encontrar diferentes tipos de discursos, que variam entre os bem-ditos, mal-ditos e não-ditos. Para Nascimento, Lopes e Pinheiro (2018 apud Roman, 2009), os discursos bem-ditos dizem respeito às mensagens oficiais da instituição, transmitidas através de canais formais ou informais de comunicação, que se caracterizam por sua clareza e objetividade, escritos na norma padrão da língua. Em outro sentido há os discursos mal-ditos, que se referem à comunicação informal, e se relacionam com boatos e fofocas, que circulam no ambiente organizacional. Por fim, existem os discursos não-ditos, podemos dizer que se encaixam no que estamos buscando analisar aqui. Esses discursos são aqueles silenciados pela instituição, organização, às vezes por censura explícita ou implícita. Essa ausência de comunicação pode desencadear sentimentos de desânimo e desmotivação entre os funcionários ou membros que, conseqüentemente, podem levar ao sentimento de não apoio, não valorização do trabalho, insegurança sobre como proceder, desconfiança. Uma série de questões vem à tona, especialmente se o silêncio vem da direção da organização, que se recusa a enfrentar determinadas realidades (Nascimento, Lopes e Pinheiro, 2018 apud Roman, 2009). A reflexão dos autores vem ao encontro do que tentamos intuir nesta análise. O silêncio da Congregação é um sinal, é uma voz, é um discurso não-dito.

Considero que todas essas referências contextuais, que elencamos, são conseqüências do novo momento da história que a sociedade vivencia, e, conseqüentemente, a Igreja e suas Instituições. Assim, a VRC, inserida neste meio, afeta e é afetada pelos “sinais dos tempos”. Quero dizer que há uma grande necessidade de adaptação, de aprendizagem, de superação de medos e tabus no que se refere ao mundo da comunicação. O fenômeno da midiatização é algo novo e talvez pouco ainda compreendido e inserido em um contexto de ampla reflexão social. A inserção e facilidade, em entender e lidar com a comunicação atual, não acontece no mundo religioso na mesma velocidade que ocorre na sociedade. Portanto, é compreensível, até certo ponto, a cautela e medo de lidar com esta “nova sociedade”.

Por fazer parte da Congregação das Irmãs de São José e trabalhar com comunicação, vivo nos dois lados do contexto comunicacional que refletimos. O intra Congregação e extra Congregação. Dessa forma, acompanho e compartilho os processos de mudanças e deslocamento. Tenho nas mãos as tarefas cotidianas de

rotina de lidar com esses impactos. Assim, experimento, diariamente, o movimento de adaptação, inserção, bem como, os percalços e contradições que se apresentam.

Como já mencionamos neste texto, toda a sociedade está “em vias de mediação”. Há um processo transformativo que envolve todas as pessoas e instituições. Crianças, jovens, adultos e idosos se veem em mudanças constantes, nestes tempos de liquidez. A passagem do analógico para o tecnológico não foi, para muitos, uma tarefa fácil. Muitos fizeram a travessia com interesse, buscando instruções, cursos, treinamentos. Outros permanecem no campo do desconhecido, do medo de arriscar. Outros ainda ficam na retaguarda, sentem-se invadidos e há resistências e silêncios.

Contudo, especificamente para a VRC, há impulsos, tentativas de avanço e de inserção neste novo tempo. A conferência dos Religiosos no Brasil (CRB), escreveu, no período da pandemia, uma carta direcionada a todos os religiosos, motivando-os, a perceberem nas tecnologias digitais, toda sua relevância e que não é apenas uma questão de aprender a usá-las bem. Faz-se necessário apropriar-se de sua linguagem e acolher todas as possibilidades que delas brotam. São muito mais que novos dispositivos de comunicação que estão ao nosso dispor, eles nos inserem em um

novo horizonte cultural. Através delas podemos ser mais proativos, estabelecer pontes e marcar presença em espaços que de outro modo seria bastante difícil. Como religiosas e religiosos estamos realmente dispostas/os a apropriar-nos destas novas tecnologias e desta nova perspectiva cultural?⁷¹

Concluo este capítulo, destacando que a VRC e, consequentemente, a Congregação das Irmãs de São José têm ainda um vasto percurso a trilhar na esfera da inserção das novas tecnologias, na compreensão da evolução das mídias, no uso de recursos de comunicação, com liberdade e segurança em seus trabalhos, realidades missionárias e rotinas. Foi possível analisar isso e constatar, ao percorrer o caminho do caso da invasão policial na Casa de Acolhida São José em Pacaraima, desde os micros aos macros ambientes. Houve vasta circulação nas diferentes mídias e discursos, bem como desdobramentos para campos sociais múltiplos e a instituição religiosa ficou “fora deste movimento”.

⁷¹ Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/601577-vida-religiosa-consagrada-em-tempos-de-pandemia-desafios-e-oportunidades>. Acesso em 08 mar. 2023.

Nas considerações finais que seguem, de forma geral, vamos trazer as inferências e conclusões desta dissertação, que, com certeza, deixa lacunas a serem preenchidas com futuras pesquisas neste campo social, comunicacional da Vida Religiosa Consagrada.

6 DO ENCONTRO AO RISCO, DO RISCO À LIBERDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] e é preciso optar, escolher, parar a ruminação da consciência ferida que não quer se lançar à aventura e se refugia nos cantos de uma reflexão sem fim. É necessário classificar, introduzir uma preferência que retorne à unidade. É o momento da escolha, do salto que me arrisca, que me tira de

mim, me projetando no mundo. Porque o “risco é a forma humana de liberdade”.

(Jesús Martín Barbero, 2018)

A frase de Jesús Martín Barbero, que escolhi como epígrafe deste texto das considerações finais de minha dissertação, faz relação com toda trajetória realizada nesta jornada, pelos rastros da midiatização em fluxo. Procuramos percorrer o caminho que o caso da invasão policial na Casa de Acolhida São José em Pacaraima trilhou até este momento, ou seja, até a concretização deste trabalho. Posso dizer que, a jornada seguiu por estradas já asfaltadas da midiatização, com sinais claros e perceptíveis, como a nota pública, as notícias nas mídias, o envolvimento de campos sociais diversos. Por outro lado, trilhamos por becos e vielas turvas, que não sabíamos para onde nos levariam e se encontraríamos o sentido e a conexão necessárias dentro do contexto e propósito da pesquisa. Digo isso, considerando a relação com a Vida Religiosa Consagrada que buscamos trazer e contextualizar e que, inicialmente, parecia que não se encaixaria neste trabalho. Contudo, como diz Barbero “é o momento da escolha, de arriscar [...]” - foi o que tentamos fazer.

Podemos afirmar que, durante todo o processo da pesquisa, de uma forma e de outra, procuramos uma resposta e tentamos resolver o problema que nos propomos. Nestas considerações finais, é importante destacar o problema de pesquisa: Como a midiatização se manifesta e se movimenta no contexto do caso, desde seu início em fevereiro de 2021 até junho de 2023, realizando travessias em diversos níveis e ambientes comunicativos e alcançando uma ampla circulação? Este problema da pesquisa foi enfrentado desde o início da investigação, pois buscamos detectar, perceber e entender os rastros, os sinais da midiatização em processo em todos os momentos, em todos os locais e níveis de comunicação. Destaco, nesta percepção, a conexão que foi sendo percebida entre os elementos, processos, atores sociais, campos sociais. A midiatização se fez e se faz por conexões, por ligações, por acoplamentos e ela somente acontece por meio da circulação. Não há elementos dissociados. Ela forma como que uma rede, ou uma teia. Sabemos onde começou, mas não temos ideia aonde vai chegar. No momento, chegou aqui, na conclusão desta dissertação. Mas, certamente, não é seu ponto final.

O percurso da jornada nos foi apresentando os rastros das respostas. De que forma? Por meio de cada ator social que teve arrolamento com o caso, que o reportou em fotos, vídeos, matérias jornalísticas, postagens nas redes sociais. Cada um que falou sobre o caso em micro e macro ambientes, como, por exemplo, as pessoas anônimas da comunidade, as mulheres que sofreram a invasão, as religiosas envolvidas, a Cáritas e todas as entidades que se manifestaram, os Direitos Humanos Nacional e Internacional, a Congregação das ISJC. O caso foi reportado e divulgado por múltiplos atores e meios e estes foram essenciais para que tivéssemos um panorama completo do contexto do acontecimento. Por isso, desde o início, compreendemos que seria um caso complexo, pelo envolvimento de campos sociais distintos, desde o policial ao religioso, ao social, ao de justiça, governamental e outros que, talvez tenham escapado à análise.

Desse modo, lembramos do que assinala Fausto Neto (2015), sobre a análise do discurso midiático. Para ele, não analisamos o discurso midiático por ele mesmo, mas consideramos todos os discursos que se apresentam “em grande diversidade e enunciadores enquadrados pelos mais diversos campos sociais” (Fausto Neto, 2015, p. 11). Assim, o autor destaca que o importante é perceber os enunciadores que circulam por meio dos dispositivos tecnológicos, midiáticos. E identificar os efeitos discursivos que os envolvem. Entendemos que o que importa, neste contexto, são os efeitos e conexões que brotam, que nascem e que formam como que uma “teia” de inter-relações, conexões que podem gerar tensionamentos e transformações desde os micros aos macros ambientes (Fausto Neto, 2015).

Portanto, em nossa análise, percebemos que não existem falas dissociadas, todas elas se conectam com aspectos que brotaram do caso. Os atores sociais que dele participam - religiosas, policiais, mulheres, crianças, pessoas da comunidade, apoiadores, anônimos nas redes sociais, jornalistas, representantes das entidades diversas - todos trazem discursos diversos, a partir de seu campo social e uns se vinculam aos outros, formando realmente uma teia ou uma costura de discursos sobre o caso.

Podemos afirmar que nosso trabalho se realizou sustentado por uma trilogia teórica, que foi se confirmando na prática: 1) A midiatização, que se apresentou como área de apoio, de fundamentação, que direcionou as buscas e conexões, que guiou nosso olhar; 2) O acontecimento, propriamente dito, ou seja, a invasão policial na CASJ, pois foi a partir dele que encontramos elementos concretos para iniciar o

trabalho de pesquisa; 3) O caso, resultado do acontecimento após sua repercussão nas mídias e envolvimento em campos sociais diversos, que o tornou midiaticizado. Assim, ao entrar no fluxo das mídias, o fenômeno da midiaticização se manifesta, se apresenta e o acontecimento agora é um caso midiaticizado.

A compreensão desta trilogia, no percurso do trabalho, é um dos efeitos que percebemos ao concluir a pesquisa. Quero dizer que, como jornalista, comunicadora, educadora, religiosa, me coloquei em um lugar analítico, observacional, que é o lugar da pesquisa e, a partir disso, busquei elementos para ir construindo o caminho e chegar a um resultado que dê sentido, em primeiro lugar, para mim.

A jornada pessoal, que me propus realizar, teve uma longa trajetória, não apenas no sentido cronológico no que se refere a prazos, entregas, disciplinas, horários, dias, anos. Mas, uma trajetória humana de crescimento intelectual, de autoconhecimento na percepção de meus limites e lacunas no contexto de aprendizagem acadêmica, bem como, me identificar como pesquisadora em comunicação e me perceber capaz de realizar esse desafio. O mestrado é, com certeza, uma oportunidade incrível para quem deseja superar-se no desenvolvimento intelectual e aprofundar-se em questões relevantes, no contexto de conhecimento e pesquisa. Admito que o meu interesse e desejo de me tornar mestra em comunicação foi exatamente pela busca em compreender a comunicação “além das bordas”, mergulhar, imergir e entender os fenômenos que a envolve, a midiaticização é apenas um deles.

Destaco que o Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos foi fundamental nesta minha jornada de crescimento intelectual e imersão na pesquisa em comunicação. O PPG encantou-me desde as primeiras aulas. Os temas, as discussões, os professores, mestres e doutores que, com simplicidade e profunda sabedoria, nos inseriam aos poucos, para não nos assustar, no que vinha a ser o “mestrado”. Sou apaixonada por comunicação, não por uma comunicação técnica, informativa, televisiva e pomposa, mas pela comunicação que é a essência do ser humano. A comunicação que é relação, que forma e transforma. Sinto que o curso caminhou neste sentido. Por isso, ele foi incrível e exigente, e, em alguns momentos, pensei em desistir por não me sentir pronta intelectualmente para respondê-lo à altura. Contudo, percebi que o caminho se faz caminhando e é preciso arriscar porque “o risco é a forma humana da liberdade”. Compreendi o meu

jeito pessoal de estudar, de entender, de aprender e apreender o abstrato, de fazer relações de ideias com fatos, de conectar autores, teorias, conceitos. Algo em mim se acendeu neste sentido. Penso que tudo isso é efeito do PPG e principalmente de minha pesquisa.

O mestrado foi exigente, não posso negar, demandou de mim um investimento de capital intelectual, que eu nem sabia possuir; exigiu que eu mudasse de lugar, saísse da militância na comunicação, para um lugar de observação, reflexão, investigação. E, foi neste lugar que encontrei a narrativa, o acontecimento que se tornou o meu estudo de caso de pesquisa e que me fez chegar aqui. Seria impossível chegar neste momento final da pesquisa sem “mudar de lugar”. Essa expressão pode ser entendida literalmente ou como analogia.

Mudei muito de “lugar” ao longo da pesquisa e foi esse movimento que me ajudou a ver os processos e fenômenos de ângulos diferentes e me deu também a percepção da complexidade do caso.

Dessa forma, tínhamos consciência de que, investigando um caso complexo por sua diversidade de envolvimento e ramificações, os resultados, as respostas, os efeitos, e, conseqüentemente, poderiam ser complexos. Contudo, ao concluir a análise, foi possível extrair inferências e reflexões sobre o movimento e a manifestação da midiaticização no caso e seus efeitos. Um deles se apresentou logo nos dias que sucederam a invasão. A rápida manifestação das entidades desencadeou uma ação emergencial do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, em acordo com o Ministério Público Federal, para impedir as deportações de venezuelanos. Uma vitória para os migrantes, que estavam vivendo em situação de medo e insegurança. Outro efeito da repercussão do caso diz respeito à CASJ, que recebeu visibilidade pública e, conforme nos disse Ana Maria, passou a receber mais apoio financeiro, doações de alimentos, leite, fraldas e material de higiene, ou seja, mais apoio às mulheres em todos os sentidos. Além disso, a invasão impactou inclusive na frota policial da cidade de Pacaraima. Conforme Ana Maria em entrevista, todos os policiais que participaram da invasão, logo após o acontecido, foram transferidos e saíram da cidade. Diante dessas constatações, entendemos que o caso, de uma realidade micro, estendeu-se para um macro ambiente de circulação e se desdobrou em efeitos duradouros e benéficos.

Como pesquisadora da comunicação com foco na midiaticização, acompanhei o caso e percebi estes efeitos. Além disso, apurei meu olhar para captar e inferir

sobre sua veiculação na Congregação das Irmãs de São José. “Ruminar a consciência ferida”, lembrando Barbero (2018), ou seja, trazer à tona questões delicadas do contexto religioso, relativas à comunicação, que ficaram salientes na pesquisa e que, muitas vezes, “se fixam em uma reflexão sem fim” e não se “arriscam”. Digo isso, pois identificamos na análise a dificuldade de arriscar e agir diante do caso, por parte da principal instituição religiosa envolvida.

O acontecimento se tornou público, foi exposto e divulgado em canais de comunicação diversos no Brasil, na Venezuela e mesmo em canais dos Direitos Humanos Internacionais. Na Congregação, houve pouca manifestação entre os membros, como vimos no capítulo anterior, e não houve divulgação nos canais de comunicação da instituição. Certamente, houve motivos internos para a não divulgação, vimos isso nas entrevistas que apresentamos. Contudo, esse fato nos faz refletir e analisar muitos aspectos da VRC hoje, o aspecto da comunicação é apenas um deles.

Considerando esta reflexão, destaco que, ao iniciar a pesquisa e escolher, com o meu orientador, o caso, tive receio, pois poderia “tocar” em questões delicadas internas da Congregação. Mas, como diz Barbero (2018), “é o momento da escolha, do salto que me arrisca”. Assim, fomos encontrando caminhos para realizar esse “salto” e até “arriscar”, se fosse o caso. Algo que me ajudou muito foi um momento em uma das disciplinas estudadas.

Ao falar sobre minha pesquisa em aula, algo que me motivou, entre vários e ricos comentários e ajudas na construção de meu trabalho, foi a fala do professor padre Pedro Gilberto Gomes, sobre a importância de problematizar ações de comunicação de minha própria Congregação. Estou realizando uma autocrítica do meu/nosso fazer comunicação, isso é valioso, ele me disse. O comentário me deixou empolgada e, ao mesmo tempo, com certo temor pela responsabilidade em fazer algo que fosse realmente relevante, significativo e que pudesse, de alguma forma, contribuir na pesquisa em comunicação na e para a Vida Religiosa Consagrada.

Nessa perspectiva, uma das técnicas que acionei na jornada de acompanhamento do caso e seus desdobramentos foi a da escuta ativa. Neste processo de escuta, entendi que as ações e reações dos envolvidos foram distintas, dependendo do lado social em que se encontravam ou da instituição a que pertenciam e seus interesses. E, mesmo atores sociais pertencentes à mesma instituição tiveram vozes diferentes sobre o acontecimento. Esse é o caso das Irmãs

de São José. Ativei minha escuta para ouvir as religiosas em momentos diferenciados. Já relatamos o que ouvimos de Ana Maria e das religiosas que eram lideranças da Congregação no Brasil em 2021, quando houve a invasão. Identificamos suas vozes distintas e sabemos seus posicionamentos. Refiro-me, a seguir, a outros membros da Congregação.

Em um momento de refeição, com um grupo de religiosas, relatei sobre minha pesquisa. Ao me ouvir, algumas afirmaram que ouviram falar remotamente sobre o caso, outras ficaram surpresas por não terem nem conhecimento. Perguntei: qual a opinião de vocês sobre essa informação não divulgada? Uma das respostas me chamou atenção. A religiosa disse: “falta-nos profetismo, temos medo de arriscar”. Em outro momento, em uma assembleia em Curitiba, novamente comentei sobre o caso, solicitei que levantasse a mão quem havia tido conhecimento do caso. Um bom grupo levantou a mão. Solicitei que permanecessem com a mão levantada quem soube do caso por algum meio de comunicação da Congregação (sites, redes sociais, jornal). Todas baixaram a mão. Após o movimento, falei que não houve nenhuma divulgação do caso pelos meios de comunicação da Congregação. Enquanto outros grupos se mobilizaram em favor da Casa e da causa. Ajudei-as a refletir o quanto há necessidade de quebrarmos as barreiras do medo e da autoproteção e avançarmos em redes de conexões, mesmo as midiáticas que fazem parte de nossas realidades atuais.

Admito que não imaginei, ao iniciar a pesquisa, encontrar uma rede ou teia de conexões do caso da invasão policial, com tantas realidades distintas. Admito que, em certos momentos, pensei que não chegaria a lugar algum, devido à diversidade de elementos, pois cada um parecia me conduzir para lados opostos. No início, visualizei o acontecimento apenas conectado diretamente com a Congregação e o campo religioso. Aos poucos, outros campos sociais foram se atravessando no caminho. No primeiro momento, gerou-me confusão, por não entender as conexões e acoplamentos entre os atores e campos sociais, bem como, não ter claro o fenômeno da mediatização em curso. Nesse processo, destaco, como de fundamental importância, as intervenções do orientador, professor Antônio Fausto Neto, e sua insistência e paciência em me ajudar a compreender, visualizar e identificar o percurso que a pesquisa precisava percorrer. Assim, aprendi que, a investigação de um caso no contexto da comunicação, é realmente uma jornada por

caminhos imprecisos, imprevistos, complexos e desafiadores. Necessita tempo, dedicação, leituras, erros, retornos e, assim, chegar a alguns acertos.

Chama-me atenção de que o fenômeno da midiatização perpassa todos os aspectos desta pesquisa. Ele se manifesta com seus primeiros sinais, que são a captura de imagens (fotos e vídeos) da chegada dos policiais na CASJ, às 8 horas da manhã, do dia 17 de março de 2021 e recebe ampla divulgação ao serem lançadas nas mídias. Por meio deste movimento, o fenômeno se desloca do contexto interno da Casa, de uma micro ambiência, e é lançado, por meio de atores sociais distintos, a macro ambientes de divulgação. O caso se expande, se dilata e circula, entra em campos sociais diversos e chega em minhas mãos. O simples movimento inicial que faço, de procurar no *Google* informações sobre o caso, já está impregnado do fenômeno da midiatização. Eu saio deste contexto, entro no lugar acadêmico e sigo os rastros da midiatização no caso. Relato o que vejo, o que ouço, faço inferências e descobertas. Esta dissertação é uma esfera da midiatização, é um dos grandes efeitos do caso. Assim como as fotos, os vídeos, os discursos, as matérias, as notas públicas, as postagens, as ações e as reações sobre a invasão, também esta dissertação vai se tornar, se já não é, uma intervenção midiatizada do caso. Após a conclusão deste trabalho e a entrega para a academia, o texto entra na dinâmica da midiatização e eu perco o controle sobre ele, vai pertencer ao fluxo.

No entanto, percebo que essa constatação apenas fica clara para mim no final do percurso. Isso me leva a considerar a midiatização como algo que está no caminho, já faz parte da jornada humana, está na sociedade ou a “sociedade é em midiatização”, conforme Pedro Gomes afirma. Podemos até estar tropeçando nela. Ela pode até nos machucar e nos deixar confusos, porque não a entenderemos de primeira mão. Não é fácil nem simples identificar, constatar que “tinha uma pedra no meio do caminho”, lembrando a poesia de Carlos Drummond de Andrade. Entendo, neste momento, que “a pedra” é a midiatização. Alguns estão tropeçando nela, com dificuldade de entender o que ela faz ali e se perguntam: Quem a colocou? Para quê? Por quê? “Era mais fácil passar por este caminho antes”, podem murmurar. Outros estão com medo de se machucar, vão se proteger e se acomodar. Felizmente, outros vão descobrir a melhor forma de lidar com a pedra, ela vai fazer parte do caminho, precisam apenas encontrar outras formas para segui-lo, com e apesar da midiatização. Assim, com criatividade, coragem, sensibilidade, conexões e interconexões a jornada segue.

Com certeza, deixamos lacunas nesta pesquisa. Não foi possível adentrar todos os aspectos que envolveram o caso e seus rastros. O que apresentamos é o que nos foi possível observar e relatar. Admitimos que a midiatização não envolve tudo e nem tudo é midiatização. E isso já é um elemento dificultador da pesquisa, ou seja, é difícil e, muitas vezes confuso, identificar o que é e onde está o fenômeno da midiatização. Foi o que tentamos investigar e percorrer neste estudo.

Contudo, há ainda caminhos a percorrer e pedras a ultrapassar com cautela, dedicação, estudo, pesquisa, criatividade, para continuar a encontrar respostas à midiatização em curso, que se insere nos diferentes campos sociais. Entre outros campos, destaco o da VRC. Propomo-nos a identificar e compreender como as instituições religiosas lidam com a midiatização em curso e quais são as transformações e afetações que os processos comunicacionais, em micro e macro ambientes, brindam ao contexto sociorreligioso da Vida Religiosa Consagrada contemporânea. Não encontramos respostas claras a esta pergunta. Contudo, foram importantes algumas constatações que fizemos, no que tange à imersão desta parcela da Igreja Católica no contexto da midiatização. Fato é que, nessa imersão, afetamos e somos afetadas de todos os lados, por sistemas de operações comunicacionais complexos, em contínuo movimento. O desafio é adentrarmos neste espaço, sem medo de arriscar, de enfrentar conflitos, de lidar com o diferente, com o desconhecido e até assustador, que é o mundo das mídias, das tecnologias, dos novos espaços virtuais, metaverso etc.

A pesquisa nos leva, sem sombra de dúvidas, a questionamentos: Que oportunidade a VRC tem para viver a profecia, diante deste mundo caótico e confuso envolto em tecnologias? Quais os medos que a impede de adentrar estes espaços e construir relações e interações seguras e de sentido por meio das mídias ou apesar delas? Que caminhos percorrer? Quais as pedras no caminho precisam ser ultrapassadas, integradas, acolhidas?

Portanto, considero que todo o esforço e dedicação para realizar esta pesquisa me deu entendimento, compreensão, acendeu luzes e me fez vislumbrar horizontes no contexto de comunicação, onde estou inserida. Ou seja, em meu trabalho em comunicação na e para a VRC, tenho elementos teóricos para ajudar na reflexão e prática de uma comunicação mais inserida na realidade que pode libertar e ser libertadora. Acredito que o mestrado me dá elementos para continuar pesquisando sobre midiatização no contexto religioso. Pretendo prosseguir

aprofundando, estudando e aperfeiçoando-me em temas relativos à comunicação religiosa. Mas, principalmente, pretendo ajudar a VRC a melhor entender, acolher e se inserir no mundo da comunicação de forma consciente, saudável, evangélica e - por que não? - profética. Ouvi, em novembro de 2023, em um seminário para a Vida Religiosa Consagrada, promovido pelo setor de comunicação da UISG⁷², que há um continente a ser evangelizado. O seminário trouxe a reflexão sobre o sexto continente que se desponta e que clama por ser evangelizado: o continente digital. É urgente a Igreja ter em seus Institutos e Congregações missionários digitais, com a missão de criar comunhão e pontes de diálogo neste continente que clama por evangelização. Assim, sinto que o mestrado e esta pesquisa me motivaram a continuar trabalhando, para que a evangelização do continente digital seja realizada, não por missionários despreparados, medrosos e inseguros, mas por agentes de transformação.

Desejo colaborar para que, em um contexto de VRC, possamos compreender, encontrar sentido e construir caminhos que nos levem a praticar uma comunicação libertadora e inserida no contexto atual da sociedade. Assim, poderemos nos identificar como Vida Religiosa Consagrada profética, em nosso ser e em nosso agir, imersas em uma sociedade em transformação, que vive processos contínuos de midiatização. Precisamos adentrar esses espaços e arriscar no intuito de “retornar à unidade” e aí ser presença de comunhão. “Somos chamadas a contribuir na construção de um mundo justo, humano e fraterno e a viver um estilo de vida ético, cientes de que cada escolha que fazemos tem um impacto na sociedade e no planeta”⁷³

REFERÊNCIAS

ALEGRAI-VOS Carta Circular aos Consagrados e Consagradas (Prot. n. Sp.R. M 1/2014). In: Vatican. Roma, 2 fev. 2014, Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccsclife/documents/rc_con_ccsclife

⁷² União Internacional da Superiores Gerales

⁷³ Constituições das Irmãs de São José de Chambéry. Disponível em file:///C:/Users/Eliana/Downloads/1_por_constituicoes_finalfevereiro192018%20(2).pdf. Acesso em 14 set. 2023.

[ife doc 20140202_rallegratevi-lettera-consacрати_po.html](https://www.ife.doc.20140202_rallegratevi-lettera-consacрати_po.html). Acesso em: 30 de janeiro de 2024.

BAGGIO, Marileda, Vida Religiosa Consagrada na Igreja, segundo o Magistério. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 68-81, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/teo/article/view/11295>. Acesso em: 23 de janeiro de 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: 70 Editora Edições, 1977.

BRAGA, José Luiz. **Aprendizagens Contextuais e o Processo Comunicacional**. 2007.

BRAGA, José Luiz. **O Que É Comunicação**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2014.

BRAGA, José Luiz. Circuitos Versus Campos Sociais. In: MATOS, Maria Ângela; JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda Aparecida (Org.). **Mediação E Midiatização**. Salvador: UFBA, 2012. p. 31-52.

BRAGA, José Luiz. Circuitos De Comunicação. In: BRAGA, J.L., RABELO, L., MACHADO, M., ZUCOLO, R., BENEVIDES, P., XAVIER, M.P., CALAZANS, R., CASALI, C., MELO, P.R., MEDEIROS, A.L., KLEIN, E., And PARES, A.D. **Matrizes Interacionais: A Comunicação Constrói A Sociedade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 43-64.

BRAGA, José Luiz. Mediatização Como Processo Internacional De Referência. **Animus: Revista Interamericana De Comunicação Midiática**. Vol.5, N.2, p. 9-35, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/6693/4050>>. Acesso em: 3 de março de 2023.

BRAGA, José Luiz. Circuitos Versus Campos Sociais. In: Jeder Janotti Junior, Maria Ângela Mattos, Nilda Jacks (Org.). **Mediação & Midiatização**. Salvador: EDUFBA, 2012.

BRAGA, José Luiz. Circuitos de Comunicação. In: BRAGA, José Luiz. *Et al.* **Matrizes Interacionais**. Campina Grande: Eduepb, 2017b. P. 43-64.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **Matrizes**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193/40936>. Acesso em: 2 de abril de 2023.

BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo, NETO, Antônio Fausto, GOMES, Pedro Gilberto. **Dez perguntas para a produção do conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2019.

CAMPBELL, Heidi. **When religion meets new media**. United Kingdom: Routledge, 2010.

CARTA encíclica Fratelli tutti. Sobre a fraternidade e a amizade social. Roma: Librería Editrice Vaticana. In: **Vatican**. Roma, 3 out. 2020, Disponível em:

https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade Em Rede**. São Paulo: Paz E Terra, 1999.

CONTITUIÇÕES das irmãs de são José de Chambery, 2017 - Disponível em: file:///C:/Users/Comunica%C3%A7%C3%A3o/Downloads/1_por_constituicoes_finalfevereiro192018. Acesso em: 3 de agosto de 2023.

COULDRY, Nick. **Media, Society, World: Social Theory And Digital Media Practice**. Cambridge: Polity Press, 2012.

DOS SANTOS, Eliana. La producción de conocimientos por múltiples vías. MALDONADO, Alberto Efendy; CASTRO, Edizon (coord.). **Producción emancipadora de conocimiento: transmetodología, educomunicación y transformaciones ético – políticas**. Quito/Ecuador: Ediciones CIESPAL, p. 225 – 242, 2023

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajeto conceituais. **Rizoma**, v.6, n.2, p.8-40, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004>. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Jornalismo: Sensibilidade E Complexidade. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 18, p.17-30, dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2030>. Acesso em 13 de novembro de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Pisando no Solo da Mediatização. In: J. Sàágua, F. R. Cádima, (Orgs). **Comunicação e Linguagem: Novas Convergências**. Lisboa: FCSH Universidade Nova de Lisboa, 2015.

FAUSTO NETO, Antônio. Midiatização Jornalística Do Dinheiro Apreendido: Das Fotos Furtadas À Fita Leitora. In: **Dossier De Estudos Semióticos**, La Trama De La Comunicación, Volumen 12, UNR Editora, Rosario, 2007, P. 117 A 131.

FAUSTO NETO, Antônio. Zona em construção: acesso e mobilidade da recepção na ambiência jornalística. **Lumina**. Vol.7, nº1, junho 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/index.php/lumina/article/view/20913/11287>. Acesso em: 30 de abril de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Comunicação: Visualidades E Diversidades Na Amazônia – **Círio De Nazaré**: Celebrações, Divergências E Rupturas. Comunicação: Visualidades E Diversidades Na Amazônia / Organizadores Netília Silva Dos Anjos Seixas, Alda Cristina Costa, Luciana Miranda Costa. Belém: FADESP, 2013, p. 25 A 50.

FAUSTO NETO, Antônio. “Tchau, querida”: leitura do impeachment. **Animus** V.15 N.30 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/22726>. Acesso em: 27 de maio de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Jornalismo, mediações e redes: A Circulação Como Objeto Emergente. **Âncora** v.4 n.2, p. 42-56, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/40093>. Acesso em: 4 de maio de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Destinos Da Mediação Jornalística. 2013. Sbpjor – Associação Brasileira De Pesquisadores Em Jornalismo 11º Encontro Nacional De Pesquisadores Em Jornalismo Brasília – Universidade De Brasília – novembro De 2013.

FAUSTO NETO, Antônio. **Circulação E Transformações Dos Discursos Jornalísticos**. 2020.

FAUSTO NETO, Antônio. Enfermidade em circulação: Sou eu mesmo que noticia o meu tratamento. **Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 237-249, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/8176>. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio Ombudsman: A Interrupção De Uma Fala Transversal. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 19, p. 1-15, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/8009> Acesso em: 4 de maio de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. **Semiótica, Pragmática e Experiência Estética**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio; WESCHENFELDER, Aline. Contendas de sentidos: estratégias de midiaticização da doença do ex-presidente Lula. **Animus**, Santa Maria, v. 11, n.22, p. 246-271, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/7018>. Acesso em: 27 de novembro de 2023.

FAUSTO NETO, Antônio. Processos midiáticos e construção das novas religiosidades: dimensões discursivas. **Galáxia**, São Paulo, n.3 p. 151-164, 2002. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1261>. Acesso em: 4 de maio de 2023

FAXINA, Elson; GOMES, Pedro Gilberto. **Midiaticização: um novo modo de ser e viver em sociedade**. São Paulo: Paulinas. 2016.

FORD, Aníbal. **La marca de la bestia**: Identificación, desigualdades e infoentretenimiento en la sociedad contemporánea. Buenos Aires: Editorial Norma, 1999.

FERRARA, Lucrécia. Entre Meios: O Lugar Da Midiaticização. In: FERREIRA, Jairo. *Et al.* **Midiaticização, Polarização e Intolerância** (entre ambientes, meios e circulações). Santa Maria: Facos-UFSM, p. 275-296, 2020.

FRANCISCO, Papa. Carta encíclica Fratelli tutti. Sobre a fraternidade e a amizade social. Roma: Libreria Editrice Vaticana. In: **Vaticano**. Roma, 3 out. 2020, Disponível

em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

FRANÇA, Vera. O acontecimento e a mídia. **Galáxia**, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

GOMES, Pedro Gilberto. **Dos meios à midiatização: um conceito em evolução**. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

GOMES, Pedro Gilberto. **Cultura Da Convergência: A Diversidade Midiática Na Era Da Interatividade**. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

GOMES, Pedro Gilberto. Decifra-me ou te devoro... Sobre a evangelização e a mídia do ponto de vista da comunicação. **Perspectiva Teológica**, v.34, n. 94, p. 335-350, 2002.

GOMES, Pedro Gilberto. **Desandar o andado: os subterrâneos dos processos midiáticos**. São Paulo: Loyola, 2022.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio De Janeiro: DP&A Editora, 1992.

HALL, Stuart. A Ideologia E A Teoria Da Comunicação. **Matrizes**, V. 10, N. 3, P. 33-46, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/124648>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luís, FRANÇA, Vera. (Org.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

IRMÃS DE SÃO JOSÉ. Textos primitivos: "Como um grão de mostarda...". Curitiba, PR. 1985.

KATZ, Elihu; LIEBES, Tamar. **A Revolução dos Meios De Comunicação De Massa**. São Paulo: Editora Edusp, 2006.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010.

LIVINGSTONE, Sonia. **Media and social change: insights from two decades of research**. Media@LSE, 2014.

LIMA; Rita de Cássia; CAMPOS, Pedro Henrique. Campo e grupo: Aproximação conceitual entre Pierre Bourdieu e a teoria moscoviciana das representações sociais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 63-77, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/96672/95881>. Acesso: 3 de junho de 2023.

LUHMANN, Niklas. **A sociedade da sociedade**. São Paulo: Ed. Vozes, 2007

MACHADO, Victória Figueiredo. Braço forte, mão amiga: a migração venezuelana, a operação acolhida e a (re)construção da identidade brasileira na fronteira, 2021.

Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

MÁRTIN-BARBERO, Jesús. Razón técnica y razón política: espacios /tiempos no pensados. **Revista Alaic**, n. 1, v. 1, p.1-27, 2011. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/3/0>. Acesso em: 5 de junho de 2023.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La palabra y la acción: por una dialéctica de la liberación**. Bogotá: Editorial Universidad Pontificia Universidad Javeriana, 2018

MACHADO, Irene. O ponto de vista semiótico. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz Cláudio; FRANÇA, Vera Veiga (org.). **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 279-309.

MALDONADO Alberto Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2011.

MATTELART, Armand. **A mundialização da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1996.

MORIN, Edgar. **O método: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999.

NASCIMENTO, Denise; LOPES, Nathalia; PINHEIRO, Lidiane. O silêncio na comunicação organizacional: análise do discurso organizacional na Revista Petrobras. 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Joinville/ Santa Catarina. **Anais...**, 2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2018/resumos/R13-1850-1.pdf>. Acesso em: 3 de agosto de 2023.

NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Lisboa: Ed. 70, 1984.

PADILHA, Felipe; JANSSON, Larissa; MACHADO, Gustavo. Os Impactos do Fechamento de Fronteira em Decorrencia da Pandemia da Covid-19 nos Processos de Interiorização de Imigrantes e Refugiados Venezuelanos no Brasil. 2022. I Congresso Internacional e III Seminário Nacional De Desenvolvimento Regional, Taquara/RS, 2021. **Anais...** Disponível em: <https://acesse.dev/r8wMv>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

PAULO VI, Papa. Decreto perfectae caritatis sobre a conveniente renovação da vida religiosa. In: **Vatican**. Vaticano, 28 out 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19651028_perfectae-caritatis_po.html. Acesso em: 24 de julho de 2023

PAULO VI, Papa. Constituição dogmática lumen gentium sobre a igreja capítulo i o mistério da igreja – 1964 congregação para os institutos de vida consagrada e as sociedades de vida apostólica. In: **Vatican**. Vaticano, 21 nov. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html . Acesso em: 23 de outubro de 2023.

PESSINATTI, Nivaldo Luiz. **Políticas de comunicação da Igreja Católica no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo: Unisal, 1998.

PUNTEL, Joana T; Equipe do SEPAC (org.) **O humano na dinâmica da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 2021.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Experiência, modernidade e campo dos media**. Universidade Nova de Lisboa, 1999.

ROSA, Ana Paula da. Circulação como Valor: A Vida Póstuma das Imagens Transformadas em Símbolos. In: FERREIRA, Jairo; ROSA, Ana Paula da; FAUSTO NETO, Antônio; BRAGA, José Luiz; GOMES, Pedro Gilberto (org.). **Entre o que se diz e o que se pensa: onde está a midiatização?** Santa Maria: Facos - UFSM p. 161 a 182, 2012.

ROSA, Ana Paula da. A Imagem Em Circulação: Estilhaçando O Olhar E A Memória. In: FERREIRA, Jairo *et al.* **Midiatização, polarização e intolerância (entre ambientes, meios e circulações)**. Santa Maria: Facos-UFSM, 2020, p-187 - 208.

SÁ MARTINO, Luís Mauro. Religião Midiatizada nas Fronteiras entre Público e Privado: Uma abordagem teórico crítica. Revista **Ciberagenda**. p. 111 -122, 2012.

SBARDELOTTO, Moisés. **E O Verbo se fez Rede**. São Paulo: Paulinas 2017.

SPADARO, Antônio. **Ciberteologia: pensar o Cristianismo nos tempos da rede**. São Paulo: Paulinas, 2012.

SODRÉ, Muniz. A organização do comum. In: SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas sobre o método comunicacional**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2014. p. 189-312.

SOUSA, Marco Túlio. Igreja Eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade midiatizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião. **Matrizes**. v.15 n.1, p. 275-298, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/170313/172250> Acesso em> 3 de abril de 2023.

SOUSA, Marco Túlio (org). **Mídia e religião: perspectiva sobre um processo em transformação**. Editora Recriar: São Paulo, 2021

SAINT MARTIN, Monique de. noção de campo em Pierre Bourdieu. **Revista brasileira de sociologia**, v. 10, n. 26, p. 222-235, 2022. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/910>. Acesso em: 4 de junho de 2023.

SIQUEIRA, Vinicius. Bourdieu e o campo social. Blog **Colunas Tortas**. São Paulo, 3 out. 2021, Disponível em: <https://colunastortas.com.br/Bourdieu-campo>. Acesso em: 20 de janeiro de 2024.

VERÓN, Eliseo. Teoría de la Mediatización: Una Perspectiva Semio-Antropológica. In: **CIC-Cuadernos de Información y Comunicación**, p. 173-182, vol.20, Madrid,

2015. Disponível em:
https://repositorio.consejodecomunicacion.gob.ec/handle/CONSEJO_REP/4456.
Acesso em: 10 de maio de 2023.

VERÓN, Eliseo. **A Produção De Sentido**. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.

WESCHENFELDER Aline, NETO Antônio Fausto (org.). **Comunicação, aprendizagens e sentidos**: difusão, mediação, interfaces, bifurcações. Campina Grande: Eduepb, 2020.

WESCHENFELDER, Aline. Estudo De Caso Midiatizado: Estratégia Metodológica Em Pesquisas No Contexto Da Midiatização. IV Seminário de Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, 2021, São Leopoldo. **Anais...** Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-artigos/article/view/1354>. Acesso em: 17 de julho de 2023.

ANEXO A – ENTREVISTA COM ANA MARIA DA SILVA

30 DE AGOSTO DE 2023**ELIANA: Fale um pouco sobre a Invasão na Casa de Acolhida**

ANA MARIA Embora eu não goste muito de aparecer, não gosto. Faz parte do meu eu, não é do meu eu. Mas tem coisas que não que não tem como, como evitar, até porque não depende de você. Tanto que na rua eu virei uma heroína, para os venezuelanos. Eles me chamam a Madre, Madre Maria. E o que eu fiz? Claro que o que eu fiz foi por causa da missão. Como irmã de São José e como defensora dos direitos humanos das pessoas que não são respeitados, não, não posso ver e deixar passar. Eu não posso fazer isso. Isso não faz parte da minha índole. Mas eu acho que nós temos muito medo, nós nos protegemos muito, nós como que se encapsulamos muito, muito medo. Eu sofri muito porque eu sou sempre aquela que coloca em risco a congregação que coloca em risco. Também briguei para conseguirmos outro espaço, pois a Casa na época da invasão é muito precária mesmo e pequena, fazíamos o que era possível para acolher as pessoas, mas já estávamos pensando e procurando outro espaço quando aconteceu a invasão. Logo depois mudamos.

ELIANA: Por exemplo, se fosse hoje que acontecesse o caso, não fosse em período de pandemia, como você acha que a congregação reagiria? Se fosse hoje, 2 anos e meio depois. Teria alguma diferença na ação, na atitude, na reação da congregação?

ANA MARIA: Eu acho que não. Eu acho que não teria, acho que a reação seria a mesma. Então a pandemia não é desculpa. A pandemia não é desculpa, porque nós lá em Pacaraima não sentimos a pandemia nós trabalhamos o tempo todo.

ELIANA: Estou perguntando para muitas irmãs e quase ninguém sabe do caso entre as irmãs da província, quando eu comento, ninguém sabe do que aconteceu por quê? E nem saiu no jornal da província em lugar nenhum. Não saiu nada, nada. Nem no site, nem no jornal, nem nada e nada e nada. E aí eu

questionei, por que que outras congregações divulgaram? Por que é que nós não divulgamos? Mas não obtive muita resposta

ANA MARIA: É exatamente essa questão. Um jornal não passa pandemia, né? É online. Eu mesmo dei tudo que foi de informação para os jornais, os jornalistas vieram aqui, pediram eu dei, fotos, vídeos de tudo. Não é que a gente queira se aparecer, mas a gente não tem que ter medo. Isso agora faz parte do nosso dia a dia. Faz parte da vida, faz parte da realidade humana essa ligação com as coisas das mídias etc.

ELIANA: Sim, não tem como a gente fugir disso. Na verdade, a gente precisa aprender a lidar com isso que a gente ainda não aprendeu. Então é isso que eu vou tentar refletir no meu trabalho, mas eu tenho que ir com mãos de luva para não achar que eu estou falando. da congregação é uma realidade do momento. E como está a situação lá em Pacaraima agora, depois do caso?

ANA MARIA: É difícil depois também administrar isso, porque para mim se tornou muito difícil e ainda é porque eu estou lá e sou uma censura para todas as autoridades porque eles sabem que eu não calo, eu abro a boca, eu falo. Lá em Pacaraima logo depois do acontecido mudaram, transferiram todos os policiais, foram realocados. Não tem nenhum mais lá daqueles. No dia da invasão quando começou a confusão eu ouvi um dizer que se soubesse que era para fazer aquilo ele não tinha vindo. Lá na casa depois não faltou mais doação, recebemos tanta coisa que começamos a sair entregar em outros lugares. Muito leite em pó também. Fazemos as *teteira*, que são mamadeiras para as crianças e vamos na rua entregar. Também fraudas, higiene para as mulheres. Eles agora têm medo de mim, as autoridades.

ANEXO B – NOTÍCIA DO G1 (COMPLETA)

G1 – RORAIMA - AMANZÔNICA

'Foi um terrorismo', diz mãe responsável por abrigo invadido por policiais em RR

Uma mulher grávida sofreu sangramento durante a ação que envolveu as polícias Federal, Militar e Civil. Todos os policiais eram homens e estavam armados. A casa acolhe mulheres, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. A Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal afirmam que agentes não tinham mandado e invadiram abrigo.

Por Fabrício Araújo e Valéria Oliveira, G1 RR — Boa Vista

19/03/2021 12h28 Atualizado há 3 anos

Reproduzir vídeo

VÍDEO: Mulheres e crianças enquadradas após polícia invadir e vasculhar abrigo

Crianças e mulheres chorando e assustadas enquanto estavam enquadradas em um canto por policiais. Esta foi a primeira cena que a responsável por um abrigo para imigrantes venezuelanos, mãe Ana Maria da Silva, viu ao chegar na Casa São José após uma [invasão](#). "Foi um terrorismo", resumiu ela ao G1 nesta quinta-feira (18), um dia depois do que ocorreu em Pacaraima, no Norte de Roraima.

Ana Maria estava em casa na manhã de quarta-feira (17) quando recebeu a ligação de uma coordenadora com a notícia de que o abrigo São José havia sido invadido por policiais, sob justificativa de uma inspeção de saúde estava em curso.

Os agentes, segundo ela, vasculharam todos os cômodos do abrigo, enquanto 30 mulheres e 41 crianças e adolescentes eram colocadas para fora por policiais, que cobravam por documentos. A Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) [afirmam que agentes não tinham mandado judicial e invadiram o local](#).

"O que eles fizeram foi um terrorismo, que eu vou denunciar, e isto quem promoveu foi a Secretaria de Saúde do município [Pacaraima]. O secretário era quem estava à frente, o principal, sempre dizendo que me enquadraria em aglomeração de gente porque a casa não comportava [as 71 pessoas] e eu disse que poderia até me multar, mas que a invasão foi ilegal porque se tivessem me pedido, eu teria deixado eles entrarem para fazer a inspeção", relatou a mãe.



Madre sendo levada para depor na delegacia de Polícia Civil — Foto: Arquivo pessoal

Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar com apoio do Bope participaram da ação na Casa São José, que é gerida pela Pastoral do Migrante, da igreja Católica, e abriga mulheres e crianças em situação de vulnerabilidade.

Na hora da invasão, algumas imigrantes começavam acordar e outras tomavam café da manhã. A mãe não sabe ao certo o número de policiais e afirma que as coordenadoras "nem conseguiram contar" a quantidade de homens. ["Na invasão, os agentes ingressam com armas e capuzes"](#), mencionou uma ação a Justiça feita pela DPU e MPF.

"Tiraram as pessoas dos quartos e uma senhora relatou que foi até empurrada. Encurralaram todas as em um canto do pátio, perto de uma cerca. Quando cheguei, tudo isso já tinha acontecido. As mulheres estavam desesperadas chorando e as crianças chorando assustadas. O Samu chegou junto comigo porque várias mulheres desmaiaram. Uma grávida, de três meses, sofreu sangramento", contou a irmã Ana Maria.

Procurados, o governo federal e a Polícia Federal não se manifestaram até a última atualização desta matéria.

A assessoria da Prefeitura de Pacaraima informou nesta sexta-feira (19) que uma reunião sobre o caso estava ocorrendo nesta manhã e o município deve se manifestar oficialmente em breve.

Com a [fronteira fechada](#) há um ano, em razão da pandemia de coronavírus, os imigrantes entram no Brasil por rotas clandestinas e são conseguem regularizar a permanência no país.

Após a invasão à Casa São José, a DPU e o MPF ingressaram com uma [ação na Justiça para impedir que a União deportar imigrantes](#) e que o governo federal seja obrigado a pagar indenização de R\$ 25 milhões por danos morais coletivos "em razão da violação massiva e reiterada de direitos dos migrantes venezuelanos submetidos a ilegais deportações sumárias promovidas principalmente em Pacaraima".

Vídeos feitos pelos abrigados mostram as mulheres recolhidas próximo de um cerca, que fica no pátio da casa. Também foi filmado o momento em que a Madre é levada pela polícia para depor na delegacia.

Casa cercada



Viaturas da Polícia Federal e Civil cercaram o local e Samu foi acionado para atender grávida — Foto: Madre Ana Maria/Arquivo pessoal

Durante a ação, a casa que abriga mulheres e crianças ficou cercada por quatro viaturas da Polícia Federal e da Civil, além de uma van. Ainda conforme a madre, todos os policiais estavam com armas longas, o que deixou todas as pessoas que estavam no abrigo intimidados com a invasão.

"Depois, disseram-me que eu deveria ir à delegacia porque me pegaram em flagrante e que eu havia cometido vários crimes. Eu me senti como uma grande traficante de drogas, como naqueles filmes em que a polícia cerca um local", descreveu Ana Maria.

Na Delegacia da Polícia Civil, a líder religiosa afirmou ter passado por mais constrangimentos, mesmo acompanhada por uma advogada da Cáritas Diocesana, confederação humanitária da Igreja Católica.

"Quando cheguei para depor, o delegado foi super agressivo comigo e gritou até que eu pedi para que ele baixasse a voz porque não tinha motivo para gritar", contou.

Os agentes tentaram impedi-la de falar em particular, no telefone, com uma servidora da Defensoria Pública da União sobre a situação. Ela disse que reagiu e saiu do prédio para poder conversar sem a presença dos policiais.

"Quando voltei, o delegado praticamente arrancou o celular da minha mão falando: 'passa o telefone, ele está preso'. A advogada que me acompanhava, afirmou que ele não podia fazer isso, mas ele gritou com ela e disse que podia, sim", afirmou.

No celular da mãe estavam vídeos da ação policial e das imigrantes enquadradas no pátio do abrigo. Ela afirma que alguns vídeos foram apagados na delegacia após o aparelho ser conectado em um computador.

Em nota, a Cáritas Diocesana de Roraima reafirmou que "não havia mandado judicial que autorizasse aquele tipo de ação."

"Os policiais alegaram que estavam fazendo sem mandado judicial em virtude de um flagrante delito com base no artigo 268 do Código Penal [infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa]. A irmã Ana Maria foi conduzida à delegacia para prestar esclarecimentos e contou com o apoio jurídico da Cáritas Diocesana de Roraima."

A Polícia Civil informou que a ação dos agentes ocorreu em função do "decreto restringe o horário do comércio até às 21 horas, proíbe circulação de pessoas após este horário" e que além de Ana Maria, um outro homem foi preso em fiscalizações por Pacaraima.

No entanto, a entrada no abrigo ocorreu pela manhã. Depois, a Civil afirmou que "o ponto principal da ação coordenada pelo município não foi o quesito horário. Mas sim, a aglomeração de pessoas sem o uso de máscaras."

Sobre a conduta do delegado, a Polícia Civil informou que "em momento algum foi apreendido o telefone celular da mulher conduzida à Delegacia". Ela e o outro homem foram liberados após serem ouvidos.

Além disso, a corporação informou que presença de policiais do estado na ação ocorreu porque eles integram a Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco), que é coordenada pela Polícia Federal. A Ficco, segundo a nota, foi acionada pela Secretaria de Segurança Pública Municipal de Pacaraima.

Ainda segundo a mãe, nenhuma das 71 acolhidas foi deportada. Todas foram levadas para o abrigo BV8, da [Operação Acolhida](#), ação chefiada pelo Exército e responsável pelo atendimento à imigração venezuelana em Roraima.

ANEXO C – NOTA PÚBLICA POR JUSTIÇA E DIGNIDADE, CONTRA A VIOLÊNCIA

19 de março de 2021.

NOTA PÚBLICA POR JUSTIÇA E DIGNIDADE, CONTRA A VIOLÊNCIA

As organizações da sociedade civil abaixo subscritas vêm por meio desta nota tornarpúblicas sérias e profundas preocupações quanto à operação realizada no município de Pacaraima, em 17 de março de 2021, pela Polícia Federal e pela Polícia Civil do Estado de Roraima. A referida operação desalojou mais de 70 pessoas, dentre as quais 21 mulheres, inclusive gestantes, e 40 crianças migrantes, da Casa São José, casa de acolhida gerida pelas Irmãs de São José e Pastoral do Migrante da Diocese de Roraima, bem como da Igreja Assembleia de Deus Águas Vivas.

As organizações visam ainda reiterar a Recomendação nº 05, de 18 de março de 2020, do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), cobrar as devidas soluções das autoridades competentes e a providência de impedir que o ato se repita ou que continuem ocorrendo sucessivas e gravíssimas violações aos direitos da população migrante e dos trabalhadores humanitários.

É alarmante que as forças policiais tenham agido de forma desproporcional, ingressando nas casas sem mandado judicial e conduzindo coercitivamente à Delegacia as pessoas responsáveis pelos locais e retendo indevidamente seus aparelhos telefônicos. Alegou-se que houve flagrante de suposto crime previsto no art. 268 do Código Penal, qual seja “infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”, afirmando-se que havia aglomeração no abrigo. Para bem compreender a situação, tenhamos presente que os agentes e as casas de acolhida não trouxeram ou introduziram as pessoas no País, mas agiram humanitariamente em socorro a seres humanos em situação de alta vulnerabilidade e evidente necessidade de acolhida e apoio. Acolher e socorrer a quem foge da fome, da miséria, da grave violação de direitos é um ato de humanidade.

Equipamentos de assistência social, sejam eles voltados a migrantes, população de rua, idosos, dentre outros grupos vulneráveis da nossa sociedade, costumam atuar acima de sua capacidade de infraestrutura, profundamente motivados por razões

humanitárias e muitas vezes fazendo-o porque o poder público não o faz ou o faz precária e limitadamente. Convém reforçar que é responsabilidade do poder público oferecer alternativas para a devida proteção e segurança destas pessoas em meio à crise sanitária, ao contrário de caracterizar sua acolhida como crime.

Não fosse a imediata intervenção de organizações sociais locais e da Defensoria Pública da União, as dezenas de famílias migrantes, que seguiram para outro abrigo da região, poderiam ter sido relegadas à própria sorte, mediante deportação, o que é extremamente cruel e desumano no atual momento que estamos vivendo. Como bem pontuado na Recomendação do CNDH, a ação ignora ainda o princípio do superior interesse da criança, além dos riscos para a saúde pública envolvidos no desalojamento de pessoas durante a pandemia, conforme também alertado pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, na Recomendação nº 10, de 17 de outubro de 2018.

Vale ressaltar que ações como essa causam grande medo na população migrante e refugiada, que, apavorada, acaba deixando de buscar serviços essenciais como de saúde, por temer a detenção ou deportações imediatas, o que seria totalmente ilegal perante as Leis Brasileiras de Migração e Refúgio. As imagens a que tivemos acesso são deploráveis e demonstram que mulheres, algumas delas gestantes, passaram mal com a ação violenta e tiveram de ser socorridas por uma ambulância.

Ainda, expor crianças que já se encontram em diversos contextos de vulnerabilidade, a tal situação lamentável de medo e insegurança, gera traumas ainda mais profundos para o seu desenvolvimento, sendo incompatível com todas as garantias a que o Estado brasileiro deve zelar, conforme a Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada em setembro de 1990.

Constata-se a utilização pelo governo federal da pandemia como argumento para violar os direitos de migrantes e refugiados no Brasil. Como as organizações que assinam a presente nota já manifestaram por diversas vezes, desde março de 2020, as figuras de deportação e repatriação imediatas, inabilitação do pedido de refúgio, responsabilização civil, administrativa e penal por razões migratórias, sem o direito à defesa e ao devido processo legal, e a discriminação de venezuelanos previstas na Portaria nº 652, de 25 de janeiro de 2021, são inconstitucionais e ilegais, e desrespeitam tratados e compromissos internacionais firmados e ratificados pelo Brasil.

Apesar de alegarem que as causas para tais medidas são sanitárias, entendemos que a afirmação não é de todo verdadeira, uma vez que o Brasil tem aberto as fronteiras

de forma seletiva, privilegiando o turismo e interesses econômicos, ao invés de acolher quem precisa migrar em busca de proteção internacional, por estar fugindo de crises humanitárias e perseguições e que não pode voltar ao país de origem por risco à vida e à dignidade, como é o caso do fluxo venezuelano em Roraima. Isto é comprovado na medida em que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já declarou que não recomendou a abertura seletiva e não homogênea de fronteiras terrestres, muito menos a discriminação contra venezuelanos¹.

Temos acompanhado e vemos com indignação reiterados ataques aos direitos da população migrante no que diz respeito ao acesso a serviços de saúde e assistência social, independentemente de seu status migratório, contrariando o que é previsto na Lei de Migração. Como ressalta a referida Recomendação do CNDH, esta discriminação está escalando para uma perseguição ativa de pessoas indocumentadas pelos órgãos de segurança em Roraima, a fim de se aplicar a sanção de deportação imediata, prática não cabível em um Estado Democrático. É preciso lembrar que o ato de migrar jamais pode ser caracterizado como ilegal, mas sim como um direito humano universal.

A assistência social e humanitária prestada a migrantes em situação irregular por entidades da sociedade civil tampouco é ilegal, uma vez que não se objetiva atingir fins lucrativos nem o incentivo à migração irregular com este trabalho, mas tão somente salvaguardar a sobrevivência, a dignidade e o acolhimento de pessoas em situações de extrema vulnerabilidade que deveria ser garantido pelo próprio Estado. As organizações da sociedade civil e trabalhadores humanitários devem ser respeitados e as autoridades devem abster-se de qualquer tentativa de intimidação ou cerceamento de sua atuação, sendo a liberdade de associação e a não intervenção estatal no funcionamento das associações garantias constitucionais.

Por todo o exposto, exigimos que as forças policiais e órgãos de segurança não promovam novas buscas no sentido de identificar, punir, desalojar e impedir o acesso a serviços básicos de pessoas migrantes sem status migratório regular. Caso o desalojamento seja imprescindível por questões de segurança das pessoas acolhidas, deverá ser feita a transferência imediata destas para abrigo em condições dignas, conforme estabelecido pela Recomendação nº 10, de 17 de outubro de 2018, do CNDH. Além disso, solicitamos que a Polícia Federal não promova deportações coletivas e imediatas, sem garantia do devido processo legal, especialmente de migrantes considerados hipervulneráveis. Por fim, que todas as autoridades envolvidas não investiguem sem a devida autorização judicial, não criminalizem ou ameacem a legítima

atuação de membros de organizações da sociedade civil nos serviços de acolhida humanitária e assistência a migrantes, independentemente do status migratório.

Assinam,

1. Aldeias Infantis SOS
2. Área Missionária de Rorainópolis
3. Área Missionária Santa Rosa de Lima
4. Área Missionária São Raimundo Nonato
5. Articulação Cáritas Norte 1
6. Articulação Comboniana de Direitos Humanos
7. Articulação do Laicato do Regional Norte 1
8. Associação Compassiva
9. Associação Defesa Direitos Humanos e Meio Ambiente na Amazonia
10. Associação Educação Sem Fronteiras
11. Associação de Pais e Amigos das pessoas com Deficiência Auditiva de Guanambi e região (APADA)
12. Associação Nacional dos Profissionais de Relações Internacionais (ANAPRI)
13. CAMI Centro de Apoio e Pastoral do Migrante
14. Campanha A Vida por um Fio - Autoproteção de Comunidades e Lideranças Ameaçadas
15. Campanha Como Nascido Entre Nós Brasil - Tearfund
16. Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro
17. Cáritas Arquidiocesana de São Paulo
18. Cáritas Brasileira
19. Cáritas Brasileira Regional Nordeste 2
20. Cáritas Diocesana de Roraima (CDRR)
21. Cáritas Prelazia de Itacoatiara - Amazonas
22. Casa Vida Alberto Piva
23. CDDH Guarulhos
24. Centro Burnier
25. Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante (CDHIC)
26. Centro de Atendimento do Migrante (CAM)
27. Centro de Direitos Humanos de Formoso do Araguaia (CDHF)
28. Centro de Formação Patarayu
29. Centro de Migrações e Direitos Humanos (CMDH)
30. Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP)

31. Cio da Terra - Coletivo de Mulheres Migrantes
32. Coletivo Educar para o Mundo (EpM)
33. Coletivo Conviva Diferente
34. Coletivo Palanque Migrante
35. Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP)
36. Comissão de Direitos Humanos da OAB/AM
37. Comissão Dominicana de Justiça e Paz do Brasil
38. Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA
39. Comissão dos Direitos dos Imigrantes e Refugiados da OAB/SP
40. Comissão Pastoral da Terra - Regional Roraima
41. Comitê Estadual Intersetorial de Políticas de Atenção aos Refugiados e Migrantes do Rio de Janeiro (CEIPARM)
42. Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
43. Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA
44. Comitê Técnico Estadual do Rio de Janeiro de Saúde Integral da População Imigrante e Refugiada
45. Comitê REPAM- Juventudes RR
46. Comitês Islâmicos de Solidariedade (CIS)
47. Comunidade Marista de Boa Vista
48. Comunidade Missionária Nossa Senhora da Amazônia
49. Conectas Direitos Humanos
50. Congregação das Irmãs de São José de Chambéry
51. Conselho Indigenista Missionário - CIMI Norte I
52. Conselho Indigenista Missionário - CIMI Nacional
53. Conselho Missionário Regional - COMIRE Norte 1
54. Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)
55. Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB)
56. Conselho Nacional dos Leigos do Brasil/RR (CNLB)
57. Conselho Pastoral dos Pescadores CPP (Nacional)
58. Conferência dos Religiosos do Brasil - Núcleo de RR
59. Conferência dos Religiosos do Brasil - Regional Manaus (Amazonas e Roraima)
60. Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB Nacional
61. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG)
62. CSP Conlutas RR
63. Diocese de Ji Paraná

64. Diretório Central de Estudantes (DCE/UFRR)
65. Eixo Igreja em Fronteiras da Repam
66. Equipe de Base Warmis- Convergência das Culturas
67. Federação das Entidades e Projetos Assistenciais da CIBI (FEPAS)
68. FICAS
69. Filhas do Coração Imaculado de Maria
70. Filhas de Maria Auxiliadora - Salesianas de Rorainópolis
71. Fórum de Direitos Humanos e da Terra MT
72. Fórum Internacional Fontié ki Kwaze - Fronteiras Cruzadas (USP)
73. Freis Capuchinhos/ Rorainópolis
74. Fundação Avina
75. Fundação Cristo Reina
76. GEIFRON/UFRR
77. Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia- GEMA/UFAM
78. Grupo de Estudos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (GESIDH Amazonas)
79. Grupo (I)mobilidades nas Américas/Brasil
80. Instituto Adus
81. Instituto das Irmãs de São José
82. Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH)
83. Instituto Migração, Gênero e Raça (I-MiGRa)
84. Instituto Pirlampos
85. Instituto Sendas
86. Intersindical Central da Classe Trabalhadora
87. Irmãs Catequistas Franciscanas
88. Irmãs Franciscanas Bernardinas de Félix Pinto
89. Irmãs do Imaculado Coração de Maria
90. Irmãs Missionárias Capuchinhas Terra Nova
91. JUPIC Verbita
92. Laboratório de Estudos Migratórios (LEM/UFSCar)
93. Levante Popular da Juventude
94. Missionários Combonianos - Boa Vista
95. Missão Paz
96. Missão Scalabriniana - Boa Vista
97. Missionárias Servas do Espírito Santo de Alto Alegre - RR
98. Movimento Bandeirante - Roraima

99. Movimento de familiares e amigos de pessoas privadas de liberdade do Rio Grande do Sul Amor - Além das Grades
100. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
101. Movimento “Juntos pela Venezuela”
102. Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH Brasil
103. Núcleo de Antropologia das Sociedades Indígenas e Tradicionais da UFRGS (NIT-UFRGS)
104. Nucleo de Estudios Migratorios y Movimientos de Población (NEMPO). Facultad de Humanidades de la Universidad de la República (UDELAR-URUGUAY)
105. Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Migrações, Mobilidades e Gestão Contemporânea de Populações - MIGRA (DCG/DCOM/UFPE)
106. Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios (NIEM)
107. Observatório das Migrações no Estado de São Paulo (NEPO/UNICAMP)
108. Pacto pelo Direito de Migrar (PDMIG)
109. Paróquia Santo Isidoro de Alto Alegre
110. Pastorais Sociais/ Diocese RR
111. Pastoral Carcerária da Diocese de Roraima
112. Pastoral Carcerária Nacional
113. Pastoral do Menor Terra Nova
114. Pastoral da AIDS Norte 1
115. Pastoral da Criança de Roraima
116. Pastoral da Juventude de Roraima
117. Pastoral da Mulher Marginalizada
118. Pastoral do Surdo de RR
119. Pastoral Familiar da Diocese de Roraima
120. Pastoral Indigenista de Roraima
121. Pia Sociedade Filhas de São Paulo
122. Projeto de Promoção dos Direitos dos Migrantes (ProMigra)
123. Província Frei Bartolomeu de Las Casas - Frades Dominicanos no Brasil
124. Rede CLAMOR Brasil
125. Rede Cristã de Advocacia Popular (RECAP)
126. Rede Eclesial Pan-Amazônica (REPAM-Brasil)
127. Rede Evangélica Nacional de Ação Social (RENAS)
128. Rede Um Grito Pela Vida
129. Religiosas Missionárias de Nossa Senhora das Dores
130. Retalhos de Esperança Internacional (REI)

- 131. RUA juventude anticapitalista
- 132. Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados RR
- 133. Serviço Pastoral do Migrante de RR
- 134. Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM)
- 135. Visão Mundial
- 136. VIVAT Internacional

ANEXO D – COMUNICADO CIDH

20/02/2024, 10:52

La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque...



Comunicado de Prensa

La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque de derechos humanos

1 de abril de 2021

Washington, D.C. - La Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH) expresa su preocupación por la creciente militarización de las fronteras y restricciones de acceso a los territorios y procedimientos de protección en la región. En este sentido, urge a los Estados a que la adopción de sus políticas migratorias y medidas de gestión y restricción de la movilidad humana transfronteriza estén orientadas a respetar y garantizar los derechos humanos de las personas migrantes, refugiadas y con necesidades de protección.

Durante los últimos años, la Comisión acompaña el aumento en los movimientos migratorios mixtos y el reciente endurecimiento de las políticas migratorias en la región, mismas que se han agravado en el contexto de la pandemia. En ese sentido, la Comisión destaca que persiste la utilización de medidas tendientes a: 1) externalizar el control migratorio; 2) desplegar las fuerzas armadas, policías militares y otros cuerpos de seguridad con perfil y formación militar en tareas de gestión migratoria fronteriza; 3) aumentar la aplicación de la detención migratoria, y procedimientos de deportación o expulsión que no aseguran las garantías del debido proceso; y 4) limitar el acceso a los territorios de los Estados y a procedimientos migratorios, de asilo o de protección internacional, especialmente utilizando la pandemia y las medidas de respuesta como justificación, afectando también a la migración de retorno de connacionales.

Asimismo, la CIDH ha advertido que los movimientos migratorios en años recientes estarían conformados por personas migrantes, refugiadas, solicitantes de asilo o con necesidades de protección internacional, que incluyen mujeres y otros en situación especial de riesgo, tales como niñas, niños y adolescentes, personas LGBTI, víctimas de trata, y personas con discapacidad. Pese a ello, se observa la insuficiente adopción de medidas que incorporen la perspectiva de género y enfoques diferenciados de protección. Además, aunado al temor a contraer la enfermedad del coronavirus habría exacerbado los discursos de xenofobia, señalando directamente a las personas en movilidad humana — en especial a las que se desplazan en situación irregular— de portar el virus y facilitar su propagación.

En ese contexto, la Comisión advierte que diversos Estados en la región habrían autorizado la participación de las fuerzas armadas, policías militares o cuerpos de seguridad del Estado con perfil militar para asegurar el cumplimiento de las medidas de contención impuestas como respuesta a la emergencia sanitaria provocada por la pandemia. De manera especial, resalta que en el marco del cierre total o parcial de las fronteras, las fuerzas armadas —solas o en conjunto con los cuerpos policiales— estarían participando en operativos de control migratorio y para reforzar la seguridad y vigilancia de las fronteras estatales. Ello, con el fin de impedir el ingreso, salida y el tránsito de personas que se desplazan en distintas situaciones migratorias y documentales. Adicionalmente, la Comisión nota que la participación de las fuerzas armadas en tareas relacionadas con el control migratorio de un país elevaría las denuncias sobre el uso excesivo de la fuerza en contra de población en situación de movilidad humana.

Ante este panorama, la CIDH observa con preocupación casos donde se utiliza de forma creciente a las fuerzas armadas en diferentes países de la región, tales como Brasil, Chile, Ecuador, Guatemala, México, Nicaragua y Perú. Al respecto, de acuerdo con información recibida, el Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) en Brasil habría cuestionado la *Ordenanza No. 62/2021* del Ministério da Justiça e Segurança Pública, actualizada por la *Ordenanza No. 86/2021*, que ordena a la Fuerza Nacional de Seguridad Pública, una policía de naturaleza militar, a asistir a los cuerpos estatales de seguridad pública "en las actividades de bloqueo excepcional y temporal de la salida de extranjeros al país, de manera esporádica y planificada". Al respecto, nota que dicha actividad contravendría lo establecido en el artículo 22.1 de la Convención Americana de Derechos Humanos, que reconoce el derecho de toda persona a salir libremente de cualquier país, inclusive del propio.

Asimismo, el 18 de marzo de 2021 el CNDH emitió la Recomendación No. 5 sobre la adopción de medidas para la gestión de la migración en el municipio de Pacaraima, fronterizo con Venezuela. Ello, en respuesta a las denuncias por la posible intensificación de controles migratorios con el fin de ubicar a las personas migrantes en situación irregular y proceder a su deportación, así como por el ingreso no autorizado de la Policía Federal, Policía Civil del Estado de Roraima y Ministerio Público del Estado de

Enlaces útiles

Resolución 1/20
Resolución 4/19

Datos de Contacto

Oficina de Prensa de la CIDH
cidh-prensa@oas.org

Lista de distribución

Suscríbese



Suscríbese a nuestra lista de distribución de correos para recibir comunicaciones de la CIDH

© Copyright 2024 OEA Pasantías
Becas Empleos Términos y
Condiciones Contáctenos Enlaces
Relacionados
1889 F St. N.W. Washington, D.C., U.S.A.
20006

20/02/2024, 10:52

La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoque...

Roraima a Casa São José —un equipo de asistencia y ayuda humanitaria gestionada por la Pastoral do Migrante— para desalojar a aproximadamente 55 personas migrantes.

En particular, respecto a lo anterior, el CNDH recomendó: i) no realizar registros domiciliarios sin orden judiciales, con el fin de identificar personas migrantes en situación irregular; ii) no promover medidas de inspección sanitaria, asociadas o no a la represión de migración irregular; y iii) evitar el desalojo de personas durante la vigencia de la pandemia. Al respecto, el Estado informó que las normas y medidas tomadas son excepcionales y temporales y tienen un carácter sanitario, no reflejando la política migratoria brasileña, como la Ordenanza Interministerial N° 652, de 25 de enero de 2021, que se mantendría vigente, y aunque no fue aceptada por el CNDH, encontraría sustento en la Ley N° 13.979, de 6 de febrero de 2020. Además, Brasil informa no haber realizado ni realizar deportaciones colectivas.

En relación con la participación de las fuerzas armadas en la frontera Norte de Chile, el [Decreto No. 265](#) de 2019 y su [modificación](#) de enero 2021 autorizan la colaboración de la Fuerzas Armadas con las autoridades civiles y policiales en actividades que se vinculen al tráfico ilícito de migrantes, narcotráfico y crimen organizado transnacional en zonas fronterizas. La Comisión observa que el decreto en referencia también delegó en el Ministro de Defensa Nacional la facultad de suscribir —por orden del Presidente de la República— los decretos supremos que tengan por objeto el despliegue de unidades aéreas, terrestres y/o marítimas para prestar apoyo logístico, de transporte y tecnológico en zonas fronterizas y el nombramiento de los mandos militares que asumirán el control operacional de las unidades que se asignen.

En ese orden, el Estado chileno informó que el decreto 265 establece la colaboración de las Fuerzas Armadas con las autoridades civiles y policiales competentes para actuar en relación con actividades que se vinculen al tráfico ilícito de migrantes, y al narcotráfico y crimen organizado transnacional y que no habilita a las fuerzas armadas a ejercer la fuerza en situaciones migratorias ni a realizar directamente un control. En ese contexto, durante el 2021 se tuvo conocimiento del aumento en el ingreso de personas en situación irregular en la frontera Norte y distintos eventos de tensión ante el aumento de la movilidad, la deportación de personas sin consideraciones sobre posibles necesidades de protección internacional o reunificación familiar, y la muerte de al menos tres personas que habrían ingresado en forma irregular al país.

En la misma línea, la CIDH tuvo conocimiento de situaciones de tensión entre las fronteras de Perú, Brasil y Ecuador para impedir el ingreso de personas migrantes en el contexto de las medidas de respuesta a la pandemia. De acuerdo con la [información recibida por la CIDH](#), en enero de 2021, en la frontera entre Perú y Ecuador se habrían implementado estrategias que buscarían ejercer un control militar efectivo y de vigilancia en las fronteras. Ello, con el fin de evitar el ingreso de personas en situación irregular. Al respecto, Ecuador señaló que el objetivo de la implementación de dichas estrategias sería asegurar una migración ordenada, segura y regular, conforme el Pacto Mundial para la Migración Segura, Ordenada y Regular. En el caso de Guatemala, se toma nota de que el 11 de enero de 2021, días previos al ingreso de una caravana de migrantes proveniente de Honduras, el Ejecutivo publicó el [Decreto Gubernativo No. 1-2021](#) por medio del cual se autorizaba disolver por la fuerza cualquier reunión, grupo de personas o manifestación no autorizada para ello en los municipios fronterizos con el país hondureño. En dicha oportunidad, mediante su [comunicado de prensa de 28 de enero de 2021](#), la Comisión condenó el excesivo uso de la fuerza utilizado por la Policía Nacional Civil y el Ejército de Guatemala y llamó a los Estados de la región a coordinarse entre sí para garantizar eficazmente los derechos humanos de las personas que integran la caravana, especialmente los derechos a la salud y a la integridad personal, a buscar y recibir asilo, y a la no devolución.

Por su parte, la CIDH recibió información sobre el despliegue del Ejército para realizar operativos de control de fronteras en Nicaragua. Ello, con el fin de impedir el ingreso de personas ante la propagación de la pandemia por COVID-19. Al respecto, se observó que dichas medidas afectaron principalmente la movilidad de las personas nicaragüenses, quienes se vieron imposibilitadas de regresar a su país.

Ante la mencionada situación, la CIDH mediante su [comunicado de prensa de 31 de julio de 2020](#) urgió al Estado a permitir el ingreso de sus nacionales que pretenden retornar a su territorio en aplicación de los protocolos sanitarios correspondientes. De manera similar, el 11 de mayo de 2020 México autorizó mediante un acuerdo a las [Fuerzas Armadas a llevar a cabo tareas de seguridad pública de manera extraordinaria, regulada, fiscalizada, subordinada y complementaria](#) con la Guardia Nacional. Dichas tareas incluyen, entre otras, garantizar, mantener y restablecer el orden y la paz social, así como prevenir la comisión de delitos en las zonas fronterizas, pasos y puentes limítrofes, los centros de supervisión y control migratorio.

De acuerdo con organizaciones de la sociedad civil, la participación de la Guardia Nacional en conjunto con las fuerzas armadas respondería a una posible militarización de la respuesta estatal a la migración irregular y estaría acompañada del uso excesivo de la fuerza en contra de personas en situación de movilidad, limitaciones en el acceso al territorio del Estado y en las garantías básicas en los procedimientos de asilo o protección en México. Al respecto, en las [Observaciones Preliminares](#) a su visita virtual a México, la CIDH recomendó al Estado asegurar que las funciones relacionadas con el control migratorio, asistencia y atención directa a dicha población, sean únicamente realizadas por fuerzas y cuerpos de seguridad civiles.

La implementación de políticas migratorias que autorizan la cooperación y participación de las fuerzas armadas, o cuerpos de seguridad de naturaleza militar, a realizar el control migratorio, vigilar o controlar las fronteras o ejercer la fuerza en relación con migrantes, podrían resultar contrarias a las obligaciones de los Estados relacionadas con la protección y garantía de los derechos humanos de las personas en movilidad humana y son contrarias a los estándares y principios interamericanos. Aunado a lo anterior, la presencia permanente de las fuerzas armadas a lo largo de las fronteras de los Estados estaría provocando la militarización de dichos territorios.

Al respecto, la Comisión reitera que, si bien los Estados tienen la potestad de fijar sus políticas migratorias y determinar quiénes pueden ingresar, salir y permanecer en el territorio del Estado, estas políticas deben asegurar la protección de los derechos de esta población. En el contexto de la pandemia del COVID-19, en la [Resolución No. 01/20 sobre Pandemia y Derechos Humanos](#), se destacó la

20/02/2024, 10:52

La CIDH llama a los Estados de la región a adoptar políticas migratorias y de gestión de fronteras que incorporen un enfoqu...

necesidad de compatibilizar las medidas de contención sanitaria con la protección a personas que huyen de la persecución, violencia generalizada, graves crisis humanitarias y otras amenazas a la vida y a la integridad física.

En particular, los Estados deben aplicar medidas que aseguren el ingreso a los territorios de los Estados, apliquen medidas alternativas a la detención migratoria, y garanticen acceso a los procedimientos migratorios, de asilo o de protección internacional, en aplicación de los protocolos sanitarios requeridos. Ello, con perspectiva de género y enfoques diferenciados de atención a diversos grupos, tales como niñas, niños y adolescentes, personas mayores, y personas LGBTI, proporcionando mecanismos de protección específicos para prevenir vulneraciones de derechos, la protección de la unidad familiar y el respeto al principio de non-refoulement.

Es de destacar que la imposición de medidas restrictivas que no consideran las necesidades de protección internacional ha obligado a las personas con necesidades de protección internacional a regresar a los territorios de los Estados en donde su vida, libertad personas o integridad personal estarían en peligro; además de que ha obstaculizado, en su caso, la reunificación familiar.

Por otra parte, respecto de la interrelación entre las políticas migratorias y la seguridad ciudadana, la Comisión ha señalado que esta debería ser de competencia exclusiva de cuerpos profesionales no militarizados y especializados, debidamente organizados y capacitados, y estar sometidas a los controles de los parlamentos y, en su caso, del sistema judicial ordinario. Adicionalmente, ha considerado que la designación de personal con perfil y formación militar no tendría la capacidad para responder adecuadamente a las personas con necesidades de protección internacional. Por ello, ha reiterado la necesidad de realizar una distinción entre funciones de seguridad y de asistencia humanitaria directa a las personas migrantes, refugiadas y con necesidades de protección, con asignación de funciones de atención y asistencia estrictamente a personal civil especializado.

Además, la Comisión advierte que la militarización de las fronteras y el uso de mecanismos represivos para contener los movimientos migratorios mixtos se prestan a una finalidad estricta de desalentar el desplazamiento de las personas, sin efectividad y con costo para la protección de sus derechos humanos. A pesar del objetivo que se busca con la adopción de estas medidas, se alerta que este tipo de políticas está obligando a las en movilidad humana a buscar rutas aún más alejadas e inseguras para desplazarse y acceder a los territorios de otros Estados. Lo anterior, expondría a estas personas a mayores violaciones de sus derechos y a vulnerabilidades adicionales, como ser susceptibles de convertirse en víctimas de trata. Mientras no se adopten medidas para superar las causas estructurales que obligan a las personas a desplazarse de manera forzosa, los movimientos migratorios internacionales continuarán realizándose.

Finalmente, con base en su [Resolución No. 04/19 sobre los Principios Interamericanos](#) la Comisión reitera la necesidad de articular esfuerzos regionales para abordar las causas estructurales que generan el desplazamiento forzado de personas. Asimismo, resalta la importancia de coordinar acciones e implementar estrategias regionales para crear o ampliar los canales que permitan a las personas desplazarse en forma regular y bajo condiciones de seguridad, permitir el ingreso al territorio de los Estados y garantizar, de forma efectiva, el acceso a procedimientos de asilo, protección o regularización migratoria.

La CIDH es un órgano principal y autónomo de la Organización de los Estados Americanos (OEA), cuyo mandato surge de la Carta de la OEA y de la Convención Americana sobre Derechos Humanos. La Comisión Interamericana tiene el mandato de promover la observancia y la defensa de los derechos humanos en la región y actúa como órgano consultivo de la OEA en la materia. La CIDH está integrada por siete miembros independientes que son elegidos por la Asamblea General de la OEA a título personal, y no representan sus países de origen o residencia.

No. 082/21